



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

RAKSANJANY SUÊNIA RODRIGUES DE SOUZA

**A INFLUÊNCIA DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ÉTICA NAS
ATITUDES DOS GRADUANDOS DE ARQUIVOLOGIA**

**JOÃO PESSOA PB
2014**

RAKSANJANY SUÊNIA RODRIGUES DE SOUZA

**A INFLUÊNCIA DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ÉTICA NAS
ATITUDES DOS GRADUANDOS DE ARQUIVOLOGIA**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de bacharela.

Orientador: Prof. Me. Rodrigo Fortes de Ávila

JOÃO PESSOA PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S729i Souza, Raksanjany Suênia Rodrigues de
A influência do Processo de ensino-aprendizagem ética nas
atitudes dos graduandos de arquivologia [manuscrito] : /
Raksanjany Suenia Rodrigues de Souza. - 2014.
112 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2014.

"Orientação: Prof.Me. Rodrigo Fortes de Ávila,
Departamento de Arquivologia".

1.Arquivologia. 2.Ética. 3. Ensino-aprendizagem. I. Título.

21. ed. CDD 170

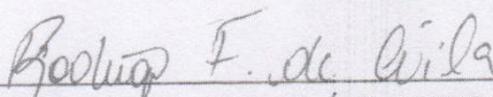
RAKSANJANY SUÊNIA RODRIGUES DE SOUZA

**A INFLUÊNCIA DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ÉTICA NAS
ATITUDES DOS GRADUANDOS DE ARQUIVOLOGIA**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de bacharela.

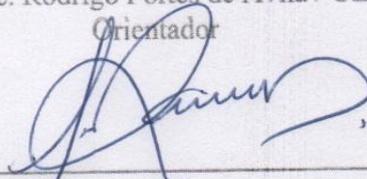
Aprovada em: 27/11/2014.

BANCA EXAMINADORA



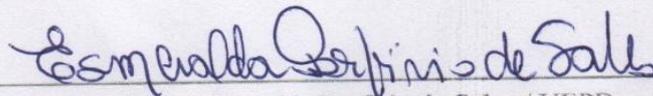
Prof. Me. Rodrigo Fortes de Ávila / UEPB

Orientador



Prof. Dr. Antonio Germano Ramalho / UEPB

Examinador



Profª Mª Esmeralda Porfirio de Sales / UEPB

Examinadora

*A Deus,
por todas as razões.*

*Às minhas famílias,
aquela em que eu
nasci e aquela que
meu coração escolheu,
meu amor e meus
amigos, pelo incentivo
e apoio.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, meu Pai bondoso, que esteve o tempo todo ao meu lado me dando forças, sabedoria e discernimento para não desistir da caminhada nos momentos que enfrentei dificuldades.

À minha mãe, meu amor incomparável e razão da minha persistência. Por ter acreditado no meu sonho e me incentivado desde o princípio.

À minha família, minha base e porto seguro, pela formação e valores transmitidos.

Ao meu companheiro Wallace, personificação do amor de Deus no meu viver, por ter me apoiado, motivado a continuar em busca do meu sonho e pela compreensão nos momentos em que estive ausente. Amo você!

A todos os professores do curso de Arquivologia, que contribuíram com a formação da profissional que pretendo ser; à Prof^{ra} Francinete Fernandes pelas discussões e pela motivação que foram essenciais para o meu despertar em relação à produção científica; ao Prof. Josemar Henrique, por todo conhecimento compartilhado.

Ao meu orientador, Rodrigo Fortes, por ter me tirado na minha zona de conforto instigando a busca pelo conhecimento, por ter acreditado em minhas idéias, pela paciência, compreensão e conselhos.

Aos colegas do grupo de pesquisa, Loester, Natalia, Mardônio e Michelle, pelos encontros e discussões que foram essenciais para o desenvolvimento desse estudo.

Agradeço a Mardônio Lacet, meu supervisor de estágio, pela confiança, atenção, paciência, críticas construtivas e inúmeros debates que enriqueceram meu aprendizado.

Agradeço também aos meus colegas de curso, que sempre estiveram presente em minha trajetória acadêmica, meus amigos e incentivadores: Everaldo Chaves, Karla Costa, Natalia Lima, Nadja Helena e Rozelania de Souza.

Dizer a verdade é apenas uma das coisas que se pode fazer com ela. A verdade pode ser ocultada, disfarçada, enfeitada, adiada, intelectualizada e também, entre muitas outras coisas, dita. Quando falo da verdade não me refiro a algum tipo de revelação, mas àquilo que, após reflexão, acredito ser tal.

Julio Cabrera.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de ensino-aprendizagem de ética nos graduandos de Arquivologia das Universidades Estadual e Federal da Paraíba. Para isso, discute como a ética está relacionada com a formação arquivística, tomando como ponto de partida a literatura da área acerca de ética e moral, ética profissional e formação profissional do arquivista com foco no ensino de ética e na importância do estágio. A pesquisa classifica-se como empírica, com uma abordagem qualiquantitativa, com tipologia descritiva e compreensiva. No percurso metodológico foi adotado o questionário para a coleta dos dados referente aos discentes concluintes e iniciantes, e a análise das ementas e planos de ensino das disciplinas de ética para investigar os docentes, abrangendo assim os dois pólos do processo ensino-aprendizagem. Os resultados sugerem que a opinião sobre ética dos graduandos recebe uma sutil influência do processo de ensino-aprendizagem de ética. Contudo, o ensino-aprendizagem pode não ser o único responsável pela postura ética dos discentes, pois a constituição ética dos indivíduos esta baseada no contexto familiar e social, e o ensino proporcionado pela formação acadêmica se apresenta como um elemento de aperfeiçoamento.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivologia. Ética. Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

This study presents aims to analyzes the teaching-learning process of ethics in the graduates of archivology from the Paraíba state and federal universities. For this, discuss how ethics is related with the archivist formation, taking at the base the literature areas about ethics and moral, professional ethics and professional formation of the archivist with focus on the teaching of ethics and the importance of the stage. The research is classified like empirical, with an approach qualiquantitative, with descriptive and comprehensive typology. On the methodological Route it was adopted the questionnaire for the data collections to relative for the graduating students and beginners, and the analysis of the set menuteaching plans of the ethics discipline for investigate the teachers, covering thus the two poles of the teaching-learning process. The results suggest that the opinion about ethics of the graduates receive a subtle influences of the teaching – learning of ethics. However, the teaching – learning can not be the only responsible for the ethics stance of the teachers, because the ethics constitution of the individuals is based on the familiar and social context, and the teaching providing for the academy formation presents like a element of improvement.

KEYWORDS: Archivology. Ethics. Teaching – learning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Relação entre Ética e Moral.....	20
Figura 2	Relação entre Teoria e Prática.....	37

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Fundamentação Teórica.....	16
Quadro 2	Resumo das Abordagens Éticas.....	23
Quadro 3	Elementos de um Código de Ética Profissional.....	29
Quadro 4	Metodologia da Pesquisa.....	48
Quadro 5	Ementas das disciplinas sobre Ética.....	50
Quadro 6	Estrutura dos Planos de Ensino das disciplinas sobre Ética.....	52
Quadro 7	Diferença Percentual entre iniciantes e concluintes em ordem regressiva.....	76

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Gestão Documental.....	54
Gráfico 2	Denúncia.....	55
Gráfico 3	Eliminação.....	56
Gráfico 4	Sigilo.....	57
Gráfico 5	Imagem da Instituição.....	58
Gráfico 6	Conduta e Profissão.....	58
Gráfico 7	Atualização.....	59
Gráfico 8	Interesse Financeiro.....	60
Gráfico 9	Atendimento.....	61
Gráfico 10	Críticas.....	61
Gráfico 11	Atendimento.....	62
Gráfico 12	Lei de Acesso.....	63
Gráfico 13	Solidariedade	64
Gráfico 14	Críticas Pessoais.....	64
Gráfico 15	Diálogo.....	65
Gráfico 16	Críticas Profissionais.....	66
Gráfico 17	Imagem Profissional.....	67
Gráfico 18	Individualismo.....	68
Gráfico 19	Cooperação Intelectual.....	68
Gráfico 20	Interesse Financeiro.....	69
Gráfico 21	Compartilhar Experiências.....	70
Gráfico 22	Competência.....	71
Gráfico 23	Interesse Ético.....	71
Gráfico 24	Concorrência Ética.....	72
Gráfico 25	Vantagens Financeiras.....	73

LISTA DE SIGLAS

APDIS	Associação Portuguesa de Documentação e Informação na Saúde
BAD	Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalista
CCBSA	Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas
CCSA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CIA	Conselho Internacional de Arquivo
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
INCITE	Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Informação Científica e Técnica
LAI	Lei de Acesso a Informação
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PPP	Projeto Político Pedagógico
SSA	Sociedade de Arquivistas Americanos
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UnB	Universidade de Brasília
URNe	Universidade Regional do Nordeste

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	ÉTICA E MORAL: AS BASES DA CONDUTA HUMANA.....	17
2.1	DEFINIÇÕES E CONCEITO.....	18
2.2	DIFERENTES ABORDAGENS SOBRE ÉTICA.....	21
2.3	A CRISE ÉTICA NA PÓS-MODERNIDADE.....	23
3	ÉTICA PROFISSIONAL.....	26
3.1	DEONTOLOGIA.....	27
3.2	CÓDIGO DE ÉTICA.....	28
3.3	CÓDIGOS DE ÉTICA DO ARQUIVISTA.....	30
4	FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	32
4.1	FORMAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA.....	33
4.2	O ENSINO-APRENDIZAGEM DE ÉTICA EM ARQUIVOLOGIA.....	35
4.3	O ESTÁGIO: A PRÁTICA NA FORMAÇÃO ARQUIVISTICA.....	37
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	40
5.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	40
5.2	PROBLEMATIZAÇÃO.....	42
5.3	OBJETIVOS.....	43
5.3.1	Geral.....	43
5.3.2	Específicos.....	43
5.4	UNIVERSO E AMOSTRAGEM.....	43
5.5	CAMPO EMPÍRICO.....	45
5.6	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	46
6	ANÁLISE DOS DADOS	49
6.1	EMENTAS DAS DISCIPLINAS DE ÉTICA.....	49
6.2	PLANOS DE ENSINO.....	51
6.3	OS QUESTIONARIOS.....	53
6.3.1	Empregador.....	54
6.3.2	Mercado de Trabalho.....	57
6.3.3	Usuários.....	60
6.3.4	Companheirismo.....	63
6.3.5	Futuro da Profissão.....	67
6.3.6	Visão de Futuro.....	70
6.4	DISCUSSÃO.....	79
6.5	LIMITES DA PESQUISA.....	80
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
	REFERÊNCIAS.....	84
	APÊNDICE.....	90
	APENDICE A – QUESTIONÁRIO 2	913

ANEXOS.....	93
ANEXO A – QUESTIONÁRIO 1.....	94
ANEXO B – PLANO DE ENSINO DA DISCIPLINA ÉTICA DA INFORMAÇÃO.....	96
ANEXO C – PLANO DE ENSINO DA DISCIPLINA ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS DOS PROCESSOS INFORMACIONAIS.....	99
ANEXO D – RESOLUÇÃO DE ESTÁGIO DA UEPB.....	103
ANEXO E – RESOLUÇÃO DE ESTÁGIO DA UFPB.....	107

1 INTRODUÇÃO

A evolução do homem culminou com o abandono de seus hábitos nômades e a sua fixação em terra, dando origem às sociedades primitivas. A partir do momento em que o ser humano começou a se organizar socialmente iniciaram-se os conflitos, antes desconhecidos, e que foram originados da existência em comum, surgindo então, a necessidade de normas para o convívio harmônico.

Desde as primeiras civilizações podemos observar a preocupação com o estabelecimento de regras de conduta. Nas cidades da Mesopotâmia, foram criados vários códigos e leis que orientavam o homem na execução de ações de cunho moral e ético, entre os quais o que se tornou referência para a humanidade foi o Código de Hamurabi, escrito na Babilônia em 1700 a.C. Em 450 a.C, foi criada em Roma a Lei das Doze Tábuas, uma compilação com a renovação de normas de convivência que se adequasse as modificações pelas quais a sociedade romana havia passado. (PIRES JUNIOR, 2010)

No século XX, após as grandes guerras, a sociedade vivenciou intensas mudanças e violações que despertaram a atenção para a indispensabilidade de diretrizes e padrões que assegurassem os princípios éticos. Desde então, foram elaborados vários documentos com este objetivo, merecendo destaque entre eles a Declaração dos Direitos do Homem datada de 1948 e traduzida para mais de 300 idiomas. Diante do exposto, notamos que ao longo do tempo a sociedade sempre esteve em busca de normas comportamentais, movida pela necessidade constante de resolver os conflitos e manter um bom convívio social.

Porém, na atual sociedade da informação movida pela tecnologia com predomínio do o tecnicismo, as ações de cunho moral e ético já não são tão questionadas. O “saber como fazer” se tornou mais importante do que o “porquê fazer”. A palavra ética adquiriu trivialidade, quando a ouvimos acreditamos conhecer seu real valor. A busca por princípios éticos e morais não é tão constante como em tempos remotos, estes princípios têm sido afastados para a periferia. E, como consequência, surgem os graves problemas sociais e morais que a sociedade tem enfrentado, abrangendo todos os aspectos, inclusive a educação.

Esse modelo de sociedade com suas diversas modificações acabou influenciando profundamente os princípios, normas e valores que orientam a vida social dos indivíduos e dos profissionais da informação, mais especificamente dos profissionais arquivistas. Condizendo, também, com os obstáculos enfrentados na busca por respostas morais para os novos e vertiginosos desafios consequentes das tecnologias e sistemas da informação.

Considerando que a maior parte dos conhecimentos e das habilidades profissionais são adquiridas no ambiente acadêmico, durante a formação que os discentes recebem na academia e em campo de estágio, pretendemos *analisar o processo de ensino-aprendizagem sobre ética nos cursos de Arquivologia das Universidades Estadual e Federal da Paraíba*. Para isso, partimos da seguinte hipótese: *o processo de ensino-aprendizagem de ética não influencia nas atitudes dos discentes*. Tal hipótese surge da percepção/sensação cotidiana quando problematizamos a relação entre o processo de ensino-aprendizagem e as atitudes dos futuros profissionais, aparentemente ambivalentes no terreno das práticas, isto é, lugar onde se exercita o espírito ético.

A idéia para a formulação desta pesquisa teve origem nos questionamentos e discussões levantadas no decorrer do componente curricular Aspectos Éticos e Legais dos Processos Informacionais, bem como nas reflexões do projeto de pesquisa “Entre a teoria e a *práxis*: a postura ética e a formação dos graduandos de Arquivologia frente às demandas profissionais e de mercado de trabalho na capital da Paraíba”, desenvolvido entre 2012 e 2013 sob a orientação do professor Rodrigo Fortes de Ávila e do qual a autora desta pesquisa participou.

A proposta aqui levantada tem a pretensão de contribuir com a Arquivologia por se tratar de um dos aspectos da formação do arquivista, considerado um especialista da informação e, também, um agente social, que muitas vezes lida com informações sigilosas e necessita manter uma postura ética frente aos dilemas com os quais irá se deparar em algum momento da sua vida profissional. O presente estudo pode colaborar com outras pesquisas que venham a ser desenvolvidas sobre esse tema, e também pode contribuir com uma possível revisão do ensino de ética nos cursos de Arquivologia do Estado.

Além disso, a Paraíba é um dos Estados que possuem dois Cursos de Arquivologia formadores de especialistas para o mercado. Considerando a quantidade de profissionais que os dois cursos disponibilizam, é importante que estes estejam preparados para desenvolver suas atividades de forma que facilite o acesso às informações, e prossigam agindo como um ator social que utiliza seus conhecimentos e suas competências para contribuir com a sociedade, proporcionando acesso à informação necessária ao exercício da cidadania.

Esta pesquisa também nos conduz a um processo reflexivo sobre a importância da ética na formação dos arquivistas, permitindo-nos alcançar um patamar crítico necessário para o posicionamento perante este assunto, e uma sensibilização diante do mesmo. Pois se trata de um tema que, geralmente ao ouvirmos, mantemos certa resistência por acreditar que já compreendemos seu real sentido.

O estudo está estruturado em sete capítulos, o primeiro o introduz de forma ampla no tema discutido e apresenta a relevância do trabalho. O segundo capítulo discute os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa com a intenção de obter os objetivos determinados.

O terceiro capítulo apresenta as definições de ética e moral, discorre sobre algumas abordagens éticas desenvolvidas ao longo da história e debate a cerca da crise de valores vivenciada pela sociedade pós-moderna à luz dos principais autores da área.

O quarto capítulo mostra as definições e objetivos da ética profissional, discute as características da deontologia, expõe os elementos que compõe um código de ética e debate sobre os códigos de ética do arquivista.

O quinto capítulo aborda a formação profissional do arquivista com foco na relação teoria e prática sob o prisma do ensino-aprendizagem de ética em Arquivologia e o estágio como experiência prática fundamental. O quadro abaixo apresenta os conceitos e os autores discutidos ao longo da fundamentação teórica.

Quadro 1 – Fundamentação Teórica

Conceitos	Autores
Ética	Sá (2005); Russ (1999); Sung e Silva (1995); Cabrera (2010); Valls (1994); Pizarro (2010); Vázquez (1984); Frankena (1973).
Moral	Cortina e Martínez (2005); Segre e Cohen (2002); Carvalho (1997); Vázquez (1984).
Pós-modernidade	Bauman (1997).
Ética Profissional	Danuello e Guimarães (2008); Cirne e Ferreira (2002).
Deontologia	Camponez (2009); Rasche (2005); Souza (2002).
Código de Ética	Chinem (2003); Cirne e Ferreira (2002).
Código de ética do Arquivista	Souza (2011).
Educação e Capacitação	Pederson (1994).
Formação Arquivística	Jardim (1999); Costa (2008); Ribeiro (2005); Sousa (2009); Souza (2011).
Ensino de ética em Arquivologia	Souza (2011).
Estágio	Sousa (1999; 2009); Bellotto (1992); Rousseau e Couture (1998); Costa (2008).

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

O sexto capítulo expõe os dados coletados em campo e as respectivas análises, bem como a discussão dos resultados e os limites da pesquisa. E por fim, o sétimo capítulo encerra o trabalho apresentando as considerações finais geradas a partir das descrições e comparações das análises dos dados.

2 ÉTICA E MORAL: AS BASES DA CONDUTA HUMANA

Apesar de ser um tema recorrente e estar presente em vários campos da vida social, a reflexão sobre ética ainda está restringida às universidades. Essa ausência de criticidade sobre as questões éticas do cotidiano nos conduz a seguir as regras sociais impostas sem o seu questionamento.

Em um sentido amplo, de acordo com Lopes de Sá (2005, p 15), a ética pode ser entendida como “a ciência da conduta humana perante o ser e seus semelhantes.” A ética pondera sobre o desempenho do homem em relação às normas comportamentais; estuda a concordância ou discordância das atitudes humanas; considera a virtude como a realização do bem e este “bem-fazer” como o meio para alcançar a felicidade.

Em um sentido mais estrito, a ética é aceita por seus estudiosos sob dois aspectos: o primeiro, como a ciência que examina a conduta dos seres humanos buscando meios para que esta conduta esteja sempre em favor do homem, procurando a essência do Ser e conexões com o espiritual; o segundo, como a ciência que investiga os padrões adequados de comportamento dos seres humanos.

No primeiro aspecto o homem é o centro em relação ao meio no qual está inserido, encontra-se no campo do ideal e estuda a natureza humana. No segundo, existe uma correlação entre o homem e o ambiente, situa-se no campo das forças que determinam a conduta e analisa as causas que influenciam no comportamento. Contudo, estes aspectos possuem em comum a análise do bem e um comportamento que evite prejuízos aos outros e a si próprio. (SÁ, 2005)

Em contraposição a tais idéias, Cabrera (2010) apresenta uma crítica a ética afirmativa, onde as teorias éticas têm como base a valoração da vida humana, desenvolvendo uma ética negativa, fundamentada na perspectiva da desvalia da vida humana, no princípio de inviolabilidade da vida e guiada pelo moralismo radical.

Com a finalidade de aprofundar o nosso entendimento sobre a ética e os fatores relacionados ao tema o presente capítulo procurará, em um primeiro momento descrever os conceitos e definições de ética e esclarecer as diferenças existentes entre a ética e a moral, em um segundo momento apresentar as algumas abordagens sobre ética e por fim discutir a crise ética na pós-modernidade.

2.1 DEFINIÇÕES E CONCEITO

Sabemos que a ética está relacionada aos princípios que orientam o comportamento do homem na sociedade. Entretanto, para compreender as construções éticas dos indivíduos é importante que tenhamos conhecimento das concepções éticas difundidas na literatura da área, para que a partir delas possamos estabelecer a perspectiva de ética adequada ao nosso estudo.

A partir de uma compreensão abrangente Valls (1994, p.7) entende a ética como “um estudo ou uma reflexão, científica ou filosófica, e eventualmente até teológica sobre os costumes ou sobre as ações humanas.”. O mesmo autor defende que a ética tanto pode ser o estudo das atitudes e dos costumes como a realização efetiva de um determinado comportamento.

Em termos científicos, a ética é entendida como a ciência que “avalia a conduta humana perante o ser e os seus semelhantes, uma vez que confronta o desempenho humano em relação às normas comportamentais estabelecidas num dado contexto social”. (PIZARRO, 2010, p.22)

Buscando uma definição mais sucinta de ética, Sung e Silva (1995, p.13) dizem que “a ética é definida como o conjunto das práticas morais de uma determinada sociedade, ou então os princípios que norteiam essas praticas.”. Os autores também defendem que a ética reflete criticamente sobre os fundamentos e princípios que norteiam um determinado sistema moral.

De modo conciso Vázquez (1984) concebe a ética como a ciência que se dedica ao estudo do comportamento do homem em sociedade, cuja finalidade é a investigação ou o esclarecimento de uma realidade específica e a elaboração dos conceitos correspondentes.

Com uma concepção distinta, Frankena (1973) afirma que a ética é uma das ramificações da filosofia, a Filosofia Moral, ou seja, o pensamento filosófico a cerca dos dilemas e julgamentos morais. Em seus escritos, Frankena apresenta a ética sob uma perspectiva normativa, e sua preocupação é estabelecer uma teoria normativa com o objetivo de responder sobre o certo e o errado e o que deve ou não ser feito.

Cortina e Martínez (2005, p. 9) também compartilham da concepção de ética como filosofia moral, compreendendo a ética como “a parte da Filosofia que se dedica à reflexão sobre a moral.”. Segundo estes autores, a ética utiliza os métodos filosóficos para construir racionalmente e reflete sobre as questões morais para compreender a dimensão moral do ser humano.

Diante das variadas concepções de ética apresentadas, entendemos que a ética é a ciência que se concentra em compreender o comportamento dos seres humanos no ambiente social e analisar de maneira crítica os preceitos morais que orientam a conduta humana, utilizando-se dos métodos filosóficos para atingir tais objetivos.

A ética é confundida frequentemente com moral e os seus conceitos muitas vezes são usados como sinônimos. Alguns autores associam os dois conceitos em uma mesma definição como faz Chauí (2000, p. 437) ao afirmar que “ética e moral referem-se ao conjunto de costumes tradicionais de uma sociedade e que, como tais, são considerados valores e obrigações para a conduta de seus membros.”.

Seguindo a mesma concepção, Rodrigues e Crespo (2006, p.34) mistura ética e moral ao dizer que, a ética é a Ciência da conduta, e justifica essa afirmação citando Du Mont (1991) “Ética é um conjunto de regras que devem ser seguidas para o bem da sociedade, mas não necessariamente implica em punição, e apela-se então para a consciência de cada um, tencionando-se não passar sobre os valores morais na busca dos próprios interesses.”

Porém, apesar de parecidos existe uma distinção entre ética e moral. A palavra ética vem do grego *ethos* e significa modo de ser, caráter; é mais teórica e mais voltada para a reflexão baseada na liberdade de escolha, com uma visão universalizante, caracterizando-se por ser “desconstrutora e fundadora, enunciadora de princípios e fundamentos” (RUSS, 1999, p.8).

A palavra moral deriva do latim *mores* e significa hábitos, costumes; é mais prática, parte da realidade dos costumes, abrange um grupo social específico e é produto de uma coerção social, caracterizada como normativa, é instituída por uma autoridade e implica em punições à desobediência das regras (SEGRE; COHEN, 2002). De acordo com Cortina e Martínez (2005, p. 16), a moral pode ser entendida, entre outras acepções, como um “modelo de conduta socialmente estabelecido em uma sociedade concreta” e também como um “conjunto de convicções morais pessoais”.

Segundo Carvalho (1997, p. 476) a moral pode ser compreendida de duas maneiras, como “o conjunto de normas aceitas e adotadas por uma comunidade.” e também como “um comportamento mínimo exigido de todos os membros de uma comunidade”, sendo a última definição referente à moral social.

Sánchez Vásquez (1984, p. 37, *tradução nossa*) define moral como “um conjunto de normas e regras de ação destinadas a regular as relações entre os indivíduos de uma determinada comunidade social”. A finalidade da moral é proporcionar a harmonia entre interesses individuais e sociais. O autor afirma que moral não pode ser considerada como uma

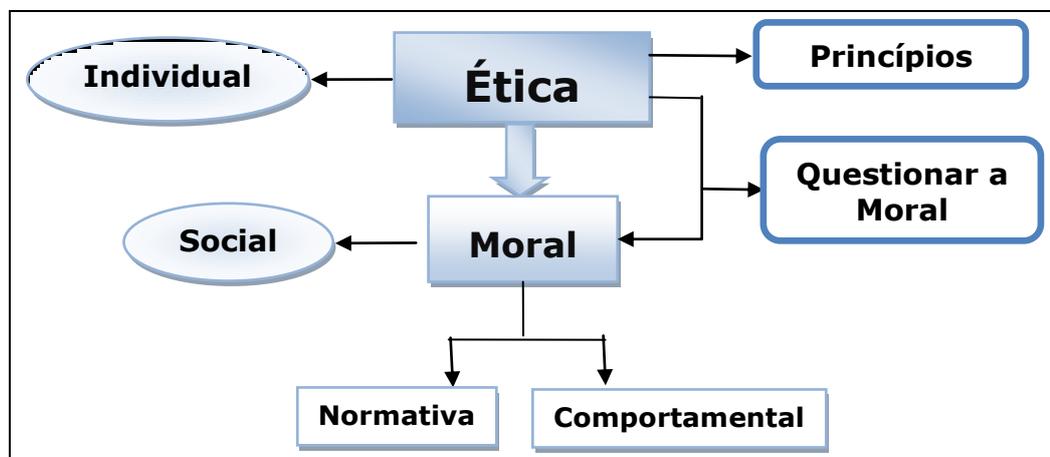
ciência, mas sim o objeto de estudo da ciência ética. Sendo assim, a relação existente entre ética e moral é de ciência específica e seu objeto de estudo.

As condições históricas determinam a modificação dos valores morais, permitindo a existência de diversas morais de acordo com a diversidade de sociedades e justificando o porquê algo que é considerado como moral em uma determinada época pode ser apontado como moralmente inaceitável em outro momento. (CHAUÍ, 2000; FOUREZ, 1995; VÁZQUEZ, 1984)

Desta forma, entendemos que a moral é um conjunto de normas elaborado com o objetivo de nortear o comportamento dos homens consigo e com a comunidade em geral, que variam de acordo com a cultura de cada sociedade e pode ser encontrada sob dois aspectos: o normativo, como instituidora de normas; e o comportamental, como o comportamento aceitável pela comunidade.

O diagrama abaixo ilustra a relação existente entre ética e moral e a finalidade de cada uma delas.

Figura 1 – Relação entre Ética e Moral



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Ao distinguir ética de moral Cortina e Martínez (2005, p.51) afirmam que “as doutrinas morais se oferecem como orientação imediata para a vida moral das pessoas, ao passo que as teorias éticas pretendem antes dar conta do fenômeno da moralidade em geral.” Contudo, apesar de ética e moral possuírem dimensões distintas, no que se refere aos pressupostos, à abrangência e no modo de ação, percebemos que a ética e a moral são doutrina e teorias complementares, pois ambas buscam o bem-estar, a definição de valores, influenciam a sociedade e procuram ser acolhidas e exercitadas.

2.2 DIFERENTES ABORDAGENS SOBRE ÉTICA

Ao longo do tempo, os estudos da conduta do homem e a maneira como a ética é entendida variaram de acordo com as transformações pelas quais a sociedade passou e também em relação aos diversos pensadores que se debruçaram sobre as reflexões desses assuntos. Nesta seção, apresentaremos alguns estudiosos que discutem a ética e suas respectivas abordagens.

Aristóteles¹ é considerado como o fundador da ética filosófica. Herdeiro das idéias platônicas, ele desenvolve os estudos iniciados por Platão sobre as questões éticas, realiza a distinção entre o saber teórico e o saber prático, o enquadramento da ética como uma ciência prática, e a definição do campo das ações éticas. No pensamento Aristotélico, o bem é visto como finalidade última e principal, a felicidade é considerada como o bem supremo do homem, e esta consiste na vida teórica e contemplativa cuja plena realização coincide com o desenvolvimento da racionalidade. Este filósofo também foi o responsável por colocar as ações humanas em evidência, e como consequência a necessidade de reflexão sobre os resultados dessas ações. (ARISTÓTELES, 2007)

René Descartes² possuía como tema central a fundamentação de um novo método científico que pudesse servir de alicerce à ciência moderna. Dedicou-se as questões epistemológicas e ao conhecimento da natureza humana. No que se refere à ética, as principais linhas da compreensão cartesiana são: a moral provisória, a distinção entre o certo e o errado, e a vontade e as paixões da alma. Para Descartes, a ética era fundamentada no uso racional do livre arbítrio e na generosidade, pois o filósofo considerava a liberdade como a mais valiosa das virtudes. De acordo com ele, a conduta do homem deveria ser moldada pelo domínio de si, e, através do conhecimento da verdade, o raciocínio estaria apto para conter as emoções, o que conduziria o homem a um estado de consciência ética. (MARCONDES, 2009)

Na visão de mundo de Immanuel Kant³ a ética deveria estar baseada na autonomia da razão, ou seja, as ações éticas praticadas pelos indivíduos deveriam ser originadas no livre raciocínio dos mesmos. Este filósofo tem a razão prática como tema central de sua obra,

¹ Aristóteles nasceu na Grécia e viveu entre 348 a.C e 322 a.C. Suas idéias e pensamentos filosóficos têm influencias significativas na educação e no pensamento ocidental.

² Filósofo francês que viveu entre 1596 e 1650, considerado como um dos fundadores da filosofia moderna por defender a ciência nova e criticar a tradição filosófica.

³ Immanuel Kant nasceu na Alemanha em 1724, onde também viveu até 1804. Sua obra, que possui como marca o racionalismo e a proposição de uma ética de princípios, abriu caminho para os seguidores do pensamento contemporâneo.

caracterizada por criticar a razão teórica. Ele procurou analisar em quais condições a razão funciona, como age e o seu objetivo. A partir das reflexões sobre a razão prática, Kant formulou o princípio do imperativo categórico, “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal.” (KANT, 2007, p. 59). O imperativo categórico define como ação moral que as ações podem ser universalizadas, segundo este princípio os deveres morais são guiados pela razão e não admitem restrições.

Com uma percepção totalmente contrária da que foi proposta por Kant, Emmanuel Levinas⁴ rejeita a visão tradicional de consciência racional, apresentando uma forma inovadora de elaborar conceitos. Ele sugeriu a ultrapassagem da ontologia⁵, pela ética como filosofia primeira. Defendia que a ética deveria estar estabelecida na relação inter-humana como uma oportunidade de humanização. Este pensamento seria a base de sua doutrina conhecida como ética da alteridade, cujo objetivo é o encontro humano, tomando como ponto de partida a idéia de que “o homem toma seu sentido maior na relação com seu próximo” (PIZARRO, 2010, p. 32).

No mesmo sentido, Hans Jonas⁶ esvazia a idéia de finalidade racional, acreditando que o homem tornou-se uma ameaça para si mesmo. Na busca de uma ética razoável para a civilização tecnológica, que conciliasse os valores e interesses da sociedade, Jonas sugere como solução uma ética fundamentada na responsabilidade do homem perante as futuras gerações. A ética de responsabilidade caracteriza-se por ser metafísica, não utópica, ontológica e rediscutir os ideais de progresso focalizando no bem estar atual e futuro. Diante da necessidade de uma ética que avalie o coletivo, o imperativo categórico de Kant perde o sentido, e Jonas propõe a reformulação e adequação deste princípio, que poderia ser enunciado mais ou menos da seguinte forma: Aja de maneira que os seus atos não destruam as condições de vida futura na terra. (JONAS, 2006)

Com uma perspectiva distinta de Jonas, porém seguindo o mesmo sentido de buscar uma nova ética, Leonardo Boff⁷ crítica o modelo ético dominante caracterizado pelo utilitarismo e apresenta um novo paradigma ético fundamentado no cuidado. A ética do cuidado propõe o cuidado como ontologia do ser humano, a sustentabilidade como expressão

⁴ Pensador lituano-frances, judeu, que viveu entre 1906 e 1995, e possui como foco de sua obra a subjetividade.

⁵ Ontologia é a “doutrina que estuda os caracteres fundamentais do ser: os que todo ser tem e não pode deixar de ter” (ABBAGNANO, 2007, p. 662). Neste caso, a ontologia proposta por Heidegger, de quem Levinas foi aluno, e que é a metafísica da existência, através da qual é possível averiguar o que constitui o fundamento da existência, ou seja, a sua finitude. (MORA, 1978)

⁶ Filósofo alemão que viveu entre 1903 e 1993, e demonstrou preocupação com as questões éticas suscitadas pelo progresso tecnológico.

⁷ Leonardo Boff é brasileiro e nasceu em 1938. Possui uma vasta e diversificada obra, caracterizada pelo ecletismo e pela variedade de temas abordados em âmbito teológico, filosófico, antropológico e ecológico.

do cuidado e a conciliação entre trabalho e cuidado. Boff defende a centralidade do sentimento, a necessidade do resgate da dimensão feminina do ser humano no sentido de enfatizar o *pathos* (emoção) em detrimento do *logos* (razão), e a imprescindibilidade de reflexão sobre o cuidado essencial. Sob este prisma, a ética do cuidado se apresenta como apta para criar um novo modo de ser do humano. (BOFF, 2005)

O quadro abaixo mostra uma síntese das abordagens apresentadas com os autores e suas respectivas idéias.

Quadro 2 – Resumo das Abordagens Éticas

Autor	Abordagens éticas
Aristóteles	Compreende o bem como finalidade do homem e a felicidade como o bem supremo.
René Descartes	Ética fundamentada no livre arbítrio e na generosidade. Considera a liberdade como a mais preciosa das virtudes.
Immanuel Kant	Ética baseada na autonomia da razão. Razão prática como tema central de sua obra.
Emmanuel Levinas	Ética da alteridade. Ética estabelecida na relação inter-humana como oportunidade de humanização.
Hans Jonas	Ética da responsabilidade. Ética que concilia os valores e interesses da sociedade discutindo os ideais de progresso com foco no bem estar atual e futuro.
Leonardo Boff	Ética do cuidado. Ética fundamentada no cuidado essencial do ser humano.

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Percebemos que, apesar das variadas teorias defendidas e das diversas maneiras de conceber a ética ao longo do tempo, todas as abordagens apresentadas possuem em comum a busca pelo bem estar do homem, seja na perspectiva individual ou na coletiva, e de uma convivência harmoniosa em sociedade.

2.3 A CRISE ÉTICA NA PÓS-MODERNIDADE

A sociedade vivência uma crise de valores morais que está expressa entre outras formas, na linguagem e no comportamento dos indivíduos. Tal crise expõe uma intensa anomia, ou seja, a ausência do cimento afetivo que garante a interiorização do respeito às leis e as normas de uma comunidade. Esta situação teve origem na modernidade e se revelou na pós-modernidade. (CHAUI, 1992)

A pós-modernidade não se refere a um período histórico que teve início com o fim da modernidade, o “pós” é utilizado no sentido de idéia que supera a anterior. Trata-se de uma fase que altera os paradigmas sociais, finaliza os conceitos estabelecidos na modernidade e os substitui por novas idéias. Quando a modernidade atingiu sua fase autocrítica as teorias éticas vigentes perderam o sentido, e ao mesmo tempo emergiu uma nova possibilidade de compreensão dos fenômenos morais. (BAUMAN, 1997)

O pensamento pós-moderno é uma crítica a modernidade. Ele rejeita a maneira moderna de solucionar os problemas morais e propõe o questionamento dos valores morais em vigor. Essa idéia havia sido proposta por Nietzsche (2009, p.12), em sua obra *Genealogia da Moral* o autor afirma que “necessitamos de uma crítica dos valores morais, o próprio valor desses valores deverá ser colocado em questão” e sugere a análise de todos os aspectos da moral sob uma nova perspectiva.

Os modelos éticos fixados na modernidade eram caracterizados pela rigidez e absolutismo, fundamentados em uma moralidade universal, objetiva, imposta as pessoas e por meio da qual os homens distinguiam o certo e o errado. Na pós-modernidade esses padrões cederam lugar a uma pluralidade de éticas marcadas pela ausência de princípios universais, relativização e fluidez.

Bauman (1997) descreve a crise ética na pós-modernidade como a discrepância entre a demanda e oferta do poder e a orientação do seu uso. Segundo este autor, as dimensões desta crise abrangem, entre outros aspectos, a incerteza moral, o pluralismo de normas, as escolhas morais ambivalentes, a ambigüidade moral e o efeito emancipatório do pluralismo que culmina na resolução do problema da liberdade.

No contexto da modernidade, a liberdade é caracterizada por ser um privilegio destinada para uma minoria, a elite pensante. Esta minoria é considerada como sábia e digna de possuir liberdade de escolha. Em contrapartida, a liberdade deve ser limitada para a massa da sociedade em decorrência da hipótese que ela pode ser usada para fazer o mal. A liberdade individual fica condicionada à submissão as regras da sociedade. Porém, essas questões são solucionadas com o paradigma pós-moderno.

A relativização da ética e a perda dos padrões éticos estremeceram profundamente as instituições tradicionais (família, igreja, policia, estado, justiça, escola) e esse abalo se manifesta de diversas maneiras nessas instituições. Constatamos a perda de espaço da convivência familiar para os instrumentos tecnológicos, a vulgarização da imagem feminina, o individualismo e a indiferença com o próximo, a corrupção no serviço público, o uso da educação como instrumento político e o enfraquecimento do sistema judicial e legislativo.

Além disso, observamos que a verdade passou a ser relativizada, que os conceitos preestabelecidos são assimilados sem meditação, que o imediatismo tornou-se uma constante, que os prazeres foram mercantilizados, que o consumismo, a imagem pública e a juventude são valorizadas em excesso, e que a independência pessoal, a liberdade de expressão e o divertimento foram sacralizados.

Acrescentamos a esse cenário a crise social detonada pela globalização e expressa nas mais diversas formas como, por exemplo: através das contradições impostas com colonialismo e capitalismo, da exploração da mão de obra, do caos gerado pelas privatizações e da nova ordem social baseada na competitividade sem limites morais. Milton Santos em entrevista a Silvio Tendler (2006) discute sobre o sistema de divisão social capitalista que provocou a segmentação dos códigos éticos gerando uma “ética dos poderosos”, uma “ética dos que não tem nada” e uma “ética dos desesperados”, estes últimos são conduzidos pelo caminho da violência como propulsora de mudanças.

Essa realidade de crises social, ética e de valores expõe a dificuldade de reencontrar um padrão ético e a necessidade da criação de uma ética adaptada às exigências da atual sociedade. Concordamos com Dupas (2000, p.79) quando ele afirma que “a ética para o nosso tempo parece necessária e impossível.” e nos questionamos em como criar uma nova ética? Como criar uma ética para todos em uma sociedade individualista? Como pensar o dever para uma sociedade insubmissa?

A perspectiva de Milton Santos em que os desesperados se valem da violência para gerar mudanças nos remete ao pensamento de Nietzsche (2009) que defende uma concepção de ética baseada na transgressão como expressão de liberdade. Porém, Chauí (2000) tece uma crítica intrigante ao pensamento de Nietzsche ao questionar o caráter libertador da violência e a capacidade desta violência de fundamentar uma nova ética.

Boof (2005) propõe a criação de uma ética universal que englobasse os mais variados interesses sociais tendo como base para esse novo paradigma ético o cuidado. Entretanto nos perguntamos: a sociedade atual adaptada a quebra do paradigma de ética universal proposto pela modernidade e rompido pela pós-modernidade estaria disposta a retroceder a uma ética universal? Como criar uma ética universal para uma sociedade pluralista?

As respostas para essas questões sobrepujam a nossa compreensão sobre os assuntos filosóficos. No entanto, acreditamos que a educação se apresenta como uma alternativa para a superação da crise de valores morais, pois o ensino possibilita o aumento da capacidade de reflexão e proporciona autonomia, colaborando com a formação de indivíduos conscientes de sua cidadania. De homens com um pensamento crítico e propulsores de mudanças sociais.

3 ÉTICA PROFISSIONAL

A origem dos ofícios e profissões se dá a partir da distribuição do conhecimento em instituições sociais e em atribuições específicas realizadas por um grupo exclusivo. Pizarro (2010), ao diferenciar as ocupações das profissões, estabelece como características da profissão o monopólio de um conhecimento especializado e a existência de um conjunto de saberes científicos que garantem a sua posição na hierarquia do sistema profissional.

O termo profissional é usado no senso comum para se referir a um sujeito que possui uma ocupação em um setor específico da sociedade. De modo geral, entende-se por profissional o indivíduo que dedicou sua vida ao exercício de um ofício e nele se especializou. Restringindo um pouco mais o sentido do termo, um profissional é aquele que tem uma formação específica e é capacitado para exercer uma profissão. (DANUELLO; GUIMARÃES, 2008)

A tendência natural que o ser humano possui para se associar em grupos é refletida no âmbito profissional por meio das categorias profissionais, nestas, cada indivíduo procede de uma forma peculiar que é orientada pelo trabalho realizado. Da mesma forma que cada ser necessita da disciplina e da conduta fornecidas pela ética, o agrupamento de vários indivíduos em classes profissionais também padece da mesma necessidade, nesse caso a conduta e a disciplina são norteadas pela ética profissional.

Seguindo essa linha de pensamento, Duanello e Guimarães (2008, p. 27) entendem que:

A ética profissional tem por objeto o conjunto de valores morais que uma determinada classe profissional deve se orientar e seguir para alcançar um agir profissional correto e adequado para com a sociedade em que se insere e, no mais das vezes, materializa-se por meio das regras, expressas em códigos de ética, orientadores da conduta profissional de um dado segmento.

A ética profissional procura normatizar os aspectos práticos das profissões no que diz respeito ao comportamento dos profissionais e o seu relacionamento com os outros. Tem o objetivo de assegurar a preservação das profissões e dos seus profissionais. Trata-se de seres distintos que buscam a homogeneização perante a classe, prezando pelo bem geral. Cirne e Ferreira (2002, p.122) definem ética profissional como aquela que “estuda e regula o relacionamento do agente profissional com as pessoas com as quais lida por força da sua

própria situação profissional, visando à dignidade humana e a construção do bem-estar no contexto sócio-cultural onde exerce a sua profissão.”

Tomar decisões éticas contribui para o crescimento da qualidade e competência profissional. A maneira como as atividades profissionais são exercidas depende de muitos fatores, exigindo a aptidão de decisão ética, desta forma, podemos afirmar que a ética é indispensável para um bom desempenho profissional.

Entretanto, não existe profissional perfeito e o contexto no qual o indivíduo está inserido pode ajudar com o aumento ou a diminuição da competência profissional. Além disso, as atividades profissionais são pautadas na união das normas éticas da profissão e da ética do pessoal do indivíduo, esses são aspectos que muitas vezes podem entrar em conflito. (DANUELLO; GUIMARÃES, 2008)

Para prosseguir com as discussões iniciadas a cerca da ética profissional, neste capítulo, pretendemos apresentar a definição e as características da deontologia, expor a significação e os elementos constitutivos de um código de ética e discutir sobre os códigos de ética do arquivista.

3.1 DEONTOLOGIA

O termo deontologia foi criado pelo Filósofo inglês Jeremy Bentham⁸, em 1834, e deriva do grego *deon* [o que é conveniente] e *logia* [conhecimento]. Serve para designar duas vertentes éticas: a ética exegética, responsável pela formação das faculdades intelectuais, e as ações da vontade suscetíveis de aceitação ou rejeição, que determina a vontade do indivíduo.

Esta última é a deontologia a qual Bentham se referia e que para ele expressava “o conhecimento do que é conveniente” aplicado a moral. (CAMPONEZ, 2009) Para este filósofo, o conceito de deontologia estava relacionado a um conjunto de princípios de uma teoria ética nova pautada no bem-estar e em uma perspectiva utilitarista⁹, completamente diferente do sentido no qual o termo é utilizado atualmente, para designar as normas e regras de uma profissão.

⁸ Jeremy Bentham foi um jurista e filósofo inglês que viveu entre 1748 e 1832. Dedicou-se aos estudos sobre a filosofia do direito e a filosofia moral, distinguiu-se por elaborar a filosofia política conhecida como Utilitarismo.

⁹ Palavra usada para se referir ao Utilitarismo, que é uma “corrente do pensamento ético, político e econômico inglês dos séculos XVIII e XIX.” (ABBAGNANO, 2007, p. 986)

De acordo com Camponez (2009), além dessa definição atribuída por Bentham, o termo deontologia possui mais três significados completamente distintos. No âmbito filosófico, deontologia designa as ações que se impõe de forma obrigatória, tal como o imperativo categórico proposto por Kant. No contexto profissional, o conceito de deontologia refere-se ao conjunto de obrigações profissionais ligadas a princípios éticos e normativos. Em um sentido mais estrito, deontologia significa um conjunto de normas e regulamentos das profissões, com uma perspectiva normativa, concentrada nos códigos deontológicos.

A deontologia possui a função de controlar, disciplinar e orientar a vivência e conduta profissional. Francisco Souza (2002, p. 55) ao conceituar deontologia afirma que:

Deontologia é, portanto, o elenco de determinações objetivas, instruções operacionais e de cunho prático, que os membros de um grupo profissional devem seguir, no exercício de suas atividades, para garantir a uniformidade, em todos os seus aspectos e lugar, do trabalho e ação do grupo, como se fosse a ação de um único indivíduo. Isso, geralmente, se traduz num código que detalha minuciosamente o modo de proceder e o comportamento pessoal, em cada momento, em cada relação de trabalho do profissional com o comprador, seu patrão final na sociedade.

O conceito de Souza evidencia o aspecto uniformizador da deontologia. Além de orientar a detalhadamente o comportamento e a conduta dos profissionais, a deontologia pretende unificar a ação do grupo para que este seja visto como uma unidade com o objetivo de proporcionar um serviço de qualidade.

Buscando uma definição mais sucinta Rasche (2005), afirma que a deontologia refere-se às obrigações peculiares das atitudes do homem no campo profissional, e que muitas vezes a se encontra institucionalizada nos códigos de conduta, códigos de princípios, que geralmente chamamos de código de ética. A mesma autora chama atenção para a diferença que existe entre códigos deontológicos e códigos com conteúdos éticos.

3.2 CÓDIGO DE ÉTICA

As normas que regem um determinado grupo de profissionais reconhecidos pelo Estado são agrupadas formando um código de conduta, conhecido como código de deontologia ou ética profissional. Um código de ética é um instrumento regulador que reflete as relações entre os campos da conduta e o ideal moral, com o propósito de estabelecer os critérios de conduta do indivíduo perante determinada classe profissional.

Esse instrumento possui como finalidade apontar a constituição, os ideais e definir a identidade política e social de um determinado grupo. Além disso, pretende também determinar como o comprometimento com as atividades, em conformidade com a ética universal será realizado. Ao definir código de ética Chinem (2003, p. 121), afirma que “Códigos de ética são conjuntos de normas de conduta que procuram oferecer diretrizes para decisões e estabelecer a diferença entre o certo e o errado.”

A elaboração de um código de ética deve iniciar com a fixação da base filosófica do código, ou seja, a filosofia que será seguida. Os princípios fundadores precisam ser definidos em torno de dois eixos: os direitos, que demarca as características do grupo; e os deveres, que abre o grupo a universalidade e constitui a principal função de um código de ética. (CIRNE; FERREIRA, 2002)

A codificação também precisa considerar três aspectos a respeito das profissões: os substantivos, que dizem respeito às aptidões e competências das profissões; os estruturais, que conferem autoridade para regulamentar os procedimentos, estabelecer disciplina e proporcionar desenvolvimento intelectual; e filosóficos, que refletem a respeito do por que da existência da profissão e sobre as relações com as outras profissões e com a comunidade. (PIZZARO, 2010)

O quadro abaixo apresenta os elementos que constituem um código de ética profissional e suas respectivas finalidades.

Quadro 3 – Elementos de um Código de Ética Profissional

Elemento		Finalidade
Base filosófica		Estabelece a filosofia a ser seguida
Eixos normativos	Direitos	Define as características do grupo
	Deveres	Abre o grupo a universalidade
Aspectos profissionais	Substantivos	Referente às aptidões e competências das profissões
	Estruturais	Regulamenta os procedimentos, estabelece disciplina e permite o desenvolvimento intelectual
	Filosóficos	Reflete sobre a existência da profissão, a relação desta com as outras profissões e com a comunidade

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Para Cirne e Ferreira (2002), o código de ética é um instrumento normativo que possui limitações, pois apesar de prever sanções ao seu descumprimento de suas normas, não possui força jurídica e está submetido e limitado por uma lei jurídica superior. Considerando estas limitações, podemos dizer que se trata de um instrumento regulador frágil. Desta forma,

é necessário que um código de ética seja resultado de um processo democrático, para que ele possa ser reconhecido como representativo do grupo, e educativo, para reforçar sua eficácia e legitimidade.

3.3 CÓDIGOS DE ÉTICA DO ARQUIVISTA

Os profissionais de arquivo possuem um código de ética que serve como um instrumento regulador a ser seguido. A primeira versão de um código de ética para os arquivistas foi elaborada em 1955 pelo americano Wayne C. Grove. Durante as décadas seguintes os estudos sobre a importância do profissional de arquivo avançaram, dando origem a outros códigos de ética.

No decorrer da década de 1990 vários países e associações profissionais elaboraram seus códigos de ética. Em 1992 a Sociedade de Arquivistas Americanos (SSA) publicou o seu código de deontologia; em 1996, no Congresso Internacional de Arquivo, foi aprovado o Código de Ética dos arquivistas proposto pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e em 1999 foi a vez de Portugal. O código português possui a peculiaridade de ser resultado da ação conjunta de três associações dos profissionais da informação, a Associação Portuguesa de Documentação e Informação na Saúde (APDIS), a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), e a Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Informação Científica e Técnica (INCITE). (SOUZA, K., 2011)

No Brasil, é utilizado o Código de Ética proposto pelo Conselho Internacional de Arquivos, mas a Associação de Arquivistas Brasileiros possui um código de deontologia similar ao do CIA.

Os três códigos de ética apresentados propõem princípios éticos para os arquivistas, que podem ser resumidos em nove pontos:

1. Acesso amplo, com as restrições necessárias;
2. Integridade física e intelectual;
3. Não aproveitamento da posição privilegiada;
4. Imparcialidade;
5. Interesses públicos em detrimento dos particulares;
6. Associação e colaboração com os companheiros;
7. Atualização profissional;
8. Privacidade e segurança; e,

9. Publicidade dos serviços.

Em linhas gerais, os três foram elaborados para instruir profissionais de arquivos permanentes, não contém instruções específicas para os arquivos correntes e intermediários, e não incluem diretrizes para as questões referentes ao ambiente digital. O Código da CIA exige uma ação conjunta de instituições arquivísticas e associações para o seu cumprimento; e o Código português, por ter sido criado para atender as necessidades de todos os profissionais da informação, tornou-se muito abrangente; deixando a desejar em aspectos específicos aos profissionais de arquivo.

Porém, como a essência da ética é a reflexão crítica essas questões certamente podem e devem ser analisadas e revistas de acordo com as mudanças sociais ocorridas desde a publicação dos referidos códigos, visando o aprimoramento da excelência do arquivista. Acreditamos que o ambiente favorável para esses debates seja a academia, pois é na universidade onde acontece o intercâmbio entre as reflexões teóricas e as necessidades do mercado de trabalho. Além disso, a discussão a cerca dos códigos de ética do arquivista possui relevância para a formação profissional.

4 FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A discussão sobre formação profissional no contexto deste trabalho se faz necessária devido à relação existente entre esse tema e os objetivos do estudo. Propomos-nos a analisar o ensino de ética e a comparar as atitudes éticas dos discentes iniciantes com as dos concluintes. Tais assuntos estão ligados a academia e esta abrange o processo de formação profissional. Sendo assim, consideramos pertinente o debate realizado neste capítulo.

Ao falarmos em formação profissional, as primeiras palavras que lembramos são: educação e capacitação, muitas vezes usadas como sinônimos, mas que possuem distinção entre si. De acordo com Pederson (1994 *apud* JARDIM, 1999, p. 2), a formação profissional envolve um pouco tanto de uma quanto da outra, o mesmo autor ao definir e diferenciar os dois termos afirma que a educação é

[...] um processo de instrução sistemática para desenvolver a capacidade intelectual do indivíduo e adquirir um corpo de conhecimento. Sua ênfase encontra-se no teórico/analítico e no processo e capacidade do sujeito em compreender, comparar, transferir e aplicar conceitos e princípios gerais a uma variedade de situações e problemas específicos.

E que a capacitação tem como objetivo “dotar os seus beneficiários de um tipo mais concentrado de instrução para cumprir tarefas definidas, num contexto específico. Visa servir como meio para se atingir um fim, ou seja, adquirir experiência em um tipo de trabalho e não constituir-se num fim em si mesmo”. (PEDERSON, 1994 *apud* JARDIM, 1999, p. 2)

Outros dois termos que associamos a formação profissional são teoria e prática. Segundo Vázquez (1980), a teoria gera um conhecimento imprescindível para a transformação da realidade, enquanto a prática transforma a realidade com a finalidade de atender as necessidades humanas. As duas mantêm uma relação de complemento, pois a existência da teoria depende da prática por encontrar nela finalidade e fundamento.

Larissa Costa (2008, p. 38), em seu estudo sobre a formação do profissional arquivista, enfatiza a importância da formação acadêmica para a prática profissional ao afirmar que “O corpo de conhecimentos formais, ou seja, conhecimento adquiridos e desenvolvidos durante a formação acadêmica, fundamenta o discurso de uma profissão, orienta a formação dos futuros egressos e fornece sustentação a prática profissional.”

Em contrapartida, a experiência prática é indispensável na formação do arquivista e Sousa (2009, p.11) salienta isso ao defender que “a prática evidencia, em seu sentido mais

amplo, o caráter de alicerce da teoria na medida em que esta se encontra vinculada às necessidades práticas do homem.”

Partindo desta perspectiva, onde tanto a teoria quanto a prática possuem importantes papéis na formação do profissional de arquivo, pretendemos neste capítulo aprofundar as discussões em torno desse tema. Para tanto vamos abordar a formação arquivística Brasil, discutir a cerca do ensino de ética em Arquivologia que é o foco da nossa pesquisa e debater sobre a importância do estágio na formação do Arquivista.

4.1 FORMAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA

No âmbito acadêmico da Arquivologia, a formação destes profissionais é um dos temas mais discutidos em estudos, eventos e publicações. Dessas produções, uma parte aponta como foram formados e como estão constituídos os cursos, discutem as tentativas de harmonização entre a Arquivologia e a Ciência da Informação e abordam a formação de uma forma generalista, apresentando pouca reflexão sobre o impacto do mercado na formação e a importância que o arquivista tem alcançado na sociedade. A outra parte possui como enfoque a adequação das ofertas formativas as necessidades da sociedade. (SOUZA, K., 2011)

Seguindo essa linha de pensamento sobre adequação das formações as necessidades sociais, Costa (2008) observa que a maior parte do conhecimento e os serviços desenvolvidos na universidade são provenientes das demandas da atual sociedade. A universidade passa a atender ao mercado e o ensino tornou-se o ponto-chave para o aperfeiçoamento das competências pessoais e profissionais. Entretanto, chamamos atenção para essa postura que a universidade assume de procurar atender ao mercado, tal atitude deve ser analisada de forma cautelosa¹⁰, pois o mercado “não se interessa por educação, mas pelos efeitos funcionais em termos do manejo do conhecimento.” (DEMO, 2000, p. 17)

A respeito da formação arquivística no Brasil, Katia Souza (2011) afirma que os primeiros profissionais, denominados *arquivologistas*, foram formados por cursos promovidos pelo Arquivo Nacional a partir do início do século XX. Tais cursos possuíam como base as disciplinas de Diplomática e Paleografia, e as características de cursos de capacitação, com uma visão voltada para a tradição européia, cujo foco são os arquivos

¹⁰ Principalmente no caso específico da arquivística, pois essa postura da universidade pode conduzir a formação de profissionais meramente tecnicistas.

permanentes. Os cursos de graduação em Arquivologia só foram criados e reconhecidos no início da década de 1970.

Em 1974 o Conselho Federal de Educação, por meio do Parecer 698/74, aprovou o currículo mínimo para o curso de Arquivologia, com uma carga horária de 2.160 horas letivas a serem cumpridas em um período de três a cinco anos. O currículo também incluía o estágio supervisionado e abrangia as seguintes matérias: Introdução ao estudo do Direito, Introdução ao estudo de História, Noções de contabilidade, Noções de estatística, Arquivos I a IV, Documentação, Introdução a Administração, História Administrativa, Econômica e Social do País, Paleografia e Diplomática, Introdução à Comunicação, Notariado, Língua estrangeira moderna. Além disso, era possível incluir diversas habilitações como arquivos históricos, empresariais, médicos, escolares, etc. (JARDIM, 1999)

Este modelo curricular de formação apresenta noções gerais, pois a metade das matérias são introdutórias e não asseguram uma formação com conhecimentos específicos. Possui como embasamento uma educação tecnicista, com “ênfase nos meios educacionais em função dos fins pragmáticos” e “destinado a formar mão-de-obra técnica para suprir as necessidades do mundo do trabalho” (COSTA, 2008, p. 40). Apesar das mudanças ocorridas desde o estabelecimento deste modelo, a sua principal característica (o tecnicismo), ainda se faz presente nos cursos de Arquivologia do Brasil, evidenciando a necessidade de revisão deste modelo tradicional de formação para uma com características inovadoras que possa atender a sociedade contemporânea. (COSTA, 2008)

Procurando atender a necessidade de atualização do modelo curricular o Ministério da Educação propõe através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1996, a substituição dos currículos mínimos e proporciona mais flexibilidade e mais dinamismo ao ensino-aprendizagem permitindo atender as demandas da sociedade contemporânea e apontando para a formação de um profissional da Ciência da Informação com habilitação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

Nos documentos divulgados pelo Ministério da Educação, as competências gerais definidas individualmente para a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia são as mesmas e apontam para a formação de um profissional capaz de responder às demandas de seus contemporâneos de forma eficiente, de formular, executar e avaliar políticas, planos e projetos, e de desenvolver e utilizar novas tecnologias. (SOUSA, 2009, p.9)

Essa tendência, de unificação da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia com a Ciência da Informação, dando origem a formação de um único profissional da informação é defendida por Fernanda Ribeiro (2005). De acordo com a autora, a mudança do paradigma

custodial para o pós-custodialismo tem conduzido a Arquivística para o campo da Ciência da Informação, pois as duas possuem como objeto de estudo e de trabalho a informação social. A autora acredita que o profissional da informação do século XXI necessita de uma formação baseada nos suportes teórico-metodológicos da Ciência da Informação, que formará um “*Profissional da Informação*” apto para atuar em qualquer tipo de sistema informacional.

No que se refere à relação entre o ensino e a prática, Jardim (1999, p.7) chama atenção para a dicotomia existente entre o saber e o fazer, onde o a teoria assume o segundo plano em detrimento da prática.

[...] a educação de um arquivista como um especialista da informação, capaz de manejar os fundamentos da área com uma postura científica, dá lugar ao treinamento de guardadores de papéis cujo instrumental é um tecnicismo calcado no senso comum. Estaríamos, assim, na melhor das hipóteses, capacitando técnicos de arquivos e não educando arquivistas.

Com uma visão mais otimista, Renato Sousa (2009) afirma que desde a definição do currículo mínimo do curso as bases do ensino de Arquivologia no Brasil passaram por profundas modificações que provocaram um avanço na construção do conhecimento. O autor aponta como elementos geradores dessas mudanças as diretrizes curriculares, a melhora na qualificação dos discentes, a banalização dos meios tecnológicos e a sensibilização da sociedade em relação à importância da informação. Defende que a criação dos cursos de Arquivologia teve fundamental importância nessas transformações e considera esse evento como um marco nos rumos da pesquisa na área arquivística. Além disso, o autor também destaca a necessidade de vinculação entre a teoria e a prática.

4.2 O ENSINO-APRENDIZAGEM DE ÉTICA EM ARQUIVOLOGIA

A busca por normas de convivência é uma constante que sempre acompanhou o homem nos diversos campos do saber. O ensino de ética é colocado como relevante em várias áreas do conhecimento, entretanto, parece que, de certa forma essa realidade não é percebida na Arquivologia, principalmente no caso brasileiro, que coloca esse tipo de estudo em segundo plano.

Podemos observar que o currículo mínimo, aprovado em 1974, para o curso de graduação em Arquivologia, não contemplava nenhuma matéria sobre ética ou ética

profissional. Com o passar do tempo, ocorreram diversas modificações no modelo curricular e ultimamente percebemos um sutil despertar em relação a esse tema.

De acordo com um estudo realizado por Katia Souza (2011), dos dezesseis cursos de Arquivologia existentes no Brasil atualmente, nove possuem pelo menos um componente curricular dedicado as reflexões sobre as questões éticas, são eles:

- Aspectos Éticos e Legais dos Processos Informacionais – Universidade Federal Fluminense, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB);
- Ética da Informação – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Pará;
- Ética e Legislação Arquivística – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Estadual de Londrina, Fundação Universidade Rio Grande, Universidade Federal Fluminense e
- Ética Profissional – Universidade Federal de Santa Catarina.

Desses componentes curriculares abordaremos, de modo geral, os dois que são objetos de estudo desta pesquisa, Aspectos Éticos e Legais dos Processos Informacionais da Universidade Estadual da Paraíba e Ética da Informação da Universidade Federal da Paraíba, pois mais adiante iremos analisá-los detalhadamente.

Através das ementas dessas disciplinas observamos que as duas abordam as questões de ética em relação aos profissionais da informação e a legislação específica desses profissionais. Em Aspectos Éticos e Legais dos Processos Informacionais, percebemos uma distribuição equilibrada de temas que percorrem as questões conceituais, profissionais, legais e tecnológicas. Já em Ética da Informação, notamos uma dedicação aos temas sobre ética e profissão.

Acreditamos que ambas as disciplinas traçam uma abordagem de temas éticos imprescindíveis aos profissionais de arquivo e convergente com as propostas do código de ética do arquivista vigente no país. Porém, o pouco espaço dedicado as questões sobre ética e tecnologia deixa a desejar, principalmente quando consideramos a importância que os meios tecnológicos possuem para a atual sociedade.

No que se refere às pesquisas e publicações, notamos uma enorme escassez de fontes que abordem o ensino de ética nos cursos de Arquivologia. Geralmente encontramos estudos sobre os outros aspectos que envolvem o tema ética, tais como ética profissional, e também

pesquisas em de áreas próximas da Arquivologia, como a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, porém essas áreas possuem as suas peculiaridades.

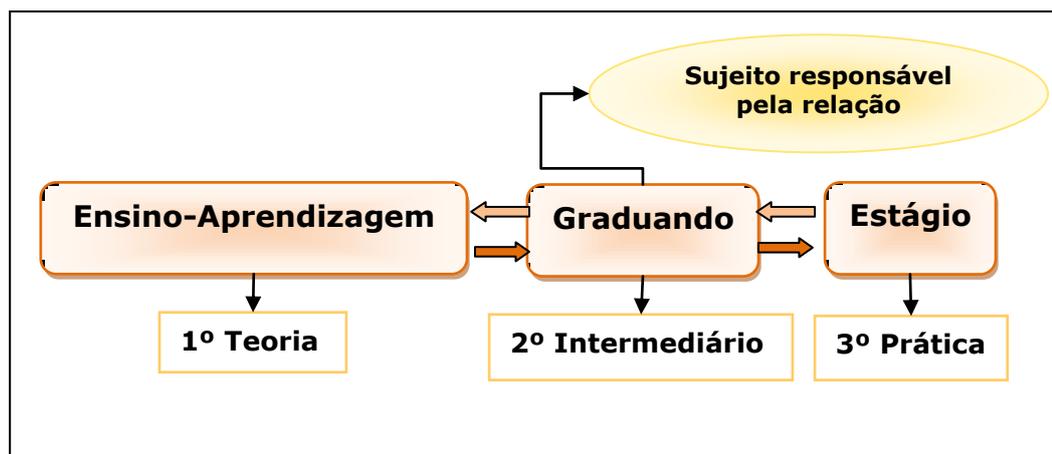
4.3 O ESTAGIO: A PRÁTICA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A necessidade de vinculação entre teoria e prática no campo da Arquivologia é um consenso entre vários autores¹¹, pois se trata de dois aspectos fundamentais para no processo de formação de profissionais capacitados para manejar bem as peculiaridades do objeto de estudo da arquivística.

A esse respeito, Sousa (1999) tece algumas importantes considerações. De acordo com o autor, a compreensão da prática separada da teoria nos conduz ao pragmatismo, mas a ênfase na teoria desvinculada da prática nos conduz a abstração. A prática é o que fundamenta a teoria, contudo a teoria não pode ser reduzida as exigências da prática. Portanto, os ensinamentos teóricos devem estar apoiados no contato com a prática, cabendo a nós encontrar o lugar que a prática deve assumir na Arquivologia.

A figura abaixo representa a relação existente ente a teoria e a prática e os seus respectivos sujeitos.

Figura 2 – Relação entre Teoria e Prática



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

A relação entre teoria e prática possui como personagens o ensino-aprendizagem representando a teoria, o graduando como intermediário do processo e sujeito responsável

¹¹ Jardim (1999), Costa (2008), Sousa (2009) e Souza (2011)

pela relação, e o estágio correspondendo à parte prática desse processo. A interação entre a universidade e o estágio se dá através do aluno, ele é o sujeito responsável por compreender as necessidades da prática e remetê-las a universidade para que a academia gere teorias fundamentadas na prática e que atendam as finalidades desta.

Na formação arquivística a presença da prática é de fundamental importância. Porém, salientamos que esta prática deve estar associada à noção de *práxis* defendida por Vázquez (1980) onde a atividade prática transcende o caráter utilitário-pragmático e assume uma posição transformadora. Trata-se de uma prática, sem o perigo de cair na técnica pela técnica, uma prática que conduz o graduando a reflexão e a transformação da realidade em que ele atua. Acreditamos que essa prática é possível e que o estágio é o ambiente adequado para o seu desenvolvimento

A cerca do estágio Bellotto (1992) acredita que um programa de formação arquivística que não proporciona pelo menos 40% de treinamento prático sobre as horas totais do curso possui pouca utilidade. Segundo Rousseau e Couture (1998), o estágio é um elemento indispensável para a formação, pois permite o confronto entre a teoria e a prática e prepara para a integração à profissão, devendo, conseqüentemente, estar presente em todo programa de formação.

Larissa Costa (2008, p. 45) entende que

[...] o estágio constitui o espaço em que ocorre uma forte mediação entre a formação acadêmica e a realidade profissional. Compreende o processo de investigação, explicitação, interpretação e intervenção na realidade e de enriquecimento da formação profissional. Além disso, o estágio propicia momentos para a reflexão sobre a ação profissional, e a visão crítica das descobertas e conhecimentos que o mundo de trabalho proporciona.

Desde a aprovação do modelo mínimo de formação para o curso de Arquivologia, em 1974, que o estágio é considerado imprescindível. A Resolução nº 28 do Conselho Federal de Educação, em seu artigo 3º, estabelece o estágio supervisionado como matéria obrigatória no currículo mínimo, correspondendo a 10% da carga horária total do curso, que era de 2.160 horas, ou seja, o estágio deveria ter 216 horas.

A legislação federal regulamenta o estágio de forma ampla por meio da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que em seu artigo 1º define estágio como um

[...] ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação

profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

De acordo com esta Lei, o estágio tem o objetivo de proporcionar o aprendizado de competências profissionais e o desenvolvimento do discente para a vida profissional. O estágio não cria vínculo empregatício, exige um seguro de acidentes pessoais para o estagiário, bem como determina a supervisão, acompanhamento e avaliação do estagiário por um professor orientador da instituição de ensino. De certa forma, a legislação sobre o estagiário protege o discente e o incentiva ao agir profissional.

Restringindo as normas ao universo da nossa pesquisa encontramos duas resoluções referentes ao estágio, a Resolução 020/2006 instituída pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) que regula as atividades de estágio curricular eletivo, ou seja, estágio não-obrigatório, na UEPB; e a Resolução Nº 47/2007 estabelecida pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPB que regulamenta os procedimentos referentes ao estágio curricular supervisionado, este pode ser tanto obrigatório como não-obrigatório.

Ambas as resoluções normatizam modalidades distintas de estágio que possuem a mesma finalidade proporcionar ao aluno a integração entre teoria e prática e fortalecer o processo de ensino-aprendizagem. Apresentam como requisitos básicos a fixação de convenio entre a universidade e a instituição onde o estágio será realizado, a formalização do estágio por meio do Termo de Compromisso de Estágio e a supervisão de um docente responsável pelo acompanhamento do estágio. Apesar de essas resoluções terem sido estabelecidas antes da Lei nº 11.788/2008, observamos que elas propõem o mesmo que a referida lei, a proteção do graduando e o estímulo ao desenvolvimento das práticas profissionais.

O estágio deve ser baseado em três aspectos: “o que-fazer próprio da disciplina; a vivência em um ambiente de trabalho [e] a orientação” (SOUSA, 2009, p. 11). Esses aspectos devem estar interligados de forma que proporcione um ambiente onde o discente possa formar sua identidade profissional, um espaço onde diversas situações reais permitam o desenvolvimento crítico e reflexivo do futuro profissional, caracterizando-se como um verdadeiro campo de treinamento.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

No ambiente acadêmico, a elaboração do conhecimento científico não pode ser realizada de forma aleatória, necessitando estar de acordo com os critérios de coerência, consistência de análise, originalidade e objetividade estabelecidos pela comunidade científica. Assim, a validação de uma pesquisa implica em sua conformidade com esses critérios. (MICHEL, 2009)

A pesquisa é definida por Marconi e Lakatos (2008, p. 157) como “um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou descobrir verdades”. Essa busca pela verdade é motivada por uma questão não respondida e requer do pesquisador a utilização dos métodos e técnicas adequados, conforme afirma Michel (2009). As atividades a serem realizadas nessa busca delinearão a classificação que a pesquisa terá, pois a classificação da pesquisa é direcionada pela essência do trabalho.

Desta forma, esta pesquisa classifica-se como uma pesquisa empírica, que segundo Rui Rodrigues (2007, p. 42)

[...] é aquela que busca fontes primárias, no mundo dos acontecimentos não provocados nem controlados pelo pesquisador, que se caracteriza por desenrolar-se em ambiente natural. Trata-se de um procedimento baseado na observação direta do objeto estudado no meio que lhe é próprio.

Para Martins e Theóphilo (2009, p. 39), na pesquisa empírica “o fato existe independentemente de qualquer atribuição de valor ou posicionamento teórico, e possui um conteúdo evidente, livre de pressupostos subjetivos”. A existência do fenômeno a ser estudado, isento de valores e subjetividade, permite que o pesquisador, por meio da observação juntamente com outras técnicas, elabore suas próprias análises, explicações, interpretações e conclusões.

Quanto à abordagem, a pesquisa fundamenta-se na abordagem qualiquantitativa, entendida por Michel (2009, p. 39) como “a pesquisa que quantifica e percentualiza opiniões, submetendo seus resultados a uma análise crítica qualitativa”.

Essa abordagem consiste na união dos métodos qualitativos e quantitativos. Richardson (1999, p. 72) caracteriza o método quantitativo “pelo emprego da quantificação

tanto nas modalidades de coletas de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas.” A utilização desse método garante precisão nos resultados, evita as distorções na análise e interpretação, e permite que as inferências sejam feitas com uma margem de segurança. É um método objetivo, que procura generalizações e permite ao pesquisador descrever, explicar e prever (MICHEL, 2009).

O método qualitativo difere do quantitativo por buscar o detalhamento do fenômeno e não utilizar as bases estatísticas em suas análises. Segundo Michel (2009, p. 38), a pesquisa qualitativa “discute, correlaciona, interpreta situações, fatos, opiniões, e conclui valores através de análise coerente”, permitindo a participação, compreensão e interpretação do pesquisador em situações complexas e particulares.

A pesquisa quali quantitativa tem como característica básica a complementação dos métodos e técnicas das duas abordagens, rompendo a dicotomia existente entre elas e possibilitando que o pesquisador compreenda, de forma ampla, os fenômenos mais complexos.

Como subsídio para os métodos supracitados, optamos pelas pesquisas do tipo descritiva e compreensiva para orientar os procedimentos adotados em relação à natureza do fenômeno.

Por pesquisa compreensiva, Rui Rodrigues (2007, p. 31) entende que “é aquele tipo de pesquisa que apreende – ou busca apreender – a subjetividade, o significado das observações colhidas.” Esse tipo de pesquisa procura compreender o sentido do fenômeno de estudo por meio do conhecimento interpretativo.

A pesquisa descritiva, de acordo com Rui Rodrigues (2007, p. 29) é

[...] o estudo que apresenta informações, dados, inventários de elementos constitutivos ou contíguos ao objeto, dizendo o que ele é, do que se compõe, em que lugar está localizado no tempo e no espaço, revelando periodicidades, indicando possíveis irregularidades, mensurando, classificando segundo semelhanças e diferenças, situando-o conforme as circunstâncias.

Segundo Gil (2008), o principal objetivo desse tipo de pesquisa é a descrição das características de uma determinada população ou fenômeno. A pesquisa descritiva analisa os fenômenos com máxima precisão, observando suas relações, conexões e interferências. Além disso, esse tipo de estudo fornece auxílio para estudos de natureza compreensiva.

Desse modo, a utilização desse conjunto metodológico permitiu a captação dos diversos aspectos do objeto dessa pesquisa que é a relação entre o processo de ensino-aprendizagem de ética e a postura dos graduandos de Arquivologia da Paraíba, para que ele seja compreendido e interpretado dentro de sua complexidade.

5.2 PROBLEMATIZAÇÃO

O atual momento em que vivemos é chamado por muitos especialistas de a era da sociedade da informação, uma sociedade que tem como elemento central de suas atividades a informação e procura fazer o melhor uso possível das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC. Tal denominação foi dada após a “constatação [...] do fato de que jamais se produziu, se armazenou e se disseminou tanta informação como nas sociedades atuais”. (JARDIM, 1992, p.251)

A denominada era da informação trouxe diversos desafios aos profissionais arquivistas, às suas ações profissionais e às suas instituições formadoras. Podemos identificar entre esses desafios a ética profissional ao lidar com a informação – o objeto de grande valor das instituições contemporâneas.

Ao manusear um elemento tão precioso, os arquivistas também se deparam com dilemas morais, pois de um lado existe a condição de ser um profissional social preocupado com o patrimônio documental e a transparência informacional em contraposição a existência de um sujeito que está imerso em uma sociedade capitalista, onde a informação é considerada “poder”. Esta característica da informação exige que o profissional mantenha o sigilo documental e a lealdade aos seus superiores, que na condição de detentores desse tipo de poder definem quem pode ou não ter acesso a essas informações. (GONÇALVES NETO, 2008)

Os subsídios para lidar com essas e outras questões devem ser fornecidos na formação que os profissionais receberam ainda enquanto discentes. Além dos conhecimentos técnicos e teóricos da profissão, faz-se necessário que o arquivista tenha uma postura que transcenda a noção de moral, aqui tomada como um conjunto de regras de conduta social, e se aproxime de uma responsabilidade ética, que é basicamente fundamentada em princípios teóricos (SILVA; SUNG, 1995).

Em diversas áreas do conhecimento a importância do ensino de ética é colocada como relevante para a pesquisa, porém, de certo modo, essa realidade não é percebida na Arquivologia, que coloca em segundo plano esse tipo de estudo. Vários autores (FONSECA, 1999; JARDIM, 1999; MATOS, 2008) discutem, a formação acadêmica dos discentes, muito embora não foquem nesses sujeitos específicos, na sua iniciação nas práticas profissionais e nem no ensino de ética que os mesmos recebem.

Aproximando essas constatações da realidade paraibana, verifica-se a existência de duas Instituições que oferecem formação em Arquivologia: a UEPB - Universidade Estadual

da Paraíba e a UFPB - Universidade Federal da Paraíba. Ambas formam profissionais arquivistas para o mercado e dispõem de um corpo discente em fase de iniciação das práticas nos seus campos de estágio. A partir destas observações, se coloca como problemática desta pesquisa a seguinte questão: Como se dá a relação entre o processo de ensino-aprendizagem de ética e as atitudes dos futuros profissionais dos cursos de Arquivologia da Paraíba diante dos dilemas levantados?

5.3 OBJETIVOS

5.3.1 Objetivo geral

Analisar o impacto do processo de ensino-aprendizagem sobre ética nos graduandos de Arquivologia das Universidades Estadual e Federal da Paraíba.

5.3.2 Objetivos específicos

- Discutir como a ética está relacionada com a formação em Arquivologia.
- Comparar as ementas dos componentes curriculares e os planos de ensino sobre ética dos cursos de Arquivologia à luz do código de ética dos arquivistas.
- Verificar a relação entre o ensino de ética e as atitudes dos discentes em campo de estágio.
- Comparar as posturas sobre ética dos iniciantes com a dos concluintes.

5.4 UNIVERSO E AMOSTRAGEM

Universo ou população é entendido por Marconi e Lakatos (2010, p. 112) como “o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum.” Ou seja, o universo da pesquisa é representado pelo grupo de pessoas que formam o alvo do estudo, neste caso, os alunos matriculados nos dois cursos de Arquivologia da

Paraíba. Para a seleção desse grupo levamos em consideração o fato de que nele encontramos os elementos e especificidades que pretendíamos analisar.

Quanto à amostragem, processo reflexivo e estratégico pelo qual o pesquisador escolhe uma amostra, Marconi e Lakatos (2010, p.112) entendem que existe “duas grandes divisões no processo de amostragem: a não-probabilista e a probabilista.” Para esta pesquisa adotamos a abordagem não-probabilista do tipo intencional.

Segundo Martins e Teophilo (2009, p. 123), a abordagem intencional é aquela onde “o investigador se dirige, intencionalmente, a grupos de elementos dos quais deseja saber opiniões.” A opção por esse tipo de amostragem se deu devido à intencionalidade do critério de amostragem nos proporcionar escolher o que de fato pretendemos abordar como amostra na pesquisa.

A amostra é compreendida por Marconi e Lakatos (2010, p 112) como “uma porção ou parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo.” Nossa amostra foi delineada de acordo com os seguintes critérios: desejamos pesquisar dois grupos de alunos, os que estão matriculados no 1º período do curso, que não possuem experiências práticas e nem os ensinamentos provenientes do componente curricular sobre ética, e os alunos que estão inscritos no último período do curso, que desenvolvem estágio extracurricular e também já possuem os conhecimentos procedentes do componente curricular sobre ética.

A escolha desses dois grupos específicos foi feita com a finalidade de analisar, através da comparação entre grupos, o impacto que o ensino-aprendizagem de ética, ministrado nos cursos de Arquivologia, possuiu para a postura do futuro profissional. Como na UFPB o curso de Arquivologia é ofertado apenas no turno da noite, optamos por trabalhar com os alunos inscritos nesse turno nas duas Instituições.

A tabela a seguir apresenta os parâmetros populacionais e de amostras adotados nesta pesquisa.

Tabela 1 - Parâmetros de População e Amostra

Instituição	Turno	População	Amostra Escolhida		Amostra Real	
		Total de alunos	Alunos Iniciantes	Alunos Concluintes	Alunos Iniciantes	Alunos Concluintes
UFPB		404	46	13	24	7
UEPB		420	88	56	11	15
	Diurno	207	43	30		
	Noturno	213	45	26		

Fonte: Dados da pesquisa (obtidos nas coordenações dos Cursos de Arquivologia em 2013)

5.5 CAMPO EMPÍRICO

O campo empírico desta pesquisa teve como lócus duas Instituições de ensino superior: Universidade Federal da Paraíba/Campus I, e a Universidade Estadual da Paraíba/Campus V.

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB), anteriormente chamada de Universidade da Paraíba, foi criada pela Lei 1.366, de 02 de dezembro de 1955 como resultado da união de algumas escolas superiores isoladas existentes na época. Trata-se de uma autarquia que possui um regime especial de ensino, pesquisa e extensão, ligada ao Ministério da Educação, e conta com uma estrutura *multi-campi* de atuação em cinco cidades.

A partir de sua federalização, aprovada pela Lei 3.835, de 13 de dezembro de 1960, a Instituição apresenta um quadro de crescente desenvolvimento, e ao longo de sua história vem desempenhando papel fundamental na promoção do ensino, da pesquisa e da extensão. Seu crescimento fica patente em seus números, atualmente a UFPB possui 36.502 alunos matriculados, distribuídos entre os cursos de graduação (presencial e a distância), pós-graduação, Mestrado, Doutorado e Especialização; também conta com 2.085 docentes do ensino superior e com um total de 2.617 servidores técnico-administrativos em educação.¹²

O Campus I – João Pessoa, localizado na Cidade Universitária, CEP: 58.051-900 João Pessoa/PB, teve origem com a criação da UFPB para abrigar as escolas de ensino superior existentes em meados da década de 50 na cidade de João Pessoa. Atualmente o Campus I abriga treze Centros de Ensino, entre eles o Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), onde se concentra o Departamento de Ciência da Informação da UFPB, responsável pelo curso de Arquivologia.

A Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) foi criada pela Lei Municipal nº 23, de 15 de março de 1966, como Universidade Regional do Nordeste (URNe). Com inspiração no padrão da Universidade de Brasília (UnB), tinha a proposta de inaugurar um novo ensino superior, que mudaria o aspecto do sistema universitário estabelecido no país.

Ao longo de sua história, a Instituição passou por um extenso processo de consolidação, reconhecimento e expansão. Como consequência disso, a UEPB é reconhecida como uma das mais importantes instituições de ensino superior da Região Nordeste com grande atuação no desenvolvimento econômico e social da Paraíba. O crescimento da

¹² Esses dados foram obtidos na Proposta do Orçamento Interno exercício 2011 e no Relatório de Gestão Exercício 2010, os mais recentes divulgados pela Instituição, disponíveis no Portal Transparência do site da UFPB. Ver <http://www.ufpb.br/transparencia-ufpb>

Instituição é visível nos seus números. Atualmente, a UEPB conta com oito unidades de ensino distribuídas pelo Estado, possui 19.476 alunos matriculados distribuídos entre os cursos de graduação e pós-graduação; um quadro de docentes com 1.294 profissionais e um total de 743 servidores técnico-administrativos.¹³

O Campus V – João Pessoa, localizado na Rua Horácio Trajano de Oliveira, S/N, CEP 58.020-540, bairro do Cristo Redentor, na capital paraibana, foi criado em decorrência do processo de expansão da UEPB. Abriga o Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas (CCBSA) e é composto pela Pró-Reitoria de Integração e Desenvolvimento, Polo de Educação a Distância, Ensino Médio, Núcleo de Artes Centro de Línguas, Mestrado em Relações Internacionais e os bacharelados em Relações Internacionais, Ciências Biológicas e Arquivologia.

5.6 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para a realização de qualquer tipo de pesquisa científica, o pesquisador necessita utilizar técnicas que assegurem o rigor e a cientificidade. De acordo com Michel (2009, p. 64), “técnicas são instrumentos utilizados para coletar dados e informações”, que garantam a fidelidade e a qualidade da pesquisa, com a finalidade de analisar e explicar os aspectos teóricos estudados.

A técnica principal de coleta de dados escolhida para subsidiar o desenvolvimento desta pesquisa foi o questionário, um dos instrumentos mais utilizados em coleta de dados para pesquisas sociais, que é definido por Martins e Theóphilo (2009, p. 93) como “um conjunto ordenado e consistente de perguntas a respeito de variáveis e situações que se deseja medir ou descrever”.

Nessa mesma linha de pensamento, Gil (2008, p. 128) complementa a definição dos autores supracitados afirmando que questionário é “A técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo como objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

Esse instrumento é considerado uma significativa ferramenta de coleta de dados, pois permite alcançar um grande número de pessoas, garante segurança para os respondentes

¹³ Esses são os últimos dados oficiais divulgados pela Instituição no Balancete Geral 2011 e nos Dados 2010 disponíveis no Portal Transparência do site da UEPB. Ver <http://transparencia.uepb.edu.br/>

através do anonimato, e para o pesquisador reduz os riscos de distorção devido a não influência do mesmo. Seu uso, para estar adequado, deve responder aos objetivos específicos da pesquisa. Desta forma, é necessário planejar o que deve ser mensurado, formular as perguntas que conduzam as informações necessárias, definir a ordem para a realização das perguntas e realizar um pré-teste antes de sua utilização definitiva.

O questionário utilizado nesta pesquisa é do tipo questionário com escalas, entendido por Michel (2009, p. 39) como um questionário “que não faz perguntas, mas afirmações, proposições, juízos de valor, seguidos de uma escala ascendente de opiniões a respeito daquelas proposições, na qual o respondente irá se posicionar”. Trata-se de um tipo de questionário específico das pesquisas com abordagens qualiquantitativas, possibilitando a análise qualitativa de dados obtidos quantitativamente.

Ainda segundo a autora, as escalas são critérios definidos de acordo com os objetivos do pesquisador para medir as atitudes, opiniões e comportamentos das pessoas em relação a uma situação, pessoa ou objeto. Foram criadas com a finalidade de permitir o estudo preciso das atitudes e opiniões, e facilitar a análise dos dados qualitativos (MICHEL, 2009). A escala adotada para a criação deste questionário foi do tipo *Likert*, que “consiste em um conjunto de itens apresentados em forma de afirmações, ante os quais se pede ao sujeito que externar sua reação, escolhendo um dos cinco, ou sete pontos de uma escala”. (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p. 96). A escolha dessa ferramenta específica ocorreu por possibilitar uma melhor análise qualitativa dos dados coletados de forma quantitativa, além de ser ideal para o estudo de atitudes e comportamentos, encaixando-se perfeitamente nos objetivos propostos por esta pesquisa.

Utilizamos dois questionários nesta investigação, ambos com escala do tipo *Likert* com cinco graus que foram elaborados e testados previamente. O Questionário 1, composto por um roteiro de 38 questões divididas em três módulos, foi aplicado com os alunos concluintes e que estavam exercendo atividades de estágio eletivo e o Questionário 2, formado por 29 questões divididas em dois módulos, foi respondido pelos alunos iniciantes nos cursos de Arquivologia.

Os dois questionários são frutos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) “Entre a teoria e a práxis: a postura ética e a formação dos graduandos de Arquivologia frente às demandas profissionais e de mercado de trabalho da capital da Paraíba (PB)”, desenvolvido entre Agosto de 2012 e Setembro de 2013, sob a orientação do Professor Rodrigo Fortes de Ávila. Sendo o Questionário 1 o instrumento de coleta de dados origem

utilizado no PIBIC, e o Questionário 2 uma adaptação do primeiro questionário, que foi desenvolvido para atender os objetivos da presente pesquisa.

A aplicação ocorreu em momentos distintos. O Questionário 1, foi aplicado no mês de novembro de 2012 na UEPB e em dezembro de 2012 na UFPB. Na ocasião da aplicação nem todos os alunos matriculados no último período do curso se dispuseram a responder o questionário, desta forma, o total de questionários respondidos corresponde a 15 na UEPB e 7 na UFPB. Com o Questionário 2 a situação foi semelhante, a aplicação foi realizada no mês de julho de 2013 nas duas Instituições e do total de alunos inscritos no primeiro período do curso apenas 11 responderam o questionário na UEPB e 24 na UFPB.

O quadro a seguir evidencia a metodologia adotada na pesquisa, expondo os fenômenos pesquisados, os instrumentos utilizados na investigação e os objetivos de cada um deles.

Quadro 4 – Metodologia da Pesquisa

Fenômeno	Instrumento	Objetivo
Postura ética	Questionários	Contrapor os resultados aos subsídios da formação.
Formação	Planos de ensino Ementas das disciplinas de ética	Analisar os subsídios da formação que fundamentem as atitudes exercidas no campo de estágio.

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

6 ANÁLISE DOS DADOS

De acordo com Gomes (2002), a análise dos dados possui três finalidades que são complementares: ordenar o entendimento dos dados coletados, responder aos questionamentos da pesquisa e expandir a compreensão sobre o assunto pesquisado. Trata-se de um momento onde o pesquisador dedica um olhar atento aos dados coletados evocando as descobertas que estão além dos conteúdos transmitidos e ampliando os seus horizontes de compreensão.

Neste capítulo, prosseguimos com a apreciação dos dois fenômenos abordados nessa pesquisa, a formação e a postura ética dos discentes, por meio da análise das ementas das disciplinas sobre ética, dos planos de ensino das referidas disciplinas e dos questionários aplicados nas turmas pesquisadas. Com a finalidade de alcançar os objetivos propostos por esta pesquisa, descrevemos e comparamos as ementas das disciplinas, os planos de ensino e contrapomos os dados obtidos com esses documentos com os resultados dos questionários.

A respeito dos questionários, destacamos que não incluímos na análise os dados referentes ao último módulo do questionário 1 por considerar que os temas e assuntos discutidos são impertinentes aos propósitos desta pesquisa, pois tais dados dizem respeito apenas aos alunos que exerceram atividades práticas de estágio e não convêm ser comparados com os alunos que ainda não experimentaram esta experiência.¹⁴

6.1 EMENTAS DAS DISCIPLINAS DE ÉTICA

As ementas disciplinares, segundo Verônica Ribeiro (2010), contem o resumo do conteúdo a ser ministrado na disciplina e a relação desta com as propostas apresentadas no Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso. Através da análise das ementas dos componentes curriculares sobre ética de cada curso podemos identificar as bases que colaboraram para o estabelecimento dos padrões éticos profissionais dos alunos, bem como as potencialidades e as fragilidades nelas existentes.

¹⁴ Sugerimos a leitura do Relatório Final do Projeto de Pesquisa “Entre a Teoria e a Práxis: a postura ética e a formação dos graduandos de Arquivologia frente as demandas profissionais e de mercado de trabalho na capital da Paraíba (PB) / 2013”, caso o leitor necessite de informações mais detalhadas a respeito dos dados referentes ao Questionário 1.

As ementas foram obtidas no PPP de cada curso, que é disponibilizado na UEPB na Biblioteca do Campus V, e na UFPB na coordenação do curso de Arquivologia. O quadro a seguir expõe as ementas das disciplinas sobre ética dos cursos de Arquivologia das Instituições de ensino superior da Paraíba que ofertam a formação de arquivista.

Quadro 5 – Ementas das disciplinas sobre Ética

Instituição	UFPB	UEPB
Disciplina	Ética da Informação	Aspectos Éticos e Legais dos Processos Informacionais
Ementa	Perspectiva histórica e sistemática da ética. Ética da informação produzida, acessada e utilizada. Ética e o profissional da informação. Ética nas relações humanas. Ética na vida do profissional da informação. Código de ética profissional. Legislação da Profissão. Entidades de Classe. Mundo do trabalho, prática profissional e responsabilidade social.	Ética, moral e deontologia. Normatividade moral e relatividade de valores. Problemas e crises da ética na sociedade contemporânea. Questões éticas na produção, gerenciamento e transferência da informação. Normas e princípios deontológicos no Brasil e em outros países; direito à informação. Valor legal da informação. Direito do autor. Direito informático.

Fonte: Projeto Político Pedagógico do Curso de Arquivologia da UEPB; Projeto Político Pedagógico do Curso de Arquivologia da UFPB.

A ementa do componente curricular Ética da Informação está voltada principalmente para as questões que relacionam a ética com o mundo profissional, especifica a temática ética no tocante ao profissional da informação, envolve a legislação profissional e abrange também um panorama histórico sobre ética. Por sua vez, a ementa de Aspectos Éticos e Legais dos Processos Informacionais trabalha a questão conceitual sobre ética e valores, a relação entre ética e atividades do profissional da informação, as normas profissionais, e os assuntos que envolvem legislação e acesso a informação.

As duas possuem em comum as questões de ética em relação ao profissional da informação e a legislação específica desses profissionais. Enquanto a primeira se debruça principalmente sobre as questões de ética e profissão, a segunda apresenta uma distribuição equilibrada de temas que percorre as questões conceituais, profissionais e legais. Destacamos ainda nessa última o espaço dedicado a discutir a cerca do direito informacional, um tema relevante ao considerarmos a influência das tecnologias da informação na sociedade atual.

Ambas apresentam pontos convergentes e aspectos específicos que contribuem com a formação de profissionais que apresentarão diferentes nuances no que diz respeito à ética profissional.

6.2 PLANOS DE ENSINO

O Plano de Ensino, também conhecido como Programa de Disciplina, de acordo com Fusari (1990), é um documento preparado pelo docente onde este apresenta suas propostas de ensino para uma determinada disciplina e tem a função de orientar o trabalho do docente. Geralmente esse instrumento possui a estrutura de um formulário onde os professores apresentam elementos básicos tais como objetivos, conteúdos, métodos e avaliação podendo variar de acordo com o professor e as exigências de cada Instituição de ensino.

Por meio da análise dos planos de ensino pretendemos identificar as semelhanças e diferenças de conteúdo sobre ética que os alunos absolveram em sala de aula e a forma como tais conteúdos foram transmitidos. Tal instrumento ingressa nesta pesquisa como uma fonte de informação complementar para os dados fornecidos pelas emendas das disciplinas, pois reflete o desdobramento destas e condiz com a aplicação prática da ementa.

Os planos de ensino utilizados neste trabalho foram disponibilizados pelos professores que ministraram a disciplina de ética para as turmas de concluintes que serviram de amostra para esta pesquisa. Considerando que os alunos do curso de Arquivologia da UEPB só têm acesso à disciplina de ética a partir do 7º período do curso, e os alunos da UFPB recebem o conteúdo de ética a partir do 2º período, optamos por analisar os planos de ensino empregados apenas nas turmas de concluintes.

Na disciplina Ética da Informação ministrada para os discentes de Arquivologia da UFPB o plano de ensino é composto por oito tópicos: identificação, ementa, objetivo da disciplina, conteúdos programáticos, metodologia de ensino, metodologia de avaliação, referências básicas e referências complementares. Na UEPB, a disciplina Aspectos Éticos e Legais dos Processos Informacionais apresenta um plano de ensino com uma estrutura similar a que foi descrita anteriormente e também está dividida em oito tópicos sendo eles: ementa, objetivo geral, objetivos específicos, estratégias de aprendizagens/recursos instrucionais, conteúdo programático, cronograma de atividades, orientações para os textos finais e avaliação.

O quadro abaixo apresenta a estrutura dos dois planos de ensino em análise descrevendo os tópicos e as principais características.

Quadro 6 – Estrutura dos Planos de Ensino das disciplinas sobre Ética

Instituição	UFPB	UEPB
Disciplina	Ética da Informação	Aspectos Éticos e Legais dos Processos Informacionais
Tópicos e Características	Identificação – Informações básicas sobre a disciplina: carga horária, ministrante, horário das aluas e etc.	Ementa – Resumo dos temas apresentados na ementa original do PPP.
	Ementa – Transcrição completa da ementa como consta no PPP.	Objetivo Geral – Finalidade da disciplina, desenvolver a capacidade de reflexão crítica.
	Objetivos da Disciplina – A finalidade da disciplina, permitir que o discente tenha conhecimento do código de ética e legislação da profissão arquivista e a dos princípios e conceitos éticos	Objetivos Específicos – Detalhamento de como a finalidade da disciplina pretende ser alcançada.
	Conteúdo Programático – Temas e assuntos a serem abordados em cada unidade temática. Compreende três unidades temáticas.	Estratégias de Aprendizagens / Recursos Instrucionais – Métodos e recursos didáticos baseados em debates e reflexões críticas.
	Metodologia de Ensino – Os métodos e recursos didáticos utilizados na disciplina. Método tradicional baseado em aulas expositivas e apresentação de trabalhos.	Conteúdo Programático – Os assuntos que serão discutidos em cada unidade temática e a respectiva bibliografia utilizada. Apresenta três unidades temáticas.
	Metodologia de Avaliação – As formas como os alunos serão avaliados durante a disciplina. Método tradicional baseado na assiduidade, participação, trabalhos individuais e em grupos e prova.	Cronograma de Atividades – Detalhamento de cada encontro e o programa das atividades a serem desenvolvidas.
	Referencias Básicas	Orientações para os textos finais
	Referencias Complementares	Avaliação – Os critérios avaliativos utilizados na disciplina. Método com base em produção textual e entrevista.

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Ao confrontar os dois planos de ensino em análise observamos que as diferenças ultrapassam as semelhanças em vários aspectos. Ambos possuem a estrutura de formulário, comum aos planos de ensino, os elementos básicos citados na literatura da área (objetivos, conteúdos, métodos e avaliação) e a mesma quantidade de tópicos. Observamos também, que

existe equilíbrio na quantidade de unidades temáticas, pois cada plano apresenta três unidades com temas que perpassam pela ética e a sociedade, a ética profissional e a questão da legislação.

A respeito das propostas apresentadas nos tópicos: objetivos de disciplina, métodos de ensino e métodos de avaliação, as disparidades são evidentes. O programa da disciplina *Ética da Informação* propõe que o aluno tenha a possibilidade de discutir, conhecer, entender e identificar os conceitos, princípios e imperativos éticos, bem como o código de ética e a legislação da área, por meio de metodologias de ensino e avaliação tradicionais que incluem aulas expositivas, apresentações de trabalhos e aplicação de avaliações.

A disciplina de *Aspectos Éticos e Legais dos Processos Informacionais*, por sua vez, sugere que os discentes desenvolvam a capacidade de reflexão crítica sobre as atitudes dos arquivistas nos assuntos referentes ao acesso à informação, discutindo os temas que abrange ética, acesso a informação e postura profissional, através de métodos didáticos baseados em debates, leituras, reflexões críticas e utilizando uma metodologia avaliativa com base em produção textual e entrevistas.

Sobre as referências bibliográficas sugeridas pelos planos de ensino, ambos possuem em comum um texto e dois autores com textos distintos em cada plano. O programa da disciplina da UEPB propõe 9 textos específicos a ser debatidos um em cada encontro do ministrante com a turma. Em *Ética da Informação*, disciplina da UFPB, é disponibilizada para os discentes uma lista de referências básica e outra de referências complementar com uma média de 24 textos no total, o que possibilita ampla opção de leituras para os alunos.

A análise dos dois planos de ensino nos conduz a percepção de duas metodologias de ensino distintas, que apesar de se encontrarem brevemente em alguns momentos, direcionam os discentes por caminhos distintos com o mesmo fim comum: aguçar o entendimento dos alunos a respeito da postura ética do profissional arquivo. Tais dados corroboram a afirmação realizada na análise das ementas, que as duas disciplinas colaboram com a formação de profissionais com perfis éticos distintos.

6.3 QUESTIONÁRIOS

Em contrapartida ao exame dos instrumentos de ensino realizado acima, faremos a apreciação os sujeitos desta pesquisa, os discentes iniciantes e concluintes dos dois cursos de

Arquivologia da Paraíba. Tal apreciação será realizada por meio da análise dos dados coletados com os questionários.

Os questionários aplicados com as turmas iniciantes e concluintes de cada curso foram estruturados tomando como base seis grandes temas: empregador, mercado de trabalho, usuários, companheirismo, futuro da profissão e visão de futuro. Esses temas, por sua vez, foram subdivididos em vinte e nove assuntos específicos, expressos sob a forma de questões que possuem o objetivo de identificar as opiniões éticas dos alunos a respeito desses assuntos. Porém, optamos por excluir nesta análise quatro dos assuntos pesquisados no questionário por considerar que esses assuntos estão mais relacionados à postura profissional do que a ética.

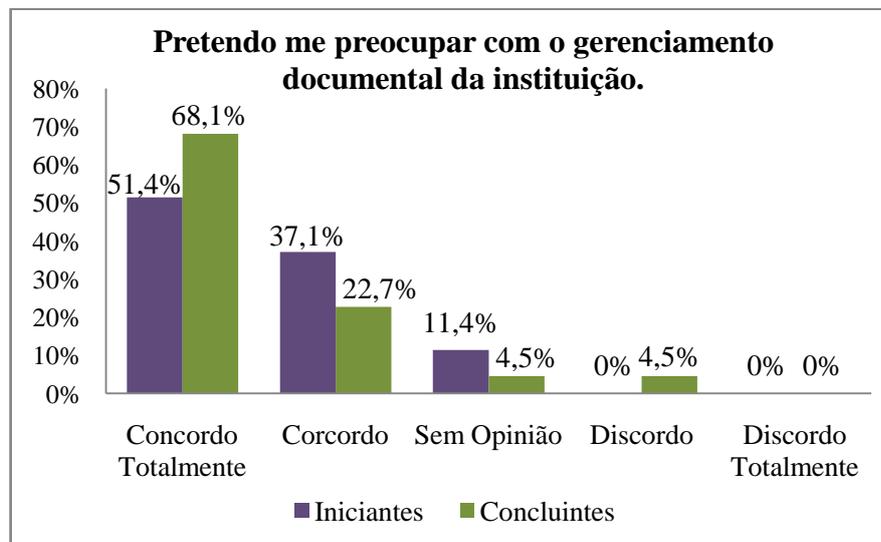
Os resultados obtidos com o questionário foram quantificados em gráficos, sendo um gráfico para cada assunto. Em cada gráfico fizemos uma análise qualitativa na qual agrupamos as tendências positivas e negativas para comparação e que resultaram em uma consideração a respeito do assunto analisado.

Os subitens a seguir detalham os temas e os assuntos acima citados.

6.3.1 Empregador

Sobre o tema relacionado ao empregador, buscamos saber como os alunos se comportam diante de situações, por vezes delicadas, que envolvem a postura da Instituição com a qual o aluno possui vínculo de estágio em relação as seguintes atividades: gestão documental, denúncia, eliminação e sigilo.

Gráfico 1 – Gestão Documental

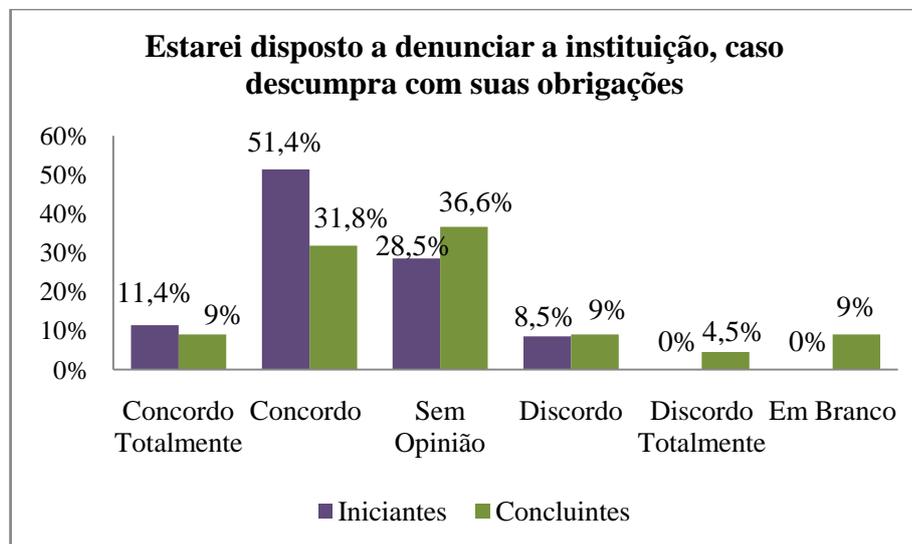


Fonte: Dados da pesquisa (2014).

O percentual de iniciantes que concordam com a situação descrita é 88,5%, enquanto os concluintes têm um índice de concordância de 90,8%. Observamos ainda que, a omissão é maior nos iniciantes do que nos concluintes e que estes registram discordância sobre a questão. Podemos supor que a omissão dos recém ingressos no curso seja devido à ausência de experiências que produzam nos discentes uma postura em relação à situação. Tais dados nos conduzem a entender que os concluintes são mais preocupados com a Gestão Documental.

Consideração: 2,3% de concordância a favor dos concluintes

Gráfico 2 – Denúncia



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

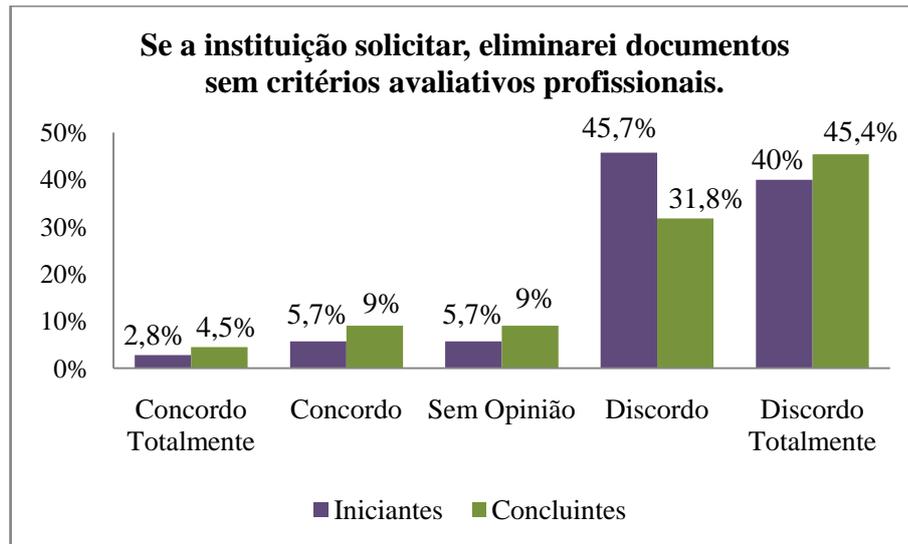
Tanto no grupo de iniciantes quanto no grupo de concluintes a maioria dos alunos concorda em denunciar, se houver necessidade, a Instituição onde estiverem atuando. O índice de concordância dos iniciantes foi maior do que dos concluintes, em números respectivamente 62,8% e 40,8%. A alta concordância entre os iniciantes sugere ausência de conhecimento prático sobre o assunto ou, de um ponto de vista otimista, uma mudança de pensamento e de postura, considerando que quando se trata de ter que escolher entre realizar uma atitude ética ou manter sua fonte de renda, geralmente, na prática, a segunda opção prevalece.

Chama atenção também o percentual significativo de alunos que não expressaram opinião, entre os iniciantes 28,5% e nos concluintes 36,6%. Esses dados nos conduzem a questionar o porquê os alunos que estão próximo ao término do curso são tão omissos em relação a denunciar seus empregadores? Seria medo de perder uma possível contratação, nos casos dos alunos estagiários? Seria receio de sofrer represália por parte da Instituição? Essa

resposta revela que em relação a denúncia os discentes concluintes possuem dificuldade de questionar as condutas Institucionais enquanto os iniciantes apresentam uma opinião promissora sobre esse assunto.

Consideração: *22% de concordância a favor dos iniciantes*

Gráfico 3 – Eliminação

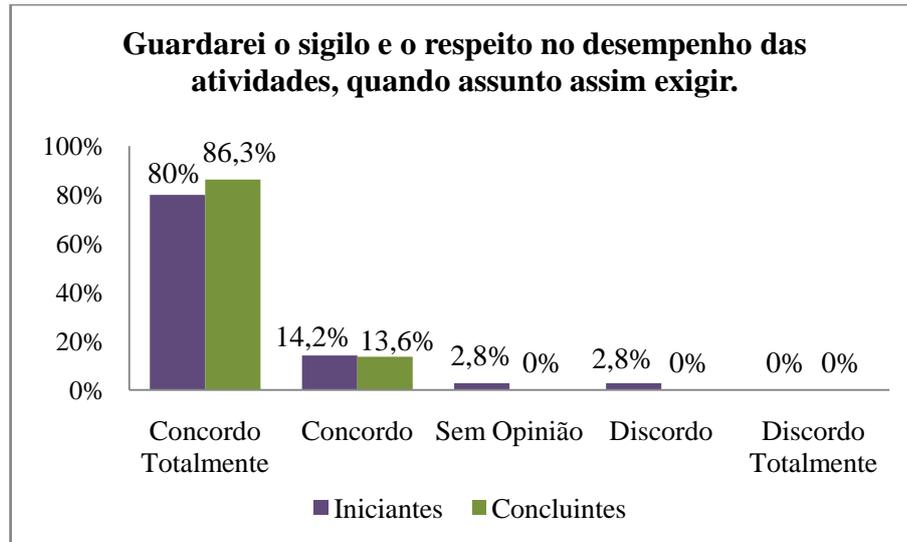


Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Nos dois grupos a maioria dos alunos não está disposta a realizar eliminação sem critérios. Entre os iniciantes 85,7% dos alunos discordam da eliminação descriteriosa, 8,5% concordam e 5,7% não emitiram opinião. Com os concluintes os números são semelhantes, 77,2% dos discentes não está favorável a se desfazer dos documentos sem a utilização de critérios profissionais, 13,5% são a favor e 9% não opinaram. Apesar dos índices de concordância e omissão serem baixos entre os concluintes é preocupante perceber que alguns formandos estão dispostos a fazer eliminação apenas por causa de uma solicitação institucional e outros não possuem opinião sobre o assunto. Percebemos que de forma semelhante à questão anterior os iniciantes possuem vantagem em relação aos concluintes a cerca da eliminação documental.

Consideração: *8,5% de discordância a favor dos iniciantes*

Gráfico 4 – Sigilo



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

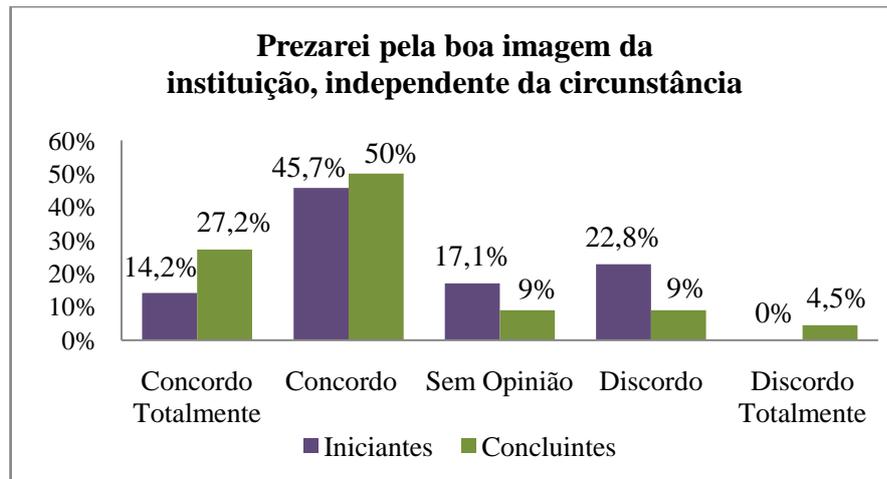
Os concluintes são praticamente unânimes sobre concordar em manter o sigilo, em números 99,9% dos discentes, sendo que desse percentual 86,3% afirmou enfaticamente (concordo totalmente). Entre os iniciantes a concordância chega a 94,2%, os demais alunos desse grupo representados por 5,6% se dividem em discordar do assunto (2,8%) e não opinar (2,8%). Esses dados revelam que os alunos concluintes estão mais preocupados com o sigilo informacional do que os iniciantes.

Consideração: 5,7% de concordância a favor dos concluintes

6.3.2 Mercado de Trabalho

No que se refere ao tema Mercado de Trabalho, procuramos identificar as atitudes dos alunos em relação a alguns dos desafios presentes no mundo profissional entre eles: imagem da instituição, conduta e profissão, atualização profissional e interesse financeiro.

Gráfico 5 – Imagem da Instituição

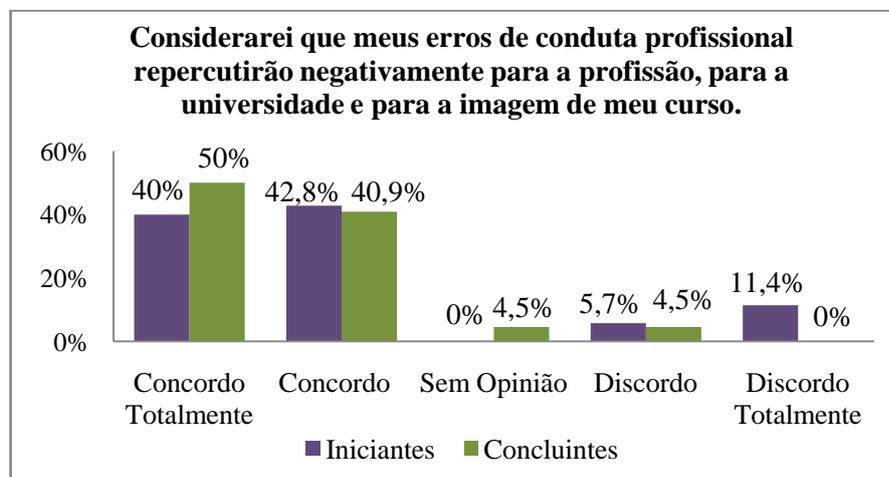


Fonte: Dados da pesquisa (2014)

As diferenças de opiniões entre os grupos de respondentes chama atenção nessa resposta. Entre os iniciantes metade dos alunos, 59,9%, pretende prezar pela boa imagem da instituição, e a outra metade ficou dividida entre discordar (22,8%) e não opinar (17,1%). Nas turmas de concluintes a maioria dos discentes, 77,2%, concorda com a questão e os demais se dividem entre discordar, 9%, e não expor opinião, 9%. O alto percentual de concordância dos concluintes revela a dificuldade que os alunos possuem de pensar criticamente perante a postura da instituição, corroborando com a opinião apresentada no gráfico 2. O índice geral de discordância registrado (36,3%) representa um grupo de alunos com idéias mais ousadas e que procuram mudanças, indivíduos característicos da sociedade pós-moderna.

Consideração: 17,3% de concordância a favor dos concluintes

Gráfico 6 – Conduta e Profissão

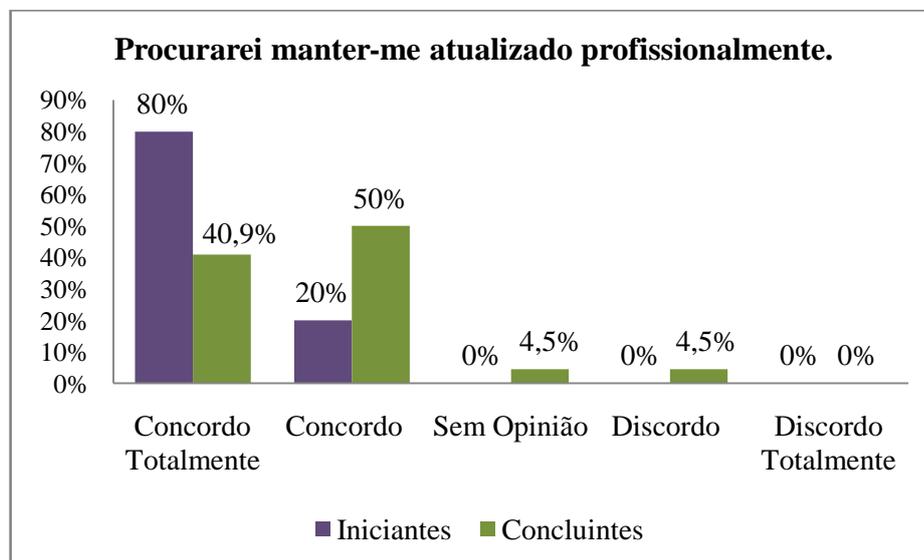


Fonte: Dados da pesquisa (2014)

O percentual de concordância dos alunos recém ingressos no curso é de 82,8% e a discordância gira em torno de 17,1%. Com os discentes concluintes, o índice de concordância foi de 90,9% e o de discordância de 4,5%. Tal resposta evidencia que os alunos se preocupam com a conduta profissional, o que demonstra responsabilidade, eles têm consciência de que seus erros podem prejudicar a si próprio e aos outros. Esse senso de responsabilidade é maior nos concluintes onde a concordância foi mais alta em contrapartida os alunos iniciantes são mais decididos, pois não registraram omissão.

Consideração: 8,1% de concordância a favor dos concluintes

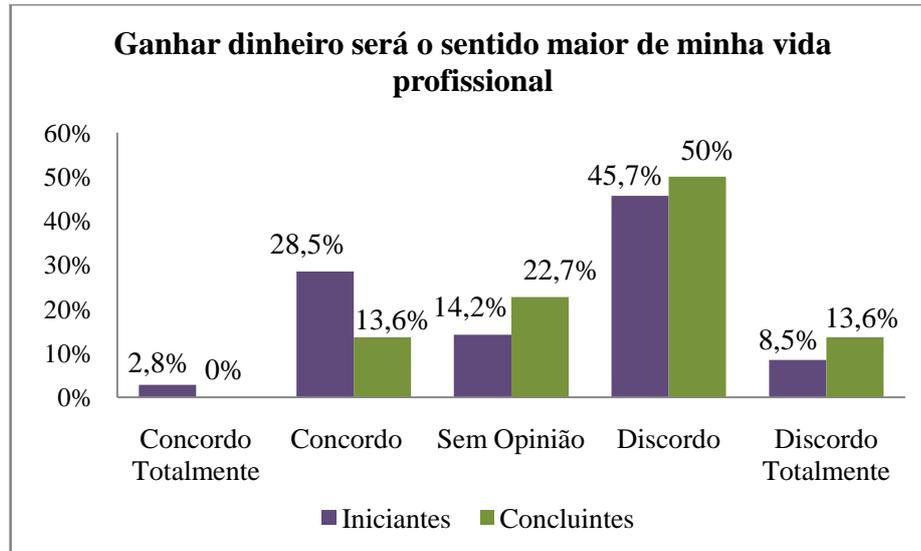
Gráfico 7 – Atualização



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Entre os iniciantes no curso foi unanimidade (100%) a pretensão dos alunos de manter-se atualizados. Os concluintes apresentam um percentual de concordância de 90,9%, e também registros de omissão (4,5%) e de discordância (4,5%). Tendo em vista que a Arquivologia é uma ciência que está em constante desenvolvimento, a necessidade de atualização é permanente para os profissionais arquivistas que pretendem desempenhar um serviço de qualidade e manter boas referências no mercado de trabalho. Surpreende que os concluintes, com mais experiências e conhecimento da necessidade de atualização profissional ainda não possuam opinião ou discordem desse assunto. Os iniciantes demonstram mais interesse na atualização profissional do que os concluintes.

Consideração: 9,1% de concordância a favor dos iniciantes

Gráfico 8 – Interesse Financeiro

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

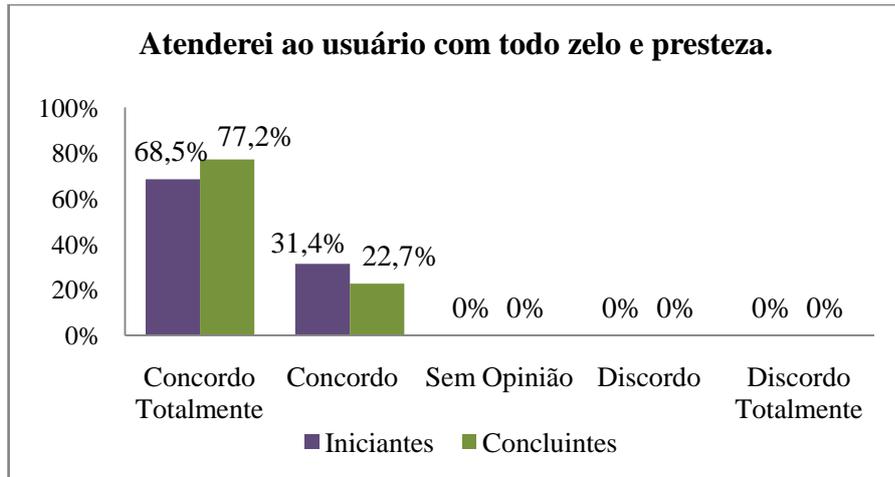
Apesar da variedade das respostas, a maioria dos alunos do início (54,2%) e do final (63,6%) do curso, afirmam que ganhar dinheiro não será o foco de sua vida profissional. Os índices de concordância são de 31,3% nos iniciantes e 13,6% nos concluintes. Os registros de omissão foram de 14,2% nos os alunos do começo do curso e 22,7% com os concluintes. A diversidade de respostas nos dois grupos de alunos evidencia a polemica do assunto, porém os dados também demonstram que os concluintes apresentam menor interesse financeiro do que os iniciantes.

Consideração: 9,4% de discordância a favor dos concluintes

6.3.3 Usuários

A respeito do tema usuários, buscamos compreender alguns aspectos sobre a relação existente entre os futuros profissionais de arquivo e os usuários que buscam informações nos arquivos, os assuntos pesquisados foram: atendimento, críticas e Lei de Acesso a Informação.

Gráfico 9 – Atendimento

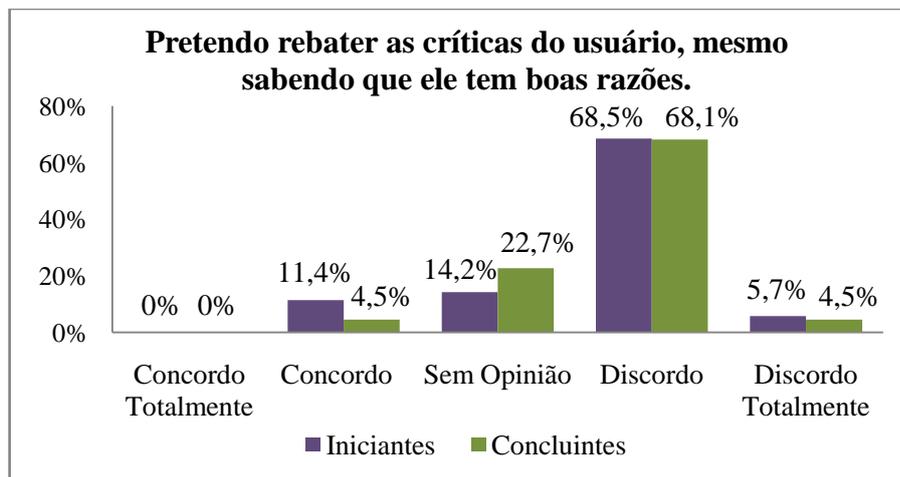


Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Nos dois grupos 100% dos alunos estão preocupados com a qualidade no atendimento. Porém, nos concluintes foi maior o índice de graduandos que responderam a opção “concordo totalmente” (77,2%), o que nos conduz a inferir que esses discentes estão mais preocupados com a qualidade do atendimento do que os iniciantes.

Consideração: 0% de diferença percentual

Gráfico 10 – Críticas



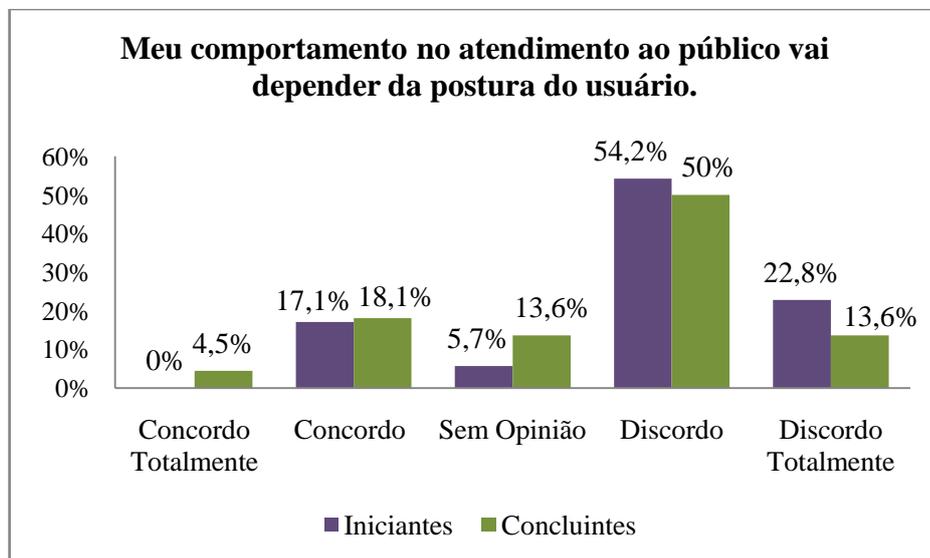
Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Entre os concluintes a porcentagem de discordância é 72,6%, a de omissão 22,7% e a de concordância 4,5%. Com os iniciantes, o percentual geral de discordância desta questão é de 74,2% e, 25,6% dos discentes apresentaram uma opinião distinta (14,2% não opinaram e 11,4% concordaram). Os índices de concordância e omissão registrados nessa questão põem

em dúvida a unanimidade apresentada na resposta da questão anterior a respeito da qualidade do atendimento. Em relação aos percentuais de discordância, percebemos que os índices registrados pelos iniciantes foram superiores aos números apontados pelos concluintes, o que contesta a afirmação feita sobre os alunos iniciantes no gráfico 9, que eles estão menos preocupado com a qualidade do atendimento aos usuários do que os concluintes, ocorre justamente o contrario, os iniciante estão mais preocupados com os usuários do que os concluintes.

Consideração: 1,6% de discordância a favor dos iniciantes

Gráfico 11 – Atendimento

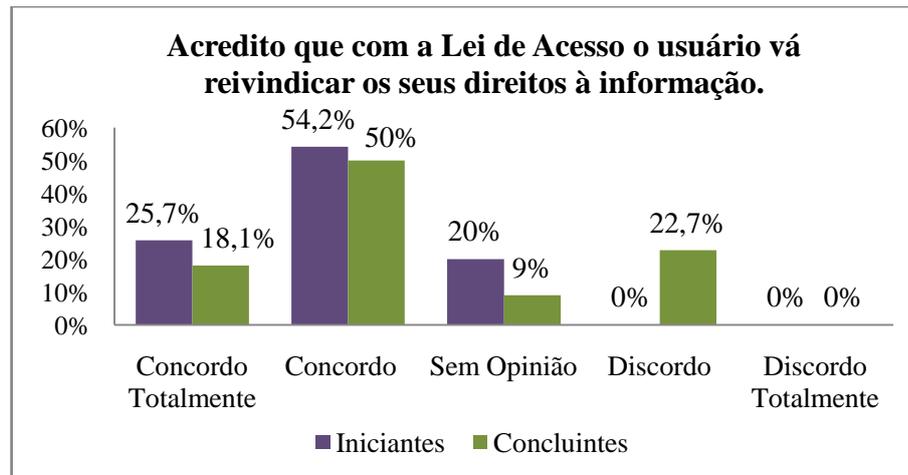


Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Nos dois grupos a maioria dos alunos discorda da questão e afirmam que o modo do atendimento independe da postura do usuário. Vale ressaltar que o percentual de discordância foi maior nos iniciantes, 77%, do que nos concluintes, 63,6%, e que o mesmo ocorreu na questão anterior. Tais índices corroboram a afirmação realizada no gráfico 10 que, aparentemente os alunos que estão no início do curso estão mais interessados com os usuários do que os concluintes. Entre os iniciantes 17,1% dos alunos concordaram com a afirmativa e 5,7% não opinaram, com os concluintes esses índices foram de 22,6% e 13,6% respectivamente. Percebemos também que, nas duas turmas, à medida que surgem particularidades nas situações que envolvem o atendimento ao usuário, menos os alunos estão dispostos a prestar um atendimento atencioso.

Consideração: 13,4% de discordância a favor dos iniciantes

Gráfico 12 – Lei de Acesso



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

A porcentagem dos alunos iniciantes que concordam que a Lei de Acesso a Informação (LAI) refletirá nas reivindicações dos usuários é de 79,9%, os demais discentes desse grupo (20%) optaram por omitir sua opinião sobre este assunto. Com os concluintes os números foram diferentes, 68,1% concordam com a afirmação do gráfico, 22,7% discordam e 9% não expressaram opinião. Observamos que o percentual de concordância dos iniciantes é maior que o dos concluintes o que nos leva a afirmar que o primeiro grupo de discente é mais otimista aos efeitos da LAI do que o segundo grupo.

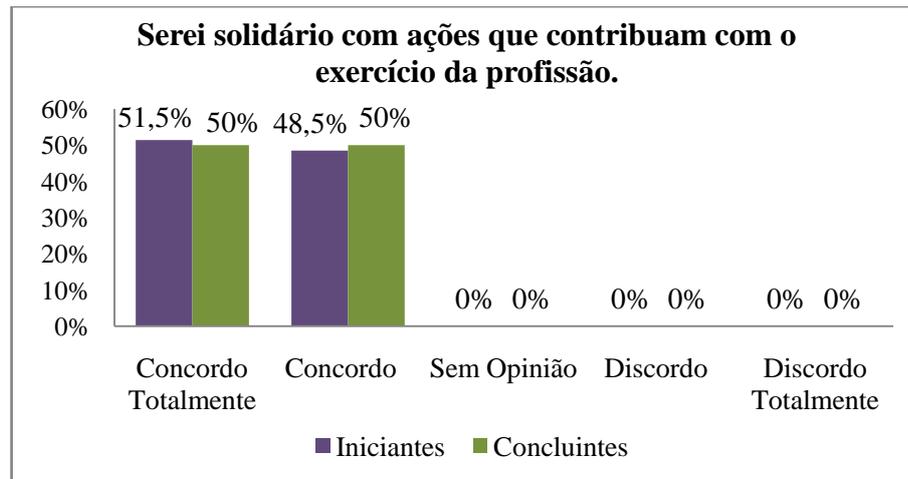
Sobre a opinião dos concluintes (o menor índice de concordância, o considerável percentual de discordância e o registro de omissão) podemos considerar como uma postura madura, apesar de pessimista, a cerca da realidade. Afinal, para que a LAI seja efetivamente cumprida é necessário um esforço em conjunto entre todas as esferas administrativas. Perguntamo-nos também quem são esses os usuários influenciados pela LAI? Os próprios profissionais da Informação e áreas afins que conhecem a legislação da área? Até que ponto a população tem conhecimento da LAI? Para esses questionamentos não encontramos respostas nesta pesquisa, mas eles servem como pontos de reflexão.

Consideração: 11,8% de concordância a favor dos iniciantes

6.3.4 Companheirismo

Sobre o tema companheirismo, investigamos o modo como os alunos se relacionam profissionalmente com os demais colegas a partir das seguintes perspectivas: solidariedade, críticas pessoais, diálogo, críticas profissionais e imagem profissional.

Gráfico 13 – Solidariedade

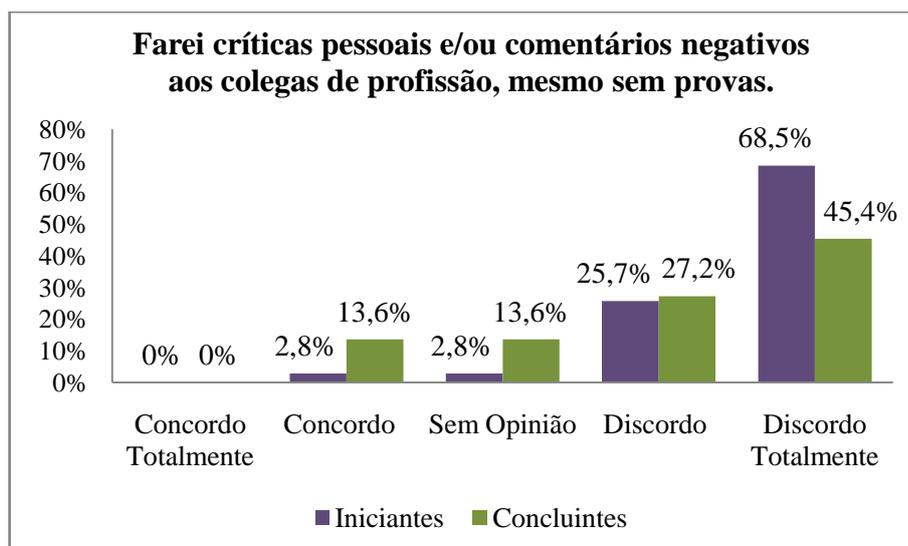


Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Nas duas turmas 100% dos alunos afirmam que concordam com a questão. Essa resposta evidencia que os discentes estão dispostos a participar de ações que contribuam com o exercício da profissão. Para a classe de profissionais de arquivo, é positivo que esses alunos desde cedo tenham consciência da importância da solidariedade entre os próprios profissionais para o crescimento, solidificação e valorização da profissão.

Consideração: 0% de diferença percentual

Gráfico 14 – Críticas Pessoais



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

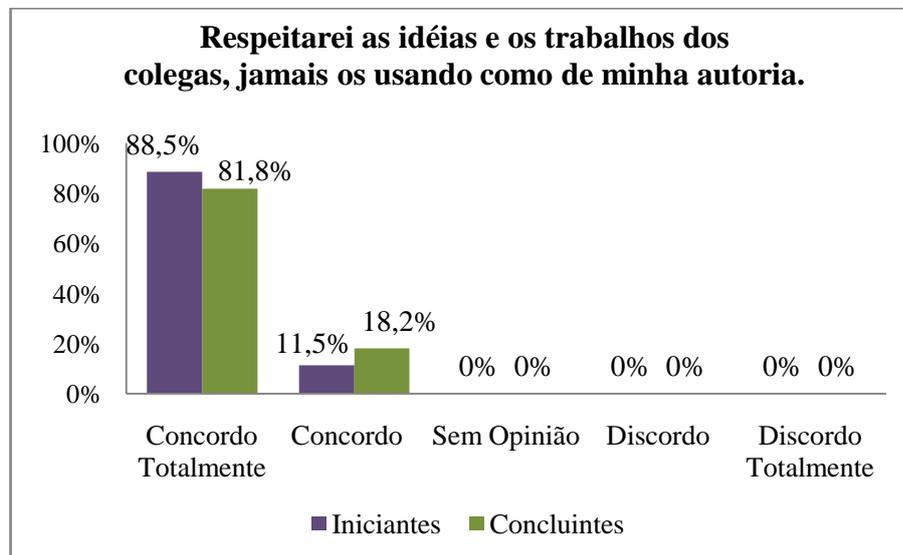
Observamos que 94,2% dos discentes iniciantes no curso afirmam que não pretendem fazer críticas infundadas aos colegas de profissão, 2,8% concordam com a

afirmação do Gráfico 14 e o mesmo índice (2,8%) optou por não expressar sua opinião. Já com os concluintes, 72,6% dos alunos respondentes discordam totalmente ou parcialmente da situação relatada, 13,6% concordam e 13,6% dos alunos não opinaram.

Admira que os concluintes registrem percentuais de concordância e omissão sobre esse assunto, além disso, esses percentuais entram em contradição com a afirmação da questão anterior onde esse grupo de alunos foi unânime a respeito da solidariedade. Vale ressaltar que, entre os iniciantes o índice de discordância foi mais alto do que entre os concluintes, principalmente os que discordaram com ênfase (discordo totalmente) 68,5%.

Consideração: *21,6% de discordância a favor dos iniciantes*

Gráfico 15 – Diálogo

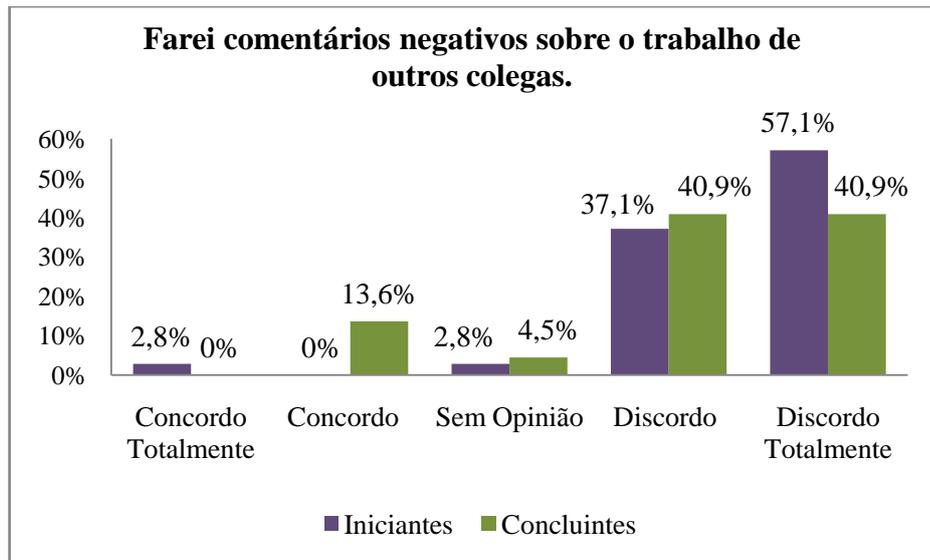


Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Nos dois grupos de discentes analisado neste estudo todos os respondentes (100%) concordam com a situação do Gráfico 15. Entre os iniciantes o índice de alunos que concordaram com ênfase marcando a alternativa “concordo totalmente” foi maior (88,5%) do que entre os concluintes (81,8%).

Consideração: *0% de diferença percentual*

Gráfico 16 – Críticas Profissionais



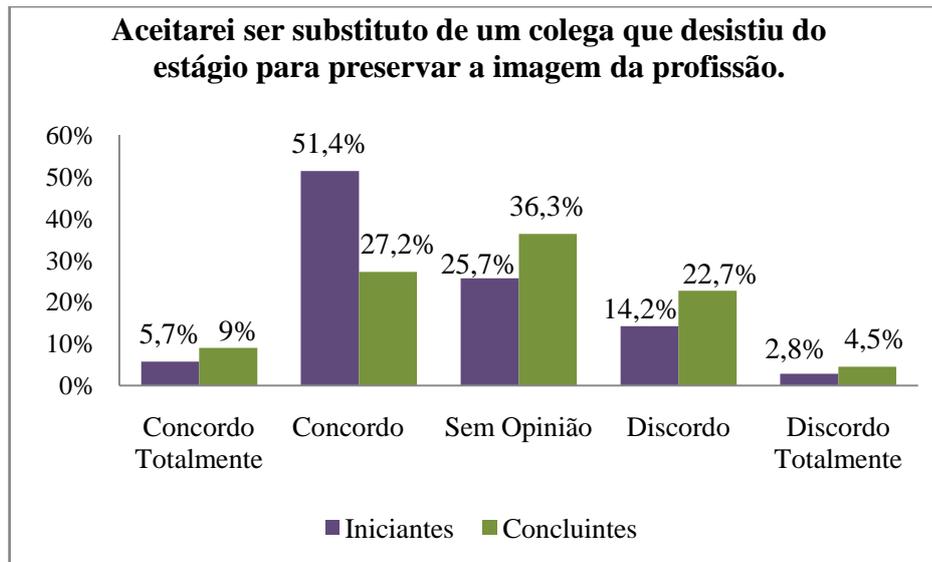
Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Tanto entre os iniciantes quanto entre os concluintes a maioria dos alunos afirma que não pretende fazer comentários negativos sobre os trabalhos dos colegas. Com os iniciantes, 94,2%, discorda da questão, 2,8% concordam e 2,8% não opinaram. Com os concluintes, 81,8% dos alunos, discordam total ou parcialmente da afirmação, 13,6% concordam e 4,5% não omitiram opinião. Observamos que os iniciantes estão mais dispostos a evitar as críticas profissionais do que os concluintes.

Percebemos ainda que, a questão deste Gráfico tem o mesmo teor que a questão do Gráfico 14, e a resposta dos iniciantes foi idêntica nos dois Gráficos. Quando comparamos as respostas dos concluintes, percebemos que o percentual de alunos que discordam em fazer comentários negativos foi maior no Gráfico 16 (81,8%) do que no Gráfico 14 (72,6%). Tais dados nos conduzem a concluir que os iniciantes possuem uma opinião constante sobre as críticas aos colegas, em contrapartida os concluintes pensam de forma variável sobre esse assunto.

Consideração: 12,4% de discordância a favor dos iniciantes

Gráfico 17 – Imagem Profissional



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

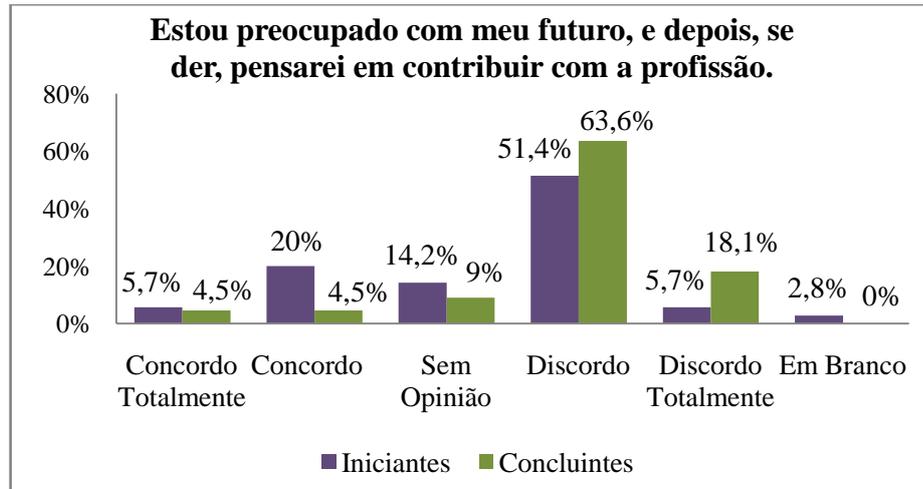
Nas duas turmas as respostas foram variadas. Os iniciantes apresentaram um percentual de concordância maior que os concluintes, respectivamente 57,1% e 36,2%. Entre os concluintes destacamos o índice elevado de omissão que foi de 35,3%, o percentual de discordância foi de 27,2%. Com os iniciantes a porcentagem de discordância foi de 17% e a de omissão foi de 25,7%. Verificamos que a diversidade de respostas evidencia a polêmica desta questão, além disso, percebemos também que os iniciantes são mais impulsivos em agir sem refletir a cerca da Imagem profissional enquanto os concluintes não possuem opinião formada sobre esse assunto.

Consideração: 20,9% de concordância a favor dos iniciantes

6.3.5 Futuro da Profissão

A cerca do tema futuro da profissão, procuramos explorar o que os alunos esperam que aconteça com a profissão de Arquivista sob as seguintes perspectivas: individualismo, cooperação intelectual, interesse financeiro e compartilhar experiências.

Gráfico 18 – Individualismo

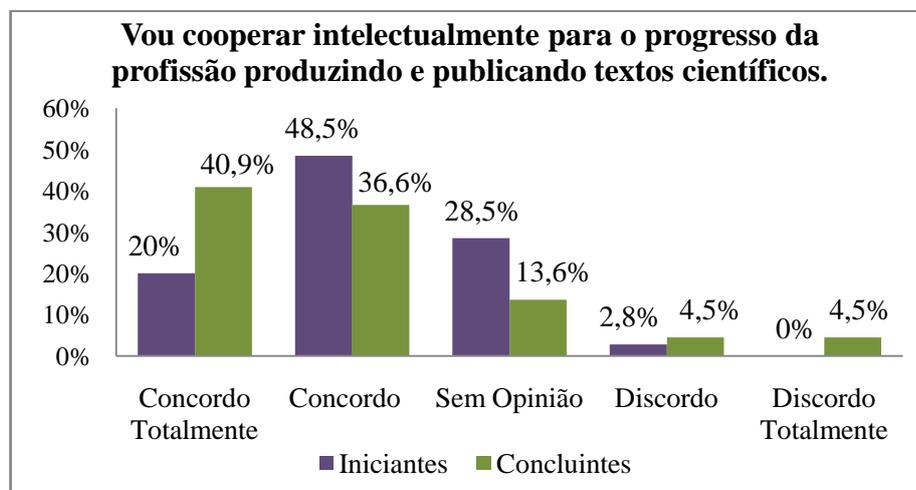


Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Enquanto 57,1% dos discentes iniciantes discordam da afirmação deste gráfico entre os concluintes este percentual é de 81,7%. Percebemos que apesar de se preocuparem com o próprio futuro os alunos dos dois grupos também estão interessados no futuro da profissão, porém os concluintes demonstram mais altruísmo do que os iniciantes. Os índices de alunos que concordam com a questão e que não opinaram são: entre os iniciantes 25,7% de concordância, 14,2% sem opinião e 2,8% não responderam; com os concluintes 9% concordam e 9% se omitiram.

Consideração: 24,6% discordância a favor dos concluintes

Gráfico 19 – Cooperação Intelectual

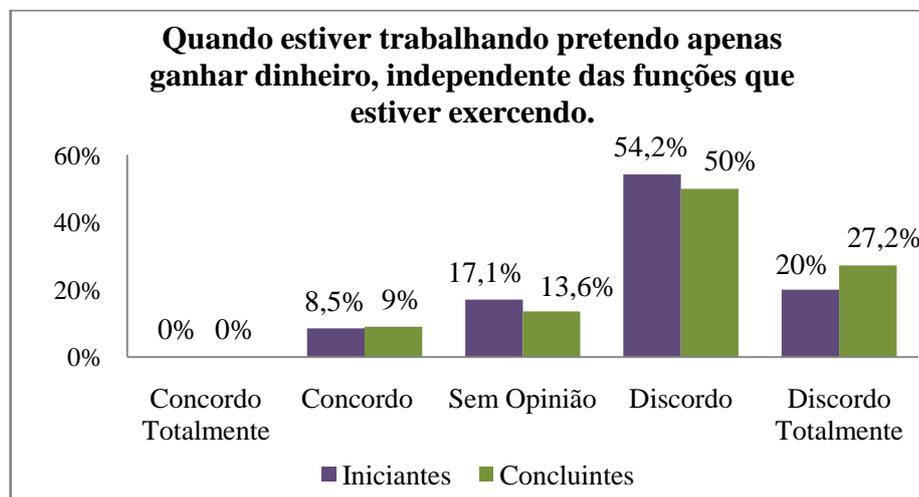


Fonte: Dados da pesquisa (2014)

O percentual de concordância registrado com os concluintes foi maior do que o dos iniciantes, 77,5% contra 68,5% respectivamente. O índice de omissão dos iniciantes foi o dobro do mesmo índice nos concluintes, 28,5% no primeiro e 13,6% no último. E a discordância foi de 2,8% nos iniciante e 9% nos concluintes. Observamos que os concluintes estão mais interessados em colaborar com a produção científica da área do que os iniciantes, talvez os discentes mais experientes pensem desta forma devido à importância que a produção científica tem para a vida acadêmica dos alunos principalmente para aqueles que pretendem continuar a sua formação.

Consideração: 9% de concordância a favor dos concluintes

Gráfico 20 – Interesse Financeiro



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

A diversidade de respostas nos dois grupos antecipa que esta questão foi recebida com polêmica pelas turmas. A maior parte dos alunos, 74,2% dos iniciantes e 77,2% dos concluintes discorda da questão; o segundo maior percentual, 17,1% nos iniciantes e 13,6% nos concluintes, corresponde aos alunos que optaram por não expressar opinião; e a minoria, 8,5% no primeiro grupo e 9% no segundo, concorda com a afirmação.

Para os dois grupos de alunos o interesse financeiro não está acima da satisfação profissional, entretanto o desinteresse financeiro é mais forte nos alunos concluintes do que nos iniciantes. Tal forma de pensar confirma as respostas predominantes apresentadas nos Gráficos 18 e 19, onde os concluintes demonstram maior interesse em contribuir com a profissão.

Consideração: 3% de discordância a favor dos concluintes

Gráfico 21 – Compartilhar Experiências

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

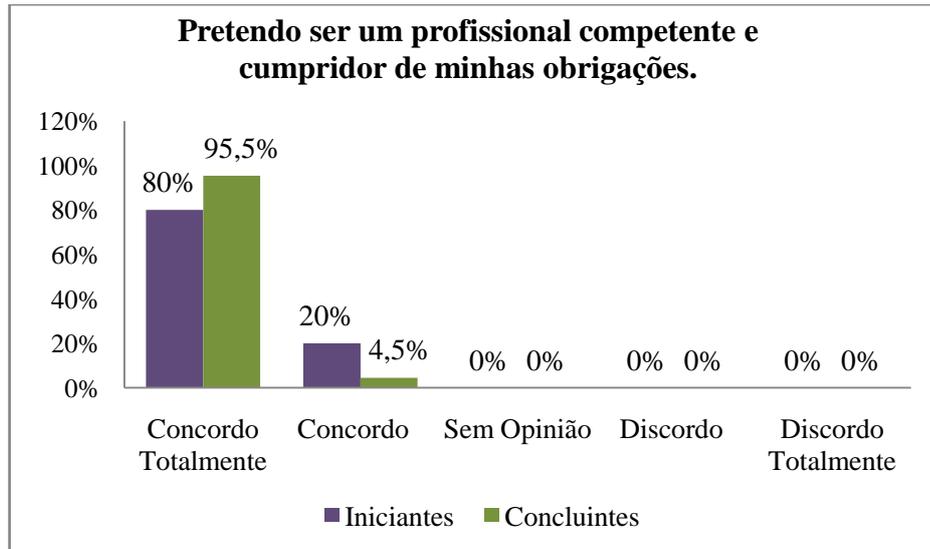
Tanto entre os iniciantes quanto entre os concluintes a maioria dos alunos concorda com a questão. Nas turmas de concluintes o percentual de concordância foi maior que nas turmas de iniciantes, 81,7% contra 77,4%, nesta última destacamos o alto índice de omissão, 22,8%. Tais dados nos conduzem a inferir que os alunos concluintes são mais decididos a cerca do futuro profissional que pretendem trilhar do que os alunos iniciantes. Novamente esta resposta confirma as afirmações dos Gráficos 18, 19 e 20 de que os concluintes estão mais interessados no futuro da profissão do que os iniciantes.

Consideração: 4,3% de concordância a favor dos concluintes

6.3.6 Visão de Futuro

No que diz respeito ao tema Visão de Futuro, investigamos as atitudes que os alunos pretendem tomar, quando se tornarem profissionais, em relação aos seguintes assuntos: competência, interesse ético, concorrência ética, vantagens financeiras.

Gráfico 22 – Competência



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Nas duas turmas os alunos foram unânimes em concordar que pretendem exercer suas atividades profissionais com competência. Nas turmas de concluintes o percentual de respondentes que concordaram com ênfase (concordo totalmente) foi maior do que o das turmas de iniciantes, 95,5% e 80% respectivamente.

Consideração: 0% de diferença percentual

Gráfico 23 – Interesse Ético

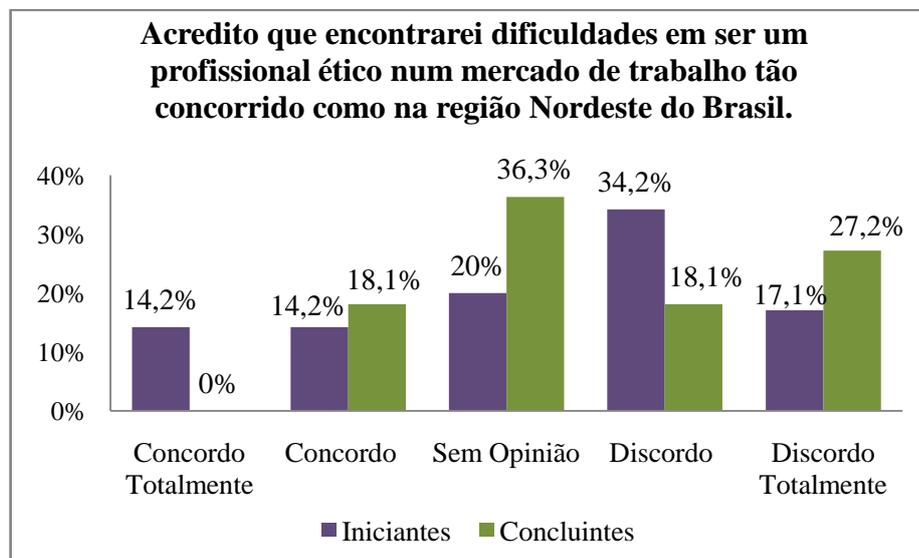


Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Entre os iniciantes 85,6% dos alunos admitem preocupação com a ética profissional, 11,4% escolheram não expressar opinião e 2,8% discordam da questão. Entre os concluintes o índice de concordância é menor que nos iniciantes, 81,8%, o registro de omissão foi de 13,6% e 4,5% dos respondentes discordaram da situação. Verificamos que os dois grupos de alunos se preocupam com a relação ética/corrupção, porém os iniciantes no curso estão mais preocupados com esta questão do que os concluintes.

Consideração: 3,8% de concordância a favor dos iniciantes

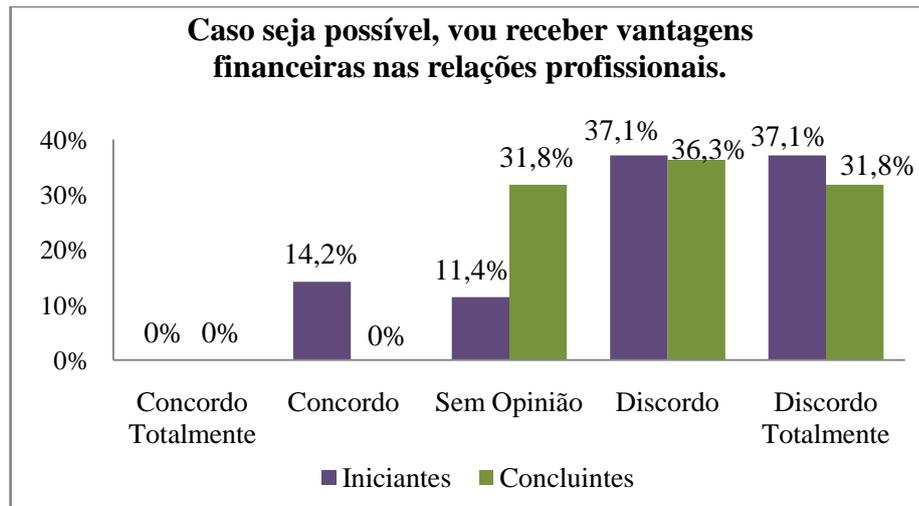
Gráfico 24 – Concorrência Ética



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

As respostas foram diversas nas duas turmas. 51,3% dos discentes iniciantes discordam da afirmativa, 20% optaram por não expressar opinião, e 28,4% dos respondentes concordam com a afirmação. Nas turmas de concluintes 45,3% discordam, 36,3% não opinaram e 18,1% concordam com a questão. A diversidade de respostas evidencia a polêmica que envolve essa questão. A maioria dos alunos tanto iniciantes quanto concluintes acredita que não terão problemas com relação à ética e a concorrência profissional, entretanto os altos índices de omissão demonstram que os alunos possuem dúvidas a cerca dessa questão. Observamos ainda que a concorrência profissional cause menos temor nos iniciantes do que nos concluintes.

Consideração: 6% de discordância a favor dos iniciantes

Gráfico 25 – Vantagens Financeiras

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

O percentual de discordância registrado pelos alunos iniciante com a situação apresentada no Gráfico 25 foi maior que o mesmo índice apontado pelos discentes concluintes, respectivamente 74,2% e 68,1%. Em contrapartida o índice de omissão dos concluintes foi quase o triplo do mesmo índice registrado pelos iniciantes, 31,8% contra 11,4% respectivamente. Quanto ao percentual de concordância só houve registro pelos alunos iniciantes, 14,2%. Observamos que para os dois grupos de alunos a postura ética está acima do interesse financeiro, entretanto, esse pensamento pode ser modificado pelas experiências e circunstâncias que os alunos vivenciam isto fica evidente através dos consideráveis registros de concordância e de omissão.

Consideração: 6,1% de discordância a favor dos iniciantes

A análise detalhada dos questionários revela diversas peculiaridades sobre as atitudes que os alunos apresentam. Ao analisar os grupos de alunos isoladamente observamos diferenças que se minimizam quando distanciamos o olhar do particular para criar novos grupos de maior abrangência. Tais fatos foram verificados ao analisar os dados de cada turma separada, no caso as turmas de primeiro e de último período da UEPB e da UFPB, e depois ampliar a percepção por meio da comparação das respostas dos alunos das duas turmas de cada grupo.

Considerando que o destrinchar da análise detalhada das quatro turmas nos conduziria por diversos caminhos interessantes, mas que, provavelmente, nos distanciaria do

propósito desta pesquisa, optamos por manter um olhar atento em uma análise abrangente, que neste caso se refere à comparação dos dois grupos de alunos iniciantes e concluintes.

Ao analisar os dados coletados observamos que, no primeiro tema abordado no questionário, Empregador, no que se refere a Gestão Documental, os alunos se mantêm preocupados do início ao final do curso, isso demonstra que os discentes compreendem a importância que a Gestão Documental possui em uma instituição, assunto este que é aprofundado no decorrer do curso e que abrange vários aspectos tais como: arquivos correntes, protocolo, arquivos permanentes, avaliação e etc.

Sobre as Denúncias e a Eliminação documental, são dois assuntos que envolvem discussões delicadas, tanto nas turmas iniciantes quanto nas turmas concluintes. Observamos, portanto, a respeito desses dois aspectos, a ausência de questionamento crítico dos alunos perante as posturas organizacionais, tal atitude é agravada nas turmas concluintes pela experiência que esses discentes possuem. Quanto ao Sigilo, nos dois grupos de alunos o respeito ao sigilo é preservado, acreditamos que essa forma de pensar seja fruto dos debates recentes a respeito do Acesso e Sigilo Informacional divulgados pela Lei 12.527/2011.

No tema Mercado de Trabalho, em relação aos aspectos sobre Conduta e Profissão e Atualização Profissional, percebemos que os discentes dos dois grupos se preocupam com a conduta profissional demonstrando responsabilidade, e a atualização profissional é uma unanimidade para os alunos do primeiro e do último período. Quanto ao Interesse Financeiro e a Imagem Institucional, as respostas diferem. Enquanto para os concluintes a questão financeira não é a principal motivação, para os iniciantes este é um assunto delicado. A Imagem Institucional é preservada pelos dois grupos de alunos, porém para os discentes do último período esta atitude está relacionada com a dificuldade de questionar as condutas institucionais e manter a visibilidade e aceitação por parte da empresa.

Em relação aos Usuários, observamos que os alunos são contraditórios a respeito do assunto Atendimento, pois no Gráfico 9 as respostas foram unânimes e no Gráfico 11 as respostas foram variadas, ou seja, a medida que surgem obstáculos a disposição dos discentes em prestar um atendimento de qualidade diminui. Sobre as Críticas e da Lei de Acesso, os discentes respeitam as críticas dos usuários e acreditam que as atitudes dos usuários serão influenciadas pela LAI.

A cerca do tema Companheirismo, os dois grupos de alunos são unânimes sobre os assuntos de Solidariedade e Diálogo, os discentes demonstram cooperação com os colegas de profissão e respeito às idéias dos companheiros. Quanto as Críticas Pessoais, Imagem Profissional e as Críticas Profissionais, os graduando não fazem críticas infundadas, não

criticam a atuação profissional dos colegas e tanto para os calouros como para os concluintes a preservação da imagem profissional é um assunto polêmico.

No tocante ao Futuro da Profissão, os alunos dos dois grupos desejam colaborar com a produção científica, compartilhar as experiências vivenciadas, demonstrando que os interesses profissionais sobrepõem as atitudes individualistas e os interesses financeiros. Porém, salientamos que, os graduando concluintes apresentam uma postura amadurecida sobre esses aspectos.

No último tema discutido no questionário, Visão de Futuro, a respeito dos assuntos Interesse Ético, Vantagens Financeiras e Competência, os alunos dos dois grupos demonstram interesse ético profissional, valorizam a postura ética em detrimento das vantagens financeiras e são unânimes ao afirmar que prezam pela competência profissional. Sobre o tópico Concorrência Ética, enquanto os veteranos não se sentem afetados, para os calouros esse é um ponto de discussão delicado.

Após a análise qualitativa consideramos necessário realizar uma análise quantitativa a fim de garantir embasamento para as nossas reflexões. Com esta finalidade, utilizamos as considerações sobre os assuntos discutidos, onde consta a diferença de percentual entre os iniciantes e concluintes, para elaborar um quadro em ordem regressiva permitindo a apreciação dos dados como podemos observar abaixo.

Quadro 7 – Diferença Percentual entre iniciantes e concluintes em ordem regressiva

(continua)

Ordem	Assunto	Questão	Diferença Percentual
1º	Individualismo	Estou preocupado com meu futuro, e depois, se der, pensarei em contribuir com a profissão.	24,6% discordância a favor dos concluintes
2º	Denúncia	Estarei disposto a denunciar a instituição, caso descumpra com suas obrigações.	22% de concordância a favor dos iniciantes
3º	Críticas Pessoais	Farei críticas pessoais e/ou comentários negativos aos colegas de profissão, mesmo sem provas.	21,6% de discordância a favor dos iniciantes
4º	Imagem Profissional	Aceitarei ser substituído de um colega que desistiu do estágio para preservar a imagem da profissão.	20,9% de concordância a favor dos iniciantes
5º	Imagem da Instituição	Prezarei pela boa imagem da instituição, independente da circunstância.	17,3% de concordância a favor dos concluintes
6º	Atendimento	Meu comportamento no atendimento ao público vai depender da postura do usuário.	13,4% de discordância a favor dos iniciantes
7º	Críticas Profissionais	Farei comentários negativos sobre o trabalho de outros colegas.	12,4% de discordância a favor dos iniciantes
8º	Lei de Acesso	Acredito que com a Lei de acesso o usuário vá reivindicar os seus direitos à informação.	11,8% de concordância a favor dos iniciantes
9º	Interesse Financeiro	Ganhar dinheiro será o sentido maior de minha vida profissional.	9,4% de discordância a favor dos concluintes
10º	Atualização	Procurarei manter-me atualizado profissionalmente.	9,1% de concordância a favor dos iniciantes
11º	Cooperação Intelectual	Vou cooperar intelectualmente para o progresso da profissão produzindo e publicando textos científicos.	9% de concordância a favor dos concluintes
12º	Eliminação	Se a instituição solicitar, eliminarei documentos sem critérios avaliativos profissionais.	8,5% de discordância a favor dos iniciantes
13º	Conduta e Profissão	Considerarei que meus erros de conduta profissional repercutirão negativamente para a profissão, para a universidade e para a imagem de meu curso.	8,1% de concordância a favor dos concluintes
14º	Vantagens Financeiras	Caso seja possível, vou receber vantagens financeiras nas relações profissionais.	6,1% de discordância a favor dos iniciantes
15º	Concorrência Ética	Acredito que encontrarei dificuldades em ser um profissional ético num mercado de trabalho tão concorrido como na região Nordeste do Brasil.	6% de discordância a favor dos iniciantes

Quadro 7 – Diferença percentual entre iniciantes e concluintes em ordem regressiva

(conclusão)

Ordem	Assunto	Questão	Diferença Percentual
16°	Sigilo	Guardarei o sigilo e o respeito no desempenho das atividades, quando assunto assim exigir.	5,7% de concordância a favor dos concluintes
17°	Compartilhar Experiências	Pretendo atuar na organização de acervos e compartilhar minhas experiências no meio acadêmico-profissional.	4,3% de concordância a favor dos concluintes
18°	Interesse Ético	Estou preocupado com a ética profissional diante da corrupção político-social.	3,8% de concordância a favor dos iniciantes
19°	Interesse Financeiro	Quando estiver trabalhando pretendo apenas ganhar dinheiro, independente das funções que estiver exercendo.	3% de discordância a favor dos concluintes
20°	Gestão Documental	Pretendo me preocupar com o gerenciamento documental da instituição.	2,3% de concordância a favor dos concluintes
21°	Críticas	Pretendo rebater as críticas do usuário, mesmo sabendo que ele tem boas razões.	1,6% de discordância a favor dos iniciantes
22°	Atendimento	Atenderei ao usuário com todo zelo e presteza.	0%
23°	Solidariedade	Serei solidário com ações que contribuam com o exercício da profissão.	0%
24°	Diálogo	Respeitarei as idéias e os trabalhos dos colegas, jamais os usando como de minha autoria.	0%
25°	Competência	Pretendo ser um profissional competente e cumpridor de minhas obrigações.	0%

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Para avaliar as diferenças percentuais entre os iniciantes e concluintes, agrupamos as tendências em positivas e negativas considerando aquelas que mais se aproximavam de uma “postura ética” de acordo com a questão com o objetivo de compará-las. Das 25 questões percebemos que 4 não apresentaram alterações, portanto passamos a considerar para fins de análise o total de questões válidas, ou seja, 21.

No grupo de iniciantes a quantidade de questões favoráveis foram 12, o que representa 57% do questionário, entre os concluintes o número de pontos positivos foram 9, equivalendo a 43% das questões. A diferença entre esses dois percentuais é de 14% a favor dos discentes iniciantes.

Observamos que os dados numéricos colocam em evidencia a contradição dos discentes a cerca de aspectos semelhantes ou que se complementam. Tal afirmação pode ser constatada nas questões referentes aos assuntos de: Interesse Financeiro, Vantagens Financeiras, Atendimento, Individualismo, Compartilhar Experiência e Cooperação Intelectual.

No assunto Interesse Financeiro são apresentadas duas questões, uma aparece na nona colocação com 9,4% de discordância a favor dos concluintes e a outra na décima nona com 3% de discordância a favor do mesmo grupo. E a questão de Vantagens Financeiras que complementa o assunto anterior está na décima quarta colocação com a diferença percentual de 6,1% favorável aos iniciantes.

A respeito do Atendimento também apresentamos duas questões, onde a primeira está na sexta posição com 13,4% de discordância a favor dos iniciantes e a segunda se encontra na vigésima segunda posição com diferença percentual nula.

Os assuntos de Individualismo, Cooperação Intelectual e Compartilhar Experiências são complementares, entretanto, o primeiro está na primeira colocação com 24,6% de discordância a favor dos concluintes, o segundo na décima primeira posição com 9% de concordância a favor do mesmo grupo de alunos e o terceiro se encontra em décimo sétimo lugar com 4,3% de concordância a favor dos concluintes.

Notamos que, os cinco assuntos com maior diferença percentual se dividem entre 3 favoráveis aos iniciantes sendo eles: Denúncia (22%), Críticas Pessoais (21,6%), Imagem Profissional (20,9%); e 2 a favor dos concluintes: Individualismo (24,6%), e Imagem da Instituição (17,3%).

6.4 DISCUSSÃO

Ao analisar as ementas e os planos de ensino utilizados nas disciplinas sobre ética nos dois cursos de Arquivologia da Paraíba, tomando como base para esse exame o Código de Ética do Arquivista, observamos que os dois instrumentos abrangem todos os principais aspectos (Acesso amplo, com as restrições necessárias; Integridade física e intelectual; Não aproveitamento da posição privilegiada; Imparcialidade; Interesses públicos em detrimento dos particulares; Associação e colaboração com os companheiros; Atualização profissional; Privacidade e segurança e Publicidade dos serviços), em comum aos três Códigos de Ética tidos como referência nacional e internacional para os Arquivistas e que foram discutidos nesse trabalho no Capítulo 3.

Esses aspectos, avaliados como primordiais na atuação dos profissionais de Arquivo, estão intrínsecos aos assuntos debatidos pelas disciplinas sobre ética e também se estendem as demais disciplinas dos dois Cursos de Arquivologia em análise. Afinal, os aspectos citados ultrapassam as discussões sobre ética e algumas vezes permeiam outros debates como, por exemplo: os de gestão documental, os de políticas arquivísticas e os de legislação arquivística.

Além disso, as disciplinas, por vezes, incluem em seus programas temas que se tornaram indispensáveis aos profissionais de arquivo, como é o caso da proposta de Aspectos Éticos e Legais dos Processos Informativos ministrado no curso da UEPB, que propõe em seus debates as questões referentes aos ambientes digitais e tal tema não é abordado em nenhum dos Códigos de Ética discutidos nessa pesquisa.

De modo geral, observamos que as duas propostas de ensino de ética oferecidas pelos Cursos de Arquivologia na Paraíba estão embasadas pelo Código de Ética dos profissionais da área. Apresentam metodologias de ensino diferentes com características específicas e pontos convergentes, que possuem a mesma finalidade: aperfeiçoar o entendimento dos discentes sobre a ética profissional. Entretanto, as duas propostas contribuem para a formação de profissionais com perfis éticos distintos.

A cerca das análises dos questionários, percebemos que as opiniões éticas dos alunos iniciantes e as dos concluintes apresentam contradições. As diferenças de opiniões podem ser constatadas nas questões referentes aos assuntos de: Interesse Financeiro, Vantagens Financeiras, Atendimento, Individualismo, Compartilhar Experiências e Interesse Profissional. As respostas dos alunos a essas questões apresentam discrepância quando deveriam ser semelhantes por se tratar de assuntos que se complementam e até mesmo por

possuírem apenas um teor distinto sobre o mesmo assunto. Observamos também que, os discentes do primeiro período expõem uma postura livre e despreocupada, exceto pela questão financeira que é vista com polêmica por esse grupo. Enquanto os alunos do último período apresentam uma postura amadurecida, com exceção da posição a cerca da imagem institucional, onde verificamos que os alunos possuem dificuldade de questionar as posturas institucionais.

Ao contrapor os dados obtidos com os instrumentos utilizados para analisar as propostas de ensino aos dados resultantes da aplicação dos questionários, percebemos que a insinuação de perfis éticos distintos como resultado das propostas de ensino não condiz com as opiniões apresentadas pelos alunos nos questionários. Observamos ainda que a opinião dos discentes passa por sutis alterações ao longo do curso, pois das 21 questões válidas 57% são favoráveis aos iniciantes e 43% aos concluintes. Porém, é difícil precisar se a origem dessas mudanças é fruto exclusivo do ensino de ética ministrado nos cursos de Arquivologia.

Acreditamos que o processo de ensino-aprendizagem de ética não influencia os discentes, pois as mudanças no comportamento ético são decorrentes não apenas do ensino e das experiências que cercam o meio acadêmico, mais também e principalmente devido às experiências vivenciadas no contexto familiar e social. Os alunos já iniciam o curso com uma noção de ética, que dependendo de cada indivíduo pode ser aperfeiçoada no ambiente acadêmico ou não. O amadurecimento ético não é fruto de um fator específico e sim de um conjunto de fatores que colaboram direta ou indiretamente para a efetivação do crescimento ético dos alunos como profissional e como indivíduo.

6.5 LIMITES DA PESQUISA

No decorrer da elaboração desta pesquisa notamos o ineditismo do tema abordado e com isto o aumento das dificuldades devido à ausência de estudos semelhantes que servissem como norteadores. Entretanto, conseguimos superar esse obstáculo em virtude do grande interesse no assunto e nas possibilidades que ele apresenta.

Diante das respostas dos discentes aos questionários nos encontramos em outra situação limite: a percepção de que os graduandos podem não admitir serem antiéticos. Com o questionário conseguimos coletar apenas as palavras dos discentes e não as atitudes. Tal situação é análoga ao racismo e a homofobia, ninguém admite que seja racista ou homofóbico até ser flagrado em uma situação onde estão exercendo comportamentos discriminatórios.

De posse dos resultados desta pesquisa, nos questionamos a respeito da metodologia adotada para esse tipo de estudo, observamos que é mais interessante avaliar as atitudes do que analisar as opiniões sobre as atitudes dos graduandos. E percebemos que é possível que o estudo seja desenvolvido por meio de outros conjuntos metodológico. Toda via, ressaltamos que as metodologias utilizadas em pesquisa de opinião sempre são questionáveis, uma vez que o respondente pode dar uma opinião já sabendo qual seria a resposta mais aceitável.

Acreditamos que essas situações limítrofes podem colaborar com o aumento da produção científica sobre o tema. Sendo assim, entre os diversos aspectos que o ensino de ética em Arquivologia apresenta, sugerimos como proposta de estudos futuros a avaliação das atitudes éticas dos discentes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa visou analisar o impacto do processo de ensino-aprendizagem de ética nos cursos de Arquivologia da Paraíba. Assim obteríamos um retrato da contribuição que o ensino de ética possui na formação dos futuros profissionais do estado, permitindo os ajustes necessários para elevação da qualidade da formação profissional ofertada. Propomo-nos a investigar o ensino de ética por meio das ementas e dos planos de ensino das disciplinas de ética e o aprendizado através das opiniões dos discentes sobre situações envolvendo ética.

As discussões teóricas realizadas revelaram a necessidade de uma ética que atenda as exigências sociais e solucione a crise de valores da pós-modernidade. Enquanto esse novo padrão ético não é estabelecido, a sociedade tende a permanecer na situação de aporia que é refletida em diversas áreas, inclusive na formação dos discentes.

Percebemos a imprescindibilidade da revisão dos códigos de ética que orienta as condutas dos profissionais Arquivistas. Os principais códigos vigentes foram elaborados na década de 1990, no início da explosão tecnológica, e não abordam as questões que envolvem tecnologia e a postura ética do arquivista. Considerando a importância que os meios tecnológicos possuem para a Arquivologia a reforma desses instrumentos reguladores com a inserção desse tema torna-se essencial.

Observamos ainda que o estágio, como parte fundamental do processo de formação profissional, deva funcionar como laboratório para o exercício da práxis e não apenas para a realização da “prática pela prática” característica do tecnicismo. A práxis se propõe a refletir sobre a atividade desenvolvida e a transformar a realidade. A Arquivologia necessita de reflexões que enriqueçam o seu arcabouço teórico e fundamentem as práticas nos arquivos.

Em relação ao ensino, constatamos que as ementas e os planos de ensino das disciplinas de ética dos dois cursos de Arquivologia estão em harmonia com as propostas dos códigos de ética dos arquivistas. As duas disciplinas possuem metodologias distintas com a mesma finalidade: proporcionar o aperfeiçoamento ético dos alunos. Acreditamos que, a contribuição das disciplinas nesse processo de ensino-aprendizagem pode melhorar consideravelmente com a adoção de uma metodologia baseada no processo reflexivo, permitindo que o aluno aprenda a refletir de modo crítico sobre as suas atitudes para com os colegas de profissão, a Arquivologia e a sociedade como um todo.

No tocante a aprendizagem, os questionários revelaram que as opiniões éticas dos calouros em relação aos concluintes apresentaram poucas alterações, dos 25 aspectos

pesquisados 4 não apresentaram diferenças, portanto consideramos como válidas 21 questões. Desse total 57% foram favoráveis aos iniciantes e 43% aos concluintes, com uma diferença de 14%. Apesar do baixo índice de alteração verificamos que esta se deu no sentido de amadurecimento de idéias, pois os discentes concluintes possuem opiniões maduras enquanto os iniciantes demonstram certa ingenuidade.

Ressaltamos que as respostas expressas nos questionários foram um desafio a análise dos dados, uma vez que não é padrão de conduta normal assumir uma postura antiético. Desta forma, em alguns pontos a imagem gerada pelo questionário pode destoar da realidade nos ambientes de formação.

As informações condensadas com a coleta de dados nos conduzem a inferir que o processo de ensino-aprendizagem de ética não influencia as opiniões dos discentes analisados. Entendemos que o aprendizado sobre ética é adquirido no contexto familiar e social, e quando o discente ingressa na academia esse aprendizado pode ou não ser aperfeiçoado através do ensino. Sendo assim a nossa hipótese se confirma em razão do percentual de respostas favoráveis aos iniciantes ter sido maior do que o índice de questões a favor dos concluintes.

Presumimos que esse estudo contribuiu com os cursos de Arquivologia da Paraíba por apresentar um panorama do processo de ensino-aprendizagem de ética possibilitando uma reflexão sobre o tema discutido e se necessário as adaptações para o aperfeiçoamento da formação profissional disponibilizada. Os alunos e pesquisadores também podem ser beneficiados com essa pesquisa por se tratar de um estudo pioneiro a cerca de um tema pouco explorado na literatura da área. As indagações motivadoras para esse trabalho foram respondidas, porém a leitura dessa pesquisa apresenta outros questionamentos para qualquer mente inquieta que se debruçar sobre estas páginas.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ARISTÓTELES. **Ética a nicômaco**. Tradução Edson Bini. 2 ed. Bauru, SP: EDIPRO, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. Tradução João Resende Costa. São Paulo: Paulus, 1997.
- BRASIL. Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm>. Acesso em: 23 nov. 2012.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. A profissão e o ensino de Arquivologia. **Boletim do Arquivo**, São Paulo, v. 1, n. 1, dez. 1992.
- BOFF, Leonardo. O cuidado essencial: princípio de um novo *ethos*. **Inclusão Social**, Brasília, v.1, n.1, p. 28-35, 2005. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/viewFile/6/12>>. Acesso em: 15 set. 2013.
- CABRERA, Julio. **Diário de um filósofo no Brasil**. Ijuí, RS: Unijuí, 2010.
- CAMPONEZ, José Carlos Costa dos Santos. **Fundamentos de deontologia do jornalismo**. 2009. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12614/4/Tese_Carlos%20Campones_Anexos.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2012.
- CARVALHO, José Maurício de Carvalho. Pessoa humana e moral social. **Revista da Faculdade de Letras: Filosofia**, s. II, v. 14, p.475-486, 1997. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1931.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2014.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução: Roneide Venâncio Majer. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Disponível em: <<http://www.ige.unicamp.br/site/aulas?134/Castells,M.%20%20sociedade%20em%20rede.%20Prol%F3go.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2012.
- CHAUÍ, Marilena. Público, privado, despotismo. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- _____. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.
- CHINEM, Rivaldo. **Assessoria de imprensa**. [São Paulo]: Summus Editorial, 2003. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=wu1Tp8yem3gC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 07 out. 2014.
- CIRNE, Maria Teresa; FERREIRA, Sônia Maria. **A ética para os profissionais da informação audiovisual: o dever tecnológico a moldar uma atitude**. 2002. Disponível em: <<http://www.apbad.pt/CadernosBAD/Caderno12002/Cirne.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2012.

CORTINA, Adela; MARTÍNEZ, Emilio. **Ética**. São Paulo: Loyola, 2005. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=JpW1QzJwaYsC&printsec=frontcover&dq=CORTINA,+A.;+M>> Acesso em: 11 nov. 2012.

COSTA, Larissa Candida. **Entre a formação e o trabalho: o arquivista diante das novas demandas sociais e organizacionais em matéria de informação**. Brasília: CID/UnB, 2008. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1720/1/Dissert_Larissa%20Costa.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2012.

DANUELLO, Jane Coelho; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Aspectos éticos na atuação do profissional da informação. In: GUIMARÃES, José Augusto Chaves; MOLINA, Juan Carlos Fernández (Org.). **Aspectos jurídicos e éticos da informação digital**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DUPAS, Gilberto. A busca de uma ética para os novos tempos. In: _____. **Ética e poder na sociedade da informação**. São Paulo: Unesp, 2000.

FONSECA, Maria Odila. **Formação e capacitação profissional e a produção do conhecimento arquivístico**. 1999. Disponível em: <[http://www.conarq.arquivonacional.gov.BR/Media/publicações/mesa/formão e capacitao profissional e a produo.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.BR/Media/publicações/mesa/formão_e_capacitao_profissional_e_a_produo.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2012.

FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências; tradução de Luiz Paulo Rouanet**. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1995. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=1_67uenoxvqc&pg=pa3lpg=a+constru%c3%a7%c3%a3o+das+ciências+fouriez>. Acesso em: 15 ago. 2014.

FRANKENA, William K. **Ethics**. Prentice-Hall, 1973. Disponível em: <<http://www.ditext.Com/frankena/el.html>>. Acesso em: 28 set. 2014.

FUSARI, José Cerchi. **O planejamento do trabalho pedagógico: algumas indagações e tentativas de respostas**. 1990. Disponível em: <www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p044-053_c.pdf> Acesso em: 28 jun. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CCMQFjAB&url=http%3A%2F%2Fxa.yimg.com%2Fkq%2Fgroups%2F20876786%2F665620428%2Fname%2FMinayo&ei=IrYDVNGdBoXxgwSzvIG4Dg&usg=AFQjCNEk1D3PLBBTyLMTX5J_1Dyt0CzGnA&bvm=bv.74115972,d.eXY&cad=rja> Acesso em: 11 ago. 2014.

GONÇALVES NETO, João da Cruz. **Aspectos políticos e éticos da profissão do arquivista**. 2008. Disponível em: <<http://www.aag.org.br/anaisxvcbba/conteudo/resumos/semiarquivoarquivosuniversitarios/joaoneto.pdf>>. Acesso em 20 out. 2012.

JARDIM, Jose Maria. As novas tecnologias da informação e o futuro dos arquivos. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 251-260, 1992. Disponível em: <<http://www.uel.br/pessoal/jneto/arqtxt/novastecnologiasJNETO.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2012.

_____. **A universidade e o ensino da arquivologia no Brasil**. 1999. Disponível em: <<http://www.voy.com/19210/2/152.html>>. Acesso em: 16 out. 2012.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de ética**: de Platão a Foucault. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil**. Brasília: CID/UnB, 2007. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/2979/1/2007_AngelicaAlvesdaCunhaMarques.PDF> Acesso em: 20 nov. 2012.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATOS, Maria Tereza Navarro de Britto. **Panorama histórico da formação de arquivistas na América**. 2008. Disponível em: <<http://www.aag.org.br/anaisxvcba/conteudo/resumos/plenaria2/maRiateresamatosplenaria2.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2012.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de filosofia**. Publicações Dom Quixote: Lisboa, 1978. Disponível em: <[http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Mora,%20Ferrater/Ferrater%20Mora%20-%20Dicionario%20De%20Filosofia%20\(port\).PDF](http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Mora,%20Ferrater/Ferrater%20Mora%20-%20Dicionario%20De%20Filosofia%20(port).PDF)>. Acesso em: 15 nov. 2012.

NIETZCHE, Friedrich Wilhelm. **Genealogia da moral**: uma polêmica. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PARAÍBA. (Estado). Lei nº 1.366, de 2 de dezembro de 1955. Cria a Universidade da Paraíba e dá outras providências. João Pessoa: Gabinete do Governador. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/sods/secretaria/Lei%201366.htm>>. Acesso em: 24 out. 2012.

PIRES JUNIOR, Hugo. Ética na pesquisa envolvendo seres humanos, a ciência e o conhecimento científico – II. **Saúde e Pesquisa**. v. 3, n. 1. 2010. Disponível em: < [Http://www.cesumar.br/pesquisa/periodicos/index.php/saudpesq/article/view/1349/1025](http://www.cesumar.br/pesquisa/periodicos/index.php/saudpesq/article/view/1349/1025)>. Acesso em: 03 nov. 2012.

PIZARRO, Daniela Camara. **Ética do profissional bibliotecário atuante no segmento empresarial em Santa Catarina**. 2012. Disponível em: < <http://pgcin.Paginas.ufsc.br/files/2010/10/PIZARRO-Daniela-Camara.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2012.

POLARI, Rômulo Soares. **Proposta do orçamento interno da UFPB**. João Pessoa, 23 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.ufpb.br/orçamento2011/Proposta-Orcamento-Interno-2011.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2012.

RASCHE, Francisca. Ética e deontologia: o papel das associações profissionais. Rev. **ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v.10, n.2, p . 175-188 , jan./dez., 2005. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=11137>>. Acesso em: 18 nov. 2012.

RIBEIRO, Fernanda. **O perfil do profissional arquivista na sociedade da informação**. 2005. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8871.PDF>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

RIBEIRO, Verônica Nunes de Carvalho. **Planejamento educacional: organização de estratégias e superação de rotinas ou protocolo institucional?**. 2010. Disponível em: <<http://www.atenas.edu.br/faculdade/arquivos/NucleoIniciacaoCiencia/REVISTAS/REVIST2010/10.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa acadêmica: como facilitar o processo de elaboração de suas etapas**. São Paulo: Atlas, 2007.

RODRIGUES, Ana Vera Finardi; CRESPO, Isabel Merlo; MIRANDA, Celina Leite. **Ética em pesquisas e publicações científicas**. 2006. Disponível em: <<http://200.144.189.42/ojs/index.php/revistaemquestão/article/viewFile/3708/3496>>. Acesso em: 24 out. 2012.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os Fundamentos da disciplina arquivística**. Tradução: Magda Bigotte. Lisboa: Dom Quixote. 1998.

RUSS, Jacqueline. **Pensamento ético contemporâneo**. São Paulo: Paulus, 1999. 00 p.

SÁ, Antonio Lopes de. **Ética profissional**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2005. 00 p.

SEGRE, Marco; COHEN, Claudio. Definição de valores, moral, eticidade e ética. In: _____. **Bioética**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. Disponível em: < http://books.google.com.br/books?id=uVW_UZ66bC0C&printsec=frontcover&dq=SEGRE,+Marco;+COHEN,+Claudio.> Acesso em: 11 nov. 2012.

SILVA, Josué Cândido da. SUNG, Jung Mo. **Conversando sobre ética e sociedade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Os desafios da formação do arquivista no Brasil. **Arquivo e Administração**, v. 9, 2009. Disponível em: <<http://www.aag.org.br/anaisxvcba/conteudo/resumos/plenaria2/renatotarciso.pdf>> Acesso em: 02 out. 2012.

_____. O papel do estágio na formação profissional do arquivista: a experiência do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília. In: JARDIM, José Maria, FONSECA, Maria Odila. (Org.). **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói, RJ: Eduff, 1999. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1446/1/CAPITULO_PapelEstagioFormacao.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2012.

SOUZA, Katia Isabelli Melo de. **Arquivista, visibilidade profissional: formação associativismo e mercado de trabalho**. Brasília: Starprint, 2011.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Ética e deontologia: textos para profissionais atuantes em bibliotecas**. Florianópolis: UFSC, 2002. 165 p.

TENDLER, Silvio. **Encontro com Milton Santos ou o Mundo Global Visto do Lado de Cá**. Silvio Tandler (diret.). Caliban Produções, 2006. 89 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM>. Acesso em: 17 jun. 2013.

UEPB 40 anos: expansão e autonomia. **Jornal A União**, João Pessoa, 15 mar. 2006. Disponível em: http://www.auniao.pb.gov.br/v2/index.php?/index.php?option=com_content&task=view&id=1394&Itemid=69>. Acesso em: 24 out. 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento – PROPLAND. **Dados 2010**. [Campina Grande]. Disponível em: <<http://transparencia.uepb.edu.br/>>. Acesso em: 23 out. 2012.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Balço geral 2011: consolidação da despesa empenhada a nível de função**. [Campina Grande]. Disponível em: <<http://transparencia.eupb.edu.br/>>. Acesso em: 26 out. 2012.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 020/2006**. Normatiza as atividades de estágio curricular eletivo. Campina Grande: UEPB. Disponível em: <http://www.uepb.edu.br/ppgli/?wpfb_dl=208>. Acesso em: 20 nov. 2013.

_____. **URNe: pioneirismo dos campinenses**. Campina Grande. Disponível em: <<http://www.uepb.edu.br/a-uepb/historico/>>. Acesso em: 24 out. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Conselho Universitário. **Resolução nº 07/2002**. Aprova o Estatuto da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPB. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/sods/secretaria/Estatuto.htm>>. Acesso em: 23 out. 2012.

_____. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 47/2007**. Dispõe sobre normas para realização de Estágios Curriculares Supervisionados. João Pessoa: UFPB. Disponível em: <http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2007/Rsep47_2007.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.

_____. **Relatório de gestão: exercício de 2010**. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/sites/default/files/pdfs/Relatorio-de-Gestao-2010.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2012.

VALLS, Álvaro Luiz Montenegro. **O que é ética**. [São Paulo]: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos nº 177). Disponível em: <<http://www.fara.edu.br/site/servicos/downloads/coleção/Ética.pdf>>. Acesso em 29 set. 2013.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Barcelona: Crítica, 1984. Disponível em: <<http://docs.google.com/file/d/0B4bMXMf12d3LT1Z1a2NDYTZTZVNUaTVRUfVaS1RMZw/edit?pli=1>>. Acesso em: 05 jan. 2014.

_____. **Filosofía de la praxis**. 3. ed. México: Grijalbo, 1980. Disponível em: <http://minhateca.com.br/viniciusbarbosadearaujo/V*ca1zquez2c+Adolfo+S*ca1nchez>. Acesso em: 02 out. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO 2

IDENTIFICAÇÃO					
Período:		Turno:		Instituição:	
				UEPB	UFPB

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “*O ensino-aprendizagem de ética em Arquivologia*”, cujo objetivo é conhecer a relação entre ensino-aprendizagem de ética e a postura ético-profissional dos estagiários/graduandos dos cursos de Arquivologia (UEPB/UFPB). A seguir são apresentados três módulos de questões que trazem assertivas com situações que devem ser avaliadas e marcadas com um “X” de acordo com a sua opinião. Dentre as opções de respostas estão: *Concordo Totalmente, Concordo, Sem opinião, Discordo, Discordo Totalmente*. Só podendo ser preenchido **UM CAMPO** por proposição. Cabe destacar que os resultados serão tratados digitalmente, protegendo-se o anonimato de sua participação. Contamos com sua total sinceridade e seriedade.

MÓDULO I – EXERCÍCIO PROFISSIONAL					
Itens a serem analisados:	Concordo Totalmente	Concordo	Sem Opinião	Discordo	Discordo Totalmente
Pretendo me preocupar com o gerenciamento documental da instituição.					
Estarei disposto a denunciar a instituição, caso descumpra com suas obrigações.					
Se a instituição solicitar, eliminarei documentos sem critérios avaliativos profissionais.					
Guardarei o sigilo e o respeito no desempenho das atividades, quando assunto assim exigir.					
Prezarei pela boa imagem da instituição, independente da circunstância.					
Considerarei que meus erros de conduta profissional repercutirão negativamente para a profissão, para a universidade e para a imagem de meu curso.					
Procurarei manter-me atualizado profissionalmente.					
Ganhar dinheiro será o sentido maior de minha vida profissional.					
Atenderei ao usuário com todo zelo e presteza.					
Pretendo rebater as críticas do usuário, mesmo sabendo que ele tem boas razões.					
Meu comportamento no atendimento ao público vai depender da postura do usuário.					
Acredito que com a Lei de acesso o usuário vá reivindicar os seus direitos à informação.					
MÓDULO II – RELAÇÃO PROFISSIONAL					
Serei solidário com ações que contribuam com o exercício da profissão.					
Farei críticas pessoais e/ou comentários negativos aos colegas de profissão, mesmo sem provas.					

Itens a serem analisados:	Concordo Totalmente	Concordo	Sem Opinião	Discordo	Discordo Totalmente
Respeitarei as idéias e os trabalhos dos colegas, jamais os usando como de minha autoria.					
Farei comentários negativos sobre o trabalho de outros colegas.					
Aceitarei ser substituído de um colega que desistiu do estágio para preservar a imagem da profissão.					
Estou preocupado com meu futuro, e depois, se der, pensarei em contribuir com a profissão.					
Vou cooperar intelectualmente para o progresso da profissão produzindo e publicando textos científicos.					
Quando estiver trabalhando pretendo apenas ganhar dinheiro, independente das funções que estiver exercendo.					
Pretendo atuar na organização de acervos e compartilhar minhas experiências no meio acadêmico-profissional.					
Desejo ser professor e contribuir com o ensino da arquivologia.					
Pretendo ingressar no movimento da associação dos arquivistas paraibanos.					
Quero ser exclusivamente servidor público.					
Pretendo ser um profissional competente e cumpridor de minhas obrigações.					
Tenho mais dúvidas do que certezas sobre a minha profissão.					
Estou preocupado com a ética profissional diante da corrupção político-social.					
Acredito que encontrarei dificuldades em ser um profissional ético num mercado de trabalho tão concorrido como na região Nordeste do Brasil.					
Caso seja possível, vou receber vantagens financeiras nas relações profissionais.					

Dúvidas, críticas e sugestões:

Agradecemos a sua Participação!!!

ANEXOS

ANEXO A – QUESTIONÁRIO 1

IDENTIFICAÇÃO					
Período:	<input type="text"/>	Turno:	<input type="text"/>	Instituição:	<input type="checkbox"/> UEPB <input type="checkbox"/> UFPB

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa Entre a teoria e a *práxis*, cujo objetivo é conhecer a postura ético-profissional dos estagiários/graduandos dos cursos de Arquivologia (UEPB/UFPB). A seguir são apresentados três módulos de questões que trazem assertivas com situações que devem ser avaliadas e marcadas com um “X” de acordo com a sua opinião. Dentre as opções de respostas estão: *Concordo Totalmente, Concordo, Sem opinião, Discordo, Discordo Totalmente*. Só podendo ser preenchido **UM CAMPO** por proposição. Cabe destacar que os resultados serão tratados digitalmente, protegendo-se o anonimato de sua participação. Contamos com sua total sinceridade e seriedade.

MÓDULO I – EXERCÍCIO PROFISSIONAL					
Itens a serem analisados:	Concordo Totalmente	Concordo	Sem Opinião	Discordo	Discordo Totalmente
Preocupo-me com o gerenciamento documental da instituição.	<input type="checkbox"/>				
Estou disposto a denunciar a instituição, caso descumpra com suas obrigações.	<input type="checkbox"/>				
Se a instituição solicitar, elimino documentos sem critérios avaliativos profissionais.	<input type="checkbox"/>				
Guardo o sigilo e o respeito no desempenho das atividades, quando assunto assim exige.	<input type="checkbox"/>				
Prezo pela boa imagem da instituição, independente da circunstância.	<input type="checkbox"/>				
Considero que meus erros de conduta profissional repercutem negativamente para a profissão, para a universidade e para a imagem de meu curso.	<input type="checkbox"/>				
Mantenho-me atualizado profissionalmente.	<input type="checkbox"/>				
Ganhar dinheiro é o sentido maior de minha vida profissional.	<input type="checkbox"/>				
Atendo ao usuário com todo zelo e presteza.	<input type="checkbox"/>				
Rebato as críticas do usuário, mesmo sabendo que ele tem boas razões.	<input type="checkbox"/>				
Meu comportamento no atendimento ao público depende da postura do usuário.	<input type="checkbox"/>				
Acredito que com a Lei de acesso o usuário vá reivindicar os seus direitos à informação.	<input type="checkbox"/>				
MÓDULO II – RELAÇÃO PROFISSIONAL					
Sou solidário com ações que contribuem com o exercício da profissão.	<input type="checkbox"/>				
Faço críticas pessoais e/ou comentários negativos aos colegas de profissão, mesmo sem provas.	<input type="checkbox"/>				
Respeito as ideias e os trabalhos dos colegas, jamais os usando como de minha autoria.	<input type="checkbox"/>				
Faço comentários negativos sobre o trabalho de outros colegas.	<input type="checkbox"/>				

Itens a serem analisados:	Concordo Totalmente	Concordo	Sem Opinião	Discordo	Discordo Totalmente
Aceito ser substituído de um colega que desistiu do estágio para preservar a <u>imagem da profissão.</u>					
Estou preocupado com meu futuro, e depois, se der, pensarei em contribuir com a <u>profissão.</u>					
Vou cooperar intelectualmente para o progresso da profissão produzindo e <u>publicando textos científicos.</u>					
Quando estiver trabalhando pretendo apenas ganhar dinheiro, independente das <u>funções que estiver exercendo.</u>					
Quero atuar na organização de acervos e compartilhar minhas experiências no <u>meio acadêmico-profissional.</u>					
Desejo ser professor e contribuir com o ensino da arquivologia.					
Pretendo ingressar no movimento da associação dos arquivistas paraibanos.					
Quero ser exclusivamente servidor público.					
Pretendo ser um profissional competente e cumpridor de minhas obrigações.					
Tenho mais dúvidas do que certezas sobre a minha profissão.					
Estou preocupado com a ética profissional diante da corrupção político-social.					
Acredito que encontrarei dificuldades em ser um profissional ético num mercado <u>de trabalho tão concorrido como na região Nordeste do Brasil.</u>					
Receberia vantagens financeiras nas relações profissionais.					
MÓDULO III – ATIVIDADE PROFISSIONAL					
Realizo atividades de atribuições técnicas que agregam valores profissionais.					
Tenho satisfação na forma como realizo meu trabalho, sem me importar com o <u>que é dito sobre as competências da profissão.</u>					
Faço o que me mandam, nem sempre condizendo com o Plano de Atividades do <u>Estágio.</u>					
Realizo tarefas que envolvem criação e inovação.					
Exerço tarefas auxiliares sem contribuir para a política de gestão documental.					
Procuro mudar a cultura da instituição, o que facilita a minha aceitabilidade.					
Tenho visibilidade, pois me é dado espaço no planejamento da gestão <u>documental.</u>					
Conquisto meu espaço com o exercício das minhas atividades.					
Realizo atividades que os gestores acreditam contribuir para o sucesso da <u>instituição.</u>					

Dúvidas, críticas e sugestões:

Agradecemos a sua Participação!!!

ANEXO B – PLANO DE ENSINO DA DISCIPLINA ÉTICA DA INFORMAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – IDENTIFICAÇÃO

DISCIPLINA: ÉTICA DA INFORMAÇÃO
CURSO: GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA
HORÁRIO: segundas-feiras (19 as 22:20 h)
PROFESSORA: [REDACTED]

C.H.: 60 horas
CRÉDITOS: 04 (quatro)
SEMESTRE: 2010.1

II – EMENTA

Perspectiva histórica e sistemática da ética. Ética da informação produzida, acessada e utilizada. Ética e o profissional da informação. Ética nas relações humanas. Ética na vida do profissional da informação. Código de ética profissional. Legislação da profissão. Entidades de classe. Mundo do trabalho, prática profissional e responsabilidade social.

III - OBJETIVO DA DISCIPLINA

- Discutir conceitos de Ética e sua perspectiva histórica;
- Identificar os imperativos éticos subjacentes aos deveres dos profissionais da informação;
- Conhecer o Código de Ética para os profissionais da informação;
- Conhecer a legislação da profissão arquivística; e
- Possibilitar o entendimento da aplicação dos princípios éticos no exercício profissional.

IV - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

UNIDADE	CONTEÚDO
I	FUNDAMENTOS DA ÉTICA
I.1	Conceitos de Ética e Moral
I.2	Ética nas Relações Humanas
II	ÉTICA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA
II.1	Ética na Sociedade Contemporânea
III	ÉTICA E O PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO
III.1	Ética na vida do profissional da informação
III.2	Código de Ética
III.3	Legislação
III.4	Entidades de classe

V - METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia do ensino da disciplina pautar-se-á em aulas expositivas, combinadas com a realização de seminários, exposições dos alunos/apresentação de trabalhos e exercícios de fixação do conteúdo.

Como recursos didáticos serão utilizados projetor multimídia, DVD, entre outros recursos quando necessários.

VI - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina dar-se-á de modo processual (desempenho do aluno), contando, assim, com a sua assiduidade, pontualidade, participação nas aulas e nos exercícios práticos, cumprimento de prazos estabelecidos para entrega de trabalho(s).

Para fins formais de avaliação, contudo, esta deverá ser expressa em registros acadêmicos de acordo com a discriminação em sequência:

- Prova sobre o conteúdo das unidades I e II (valor: 0-10);
- Trabalho individual/relatório sobre Instituições Arquivísticas Brasileiras (valor: 0-10)
- Trabalho em grupo de elaboração e apresentação, em forma de encenação, de um caso sobre Ética em Arquivologia, com entrega escrita do caso (valor: 0-10).

VII – REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

ARRUDA, M.C.C. *Código de Ética: um instrumento que adiciona valor*. São Paulo: Negócio Editora, 2002.

DUPAS, Gilberto. *Ética e poder na sociedade da informação: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso*. 2. ed. rev. Ampl. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

Código de Ética do Arquivista.

GONÇALVES NETO, João da Cruz. Aspectos políticos e éticos da profissão do arquivista. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE

ARQUIVOLOGIA, 15, Goiânia, 2008. Anais... Goiânia, 2008.

BRASIL. Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, dispõe sobre a regulamentação das profissões de arquivista e técnico de arquivo.

SOUZA, Francisco das Chagas. Possibilidades de entrever a ética na informação empresarial. *Informação & Informação*, Londrina, v. 7, n. 2, p. 95-104, 2002.

VIII – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O arquivista na sociedade contemporânea. In: _____ . Arquivos permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 299-306.
- BURNHAM, Teresinha Fróes. Sociedade da Informação, Sociedade do Conhecimento, Sociedade da Aprendizagem: implicações ético-políticas no limiar do século. In: LUBISCO, M.L.; BRANDÃO, L.M.B. Informação & informática. Salvador: EDUFBA, 2000.
- CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.
- CORNU, Daniel. Ética da informação. Bauru: EDUSC, 1998.
- KOLB, Anton; BAUER, Gunter. Ciberética. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- GUIMARÃES, J. A. C. et al. Ética nas atividades informativas: aspectos teóricos. Ponto de Acesso, Salvador, v. 2, n. 1, p. 137-152, jun./jul. 2008.
- GUIMARÃES E SILVA, Júnia; MARINHO JR., Inaldo. Arquivos e informação: uma parceria promissora. Arquivo & Administração. Rio de Janeiro, v. 1, jan/jun, 1998.
- LOPEZ. André Porto Ancona. O “ser” e o “estar” arquivista no Brasil de hoje. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 15, Goiânia, 2008. Anais... Goiânia, 2008.
- FONSECA, Maria Odila. Formação e capacitação profissional e a produção do conhecimento arquivístico. In: MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS, Rio de Janeiro, 1999. Caderno de Textos... Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- JARDIM, José Maria. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. In: MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS, Rio de Janeiro, 1999. Caderno de Textos... Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- MORIN, Edgar. O método 6: ética. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- TARGINO, Maria das Graças. Ética profissional e o bibliotecário. In: _____. Olhares e fragmentos: cotidiano da biblioteconomia e Ciência da Informação. Teresina: EDUFPI, 2006, p. 135-148.
- SANCHEZ VÁSQUEZ, A. Ética. 23 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SOUZA, H. de; RODRIGUES, C. Ética e cidadania. São Paulo: Moderna, 1994.

**ANEXO C – PLANO DE ENSINO DA DISCIPLINA ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS
DOS PROCESSOS INFORMACIONAIS**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE ARQUIVOLOGIA
DISCIPLINA: ASPECTOS ÉTICOS E POLÍTICOS DOS PROCESSOS INFORMACIONAIS
PROFESSOR: [REDACTED]
TURMA: P7
Horário: QUI. 18h30 – 20h10
CONTATO: [REDACTED]
Email: [REDACTED]

PROGRAMA DA DISCIPLINA

1. Ementa:
Ética e moral; ética contemporânea; os problemas da ética; a atuação ética do arquivista; a viragem da questão legal do acesso às informações arquivísticas.

2. Objetivo Geral:
Desenvolver a capacidade de reflexão crítica acerca das ações dos profissionais de arquivo face ao contexto atual da legislação de acesso à informação.

3. Objetivos Específicos

- ✓ Discutir a inter-relação entre moral e ética;
- ✓ Explorar a estrutura legal de acesso às informações de arquivo; e
- ✓ Problematicar a postura do arquivista face aos novos desafios legais.

4. Estratégias de Aprendizagem / Recursos Instrucionais
Exposição oral, debate, leituras, reflexões críticas individuais, entrevistas individuais e texto final.

5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: ÉTICA E SOCIEDADE

- Ética e moral
- Ética e ideologia
- Ética contemporânea

Bibliografia:

1. SILVA, J. C; SUNG, J. M. *Conversando sobre ética e sociedade*. Petrópolis, 1997.
2. RUSS, Jacqueline. *Pensamento ético contemporâneo*. São Paulo: Paulus, 1999.

1

3. DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso ou o progresso como ideologia*. Editora UNESP, 2006.

UNIDADE II: A ÉTICA E O PROFISSIONAL DE ARQUIVO

- Aspectos éticos do arquivista
- O arquivista e o mercado de trabalho

Bibliografia:

1. SOUZA, Katia Isabelli Melo. *Arquivista: visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho*. Brasília: Starprint, 2004.
2. GONÇALVES NETO, João da Cruz. *Aspectos políticos e éticos da profissão do arquivista*.
3. FONSECA, Maria Odila. *Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas*.

UNIDADE III: A LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA

- O histórico da legislação arquivística no Brasil
- Os parâmetros legais de acesso à informação arquivística

Bibliografia:

1. GUEDES, Marli. Acesso aos arquivos públicos: aspectos jurídicos e práticos. In: *Revista Cenário Arquivístico*, Brasília, v.4, n.1, jan./jun. 2011.
2. Lei 12.527/2011
3. RODRIGUES, Georgete Medleg. Legislação de acesso aos arquivos no Brasil: um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. In: *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 24, número 1, 2011.

6. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ENCONTRO	DATA	ATIVIDADES
UNIDADE I		
01	29/03	Debate: ética e sociedade Texto: Conversando sobre ética e sociedade. SUNG e SILVA
02	12/04	Debate: ética e sociedade Texto: Pensamento ético contemporâneo. RUSS
03	19/04	Debate: ética e sociedade Texto: A busca de uma ética para os novos tempos. DUPAS
04	26/04	REFLEXÃO CRÍTICA DA UNIDADE I (2 pontos)
UNIDADE II		
05	03/05	Debate: a ética do profissional de arquivo Texto: Arquivista, visibilidade profissional. SOUZA, Kátia
06	10/05	Debate: a ética do profissional de arquivo Texto: Aspectos políticos e éticos da profissão do arquivista. GONÇALVES NETO
07	17/05	Debate: a ética do profissional de arquivo Texto: Informação e direitos humanos. FONSECA
08	24/05	REFLEXÃO CRÍTICA DA UNIDADE II (2 pontos)
UNIDADE III		
09	31/05	Debate: A legislação de acesso à informação Texto: Acesso aos arquivos públicos: aspectos jurídicos e práticos. GUEDES
10	14/06	Debate: A legislação de acesso à informação Texto: Lei 12.527/2011
11	21/06	Debate: A legislação de acesso à informação Texto: Legislação de acesso aos arquivos no Brasil: um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. RODRIGUES.
12	28/06	ENTREVISTA INDIVIDUAL (2 pontos) ENTREGA DOS TEXTOS FINAIS (4 pontos)

7. ORIENTAÇÃO PARA OS TEXTOS FINAIS - LER ATENTAMENTE

Os textos finais devem ser elaborados conforme a estrutura de um artigo científico, respeitando-se os seguintes parâmetros:

- ✓ Citações segundo as regras da ABNT;
- ✓ Páginas numeradas (mínimo 15 - máximo 20);
- ✓ Introdução;
- ✓ Desenvolvimento;
- ✓ Considerações finais;
- ✓ Referências bibliográficas conforme ABNT; e,
- ✓ Configurações: letra times, fonte ~~12~~ 12, espaçamento 1,5, margens normais.

8. AVALIAÇÃO

A avaliação obedecerá aos seguintes critérios;

- I. Duas reflexões críticas sobre as unidades da ementa (4 pontos)
- II. Entrevista individual (2 pontos)
- III. Texto Final (4 pontos)

ANEXO D – RESOLUÇÃO DE ESTÁGIO DA UEPB**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA****RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/020/2006.**

HOMOLOGA COM ALTERAÇÕES A RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/011/2006 QUE CRIA E NORMATIZA AS ATIVIDADES DE ESTÁGIO CURRICULAR ELETIVO (ECE) NA UEPB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE da UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA — UEPB, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 45, Inciso VI, do Estatuto.

CONSIDERANDO a urgente necessidade de regulamentar a prática desse tipo especial de estágio que, até então, sem normas que lhe dessem suporte, não atendia ao que determina a legislação pertinente, tornando-a parte integrante dos currículos da instituição.

CONSIDERANDO o imperativo social que orienta as decisões dos órgãos deliberativos superiores da instituição;

CONSIDERANDO o que consta na Resolução/CONSEPE/011/2006 – *ad referendum*,

RESOLVE:

Art. 1º. Criar o Estágio Curricular Eletivo (ECE) na UEPB e normatizar os seus procedimentos de realização, definindo os pré-requisitos, prazos e demais condições a sua efetivação, tornando-o elemento constitutivo da estrutura curricular de todos os cursos de graduação da instituição.

§ 1º. Entende-se por ECE o exercício pré-profissional em que o estudante aplica, em organizações conveniadas, os conhecimentos teóricos adquiridos no curso e toma contato com as atividades práticas de sua área profissional.

§ 2º. As atividades de Estágio Curricular Eletivo (ECE), no âmbito da UEPB, estão fundamentadas na Lei n.º 6.494, de 07/12/1977, regulamentada pelo Decreto n.º 87.497, de 18/08/1982.

Art. 2º. A realização do ECE constitui atividade optativa para o estudante matriculado e freqüentando, efetivamente, cursos regulares, de ensino médio-profissionalizante ou graduação, oferecidos pela instituição.

Parágrafo único – O ECE somente poderá ser realizado fora da UEPB, em organizações conveniadas.

Art. 3º. São Objetivos do ECE:

- a) proporcionar ao estudante a oportunidade de conhecer a filosofia, diretrizes, organização e funcionamento das organizações, desenvolver suas habilidades, analisar criticamente situações e propor mudanças no ambiente organizacional, com o objetivo de fortalecer o processo ensino-aprendizagem, a conscientização das deficiências individuais e a busca do aprimoramento pessoal e profissional;
- b) possibilitar o processo de atualização dos conteúdos disciplinares, permitindo adequar aquelas de caráter profissionalizantes às constantes inovações tecnológicas, políticas, sociais e econômicas a que estão sujeitos.

Parágrafo único – Os objetivos descritos nas letras “a” e “b” compõem a ementa do componente curricular Estágio Curricular Eletivo – ECE.

Art. 4º. A atividade de ECE terá carga horária desenvolvida plenamente em campo, e somente terá validade se ocorrer no período em que o estudante estiver regularmente matriculado em, pelo menos 02 (dois) componentes curriculares obrigatórios, excetuando-se o Trabalho Acadêmico Orientado (TAO).

Art. 5º. As atividades de ECE poderão ser realizadas em organizações públicas ou privadas em que estejam asseguradas condições técnicas adequadas para o aprimoramento da formação profissional do estudante.

§ 1º. Os convênios com as instituições serão operacionalizados por intermédio da PROPLAD – Pró-Reitoria de Planejamento da UEPB e as atividades do estagiário somente se iniciarão após conclusão de toda tramitação de documentos, com assinatura final do representante da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PROEG/UEPB;

§ 2º. O estudante somente poderá ingressar em atividade de ECE após cumprido, no mínimo, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária do curso e será de sua responsabilidade exclusiva a obtenção de vaga para realização desta modalidade de estágio em instituição conveniada com a UEPB;

§ 3º. A comprovação de que as atividades desenvolvidas pelo estagiário não se enquadram no perfil de sua formação constituirá, obrigatoriamente, causa de ruptura do convênio.

Art. 6º. O estágio deverá ser realizado em uma área cujas atividades estejam ligadas às áreas de formação profissional do projeto pedagógico do curso em que o estudante estiver matriculado e obedecerá às seguintes condições:

- a) Carga horária máxima semanal de 30 (trinta) horas;
- b) Vigência máxima de 06 (seis) meses, permitida uma prorrogação por período igual e subsequente;
- c) Impedimento de realização de ECE na mesma organização mais de uma vez.
- d) Aprovação pela PROEG.

Art. 7º. É permitido ao estudante o estágio remunerado, não sendo, porém, obrigatório o pagamento pelas organizações conveniadas de nenhum auxílio financeiro, salvo nos casos em que tal iniciativa fique explicitada no Termo de Compromisso de Estágio (TCE).

Art. 8º. Uma vez iniciado, o ECE deverá ser realizado obrigatoriamente na organização definida originalmente no TCE, sendo vedada a transferência ou remanejamento do estagiário, salvo nos casos previstos em lei e devidamente autorizados pela Coordenação Geral de Estágio da UEPB.

Art. 9º. A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG) instituirá uma Comissão de Acompanhamento, Supervisão e Controle de ECE, presidida pelo Coordenador Geral de Estágios, que atuará permanentemente emitindo parecer sobre todas as etapas da realização do ECE pelo estudante;

Art. 10º. A atividade de Estágio Curricular Eletivo será obrigatoriamente precedida de Plano de Estágio e Declaração de Aceite, assinados pelo respectivo professor/orientador vinculado ao curso e a área específica de desenvolvimento do estágio, bem como TCE devidamente assinado por quem de direito.

§ 1º. Cada professor orientador poderá acompanhar, simultaneamente, no máximo 05 (cinco) estagiários, na modalidade de ECE;

§ 2º. O plano de estágio deverá discriminar as atividades do ECE, em estrita correspondência com a área de formação do estagiário.

Art. 11º. Cada estagiário deverá elaborar relatórios parciais de atividades, auxiliado por seu orientador/supervisor na empresa, de acordo com os modelos e prazos estipulados pela PROEG e divulgados pela Coordenação Geral de Estágio.

Art. 12º. A avaliação da atividade de ECE, pelo professor supervisor, terá como base à elaboração de relatórios parciais, além de outros trabalhos e atividades, quando solicitados pelos professores-supervisores.

Art. 13º. A carga horária obtida pelo estudante em ECE poderá ser convertida em horas-aula e registrada como componente curricular eletivo denominado “Estágio Curricular Eletivo” em todos os currículos plenos dos cursos da UEPB, no limite de 66 horas, por estudante, durante todo o curso.

§ 1º – Cada 20 (vinte) horas de atividades efetivamente desenvolvidas corresponderão a 02 (duas) horas na integralização curricular de acordo com o exposto no caput deste artigo.

§ 2º – O estudante interessado na conversão deverá requerer junto à Coordenação do Curso, o registro de que trata o caput deste artigo, apresentando declaração da Coordenação Geral de Estágio da UEPB, que comprove a sua participação em programa de ECE, especificando a carga horária correspondente.

§ 3º – A solicitação da conversão deverá ser submetida ao Colegiado do Curso, para análise e parecer, cabendo a PROEG a decisão final.

§ 4º – A coordenação Geral de estágios só poderá emitir as declarações após a integralização do período previsto no cronograma do ECE e parecer conclusivo do professor-supervisor sobre o desempenho do estagiário nos instrumentos específicos de avaliação.

Art. 14º. Para fins de Avaliação Final do ECE, serão atribuídos pelo professor-supervisor os conceitos Satisfatório (S) ou Insuficiente (I), com base nos critérios de assiduidade, desempenho e entrega de todos os relatórios, avaliações e atividades nos prazos previstos no calendário.

Art. 15º. Devido a especificidades atinentes à área de saúde, os ECEs nesta área, terão vigência e carga horária semanal máxima definidas pelo colegiado de cada curso.

Art. 16º. Os ECEs da área de Direito têm regulamentação prevista na Lei nº. 8.906, de 04/07/1994 e Portaria 1.886, de 30/12/1994, do Ministério da Educação e complementados, no que couber, por esta Resolução.

Art. 17º. Os casos omissos serão resolvidos pela PROEG ouvida a Coordenação Geral de Estágio.

Art. 18º. Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Campina Grande, 18 de agosto de 2006

Prof. ^a Marlene Alves Sousa Luna

Presidente

ANEXO E – RESOLUÇÃO DE ESTÁGIO DA UFPB**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO****RESOLUÇÃO Nº 47/2007**

Dispõe sobre normas para a realização de Estágios Curriculares Supervisionados na Universidade Federal da Paraíba

O CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO da Universidade Federal da Paraíba, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que deliberou em reunião realizada em 28 de junho de 2007 (Processo nº 23074.003041/07-01),

Considerando o disposto no artigo 82 da Lei no 9.394, LDB, de 20 de dezembro de 1996;

Considerando a Lei no 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e alterações previstas na Lei no 8.859, de 23 de março de 1994, regulamentada pelo Decreto no 87.497, de 18 de agosto de 1992, alterado pelos Decretos no 80.467, de 21 de março de 1984 e no 2.080, de 26 de novembro de 1996; e a Resolução 34/04 do CONSEPE, de 17 de agosto de 2004;

Considerando a necessidade de regulamentar procedimentos institucionais relativos aos estágios curriculares no âmbito dos cursos de graduação e dos cursos técnicos de nível médio da UFPB.

RESOLVE:

Art. 1º O estágio curricular supervisionado da Universidade Federal da Paraíba – UFPB será regido pela presente resolução e por normas emanadas dos respectivos Cursos de Graduação, de educação profissional técnico de nível médio, obedecendo à legislação federal vigente, podendo constar no currículo como componente curricular básico profissional ou complementar.

Parágrafo único. O estágio curricular supervisionado é um componente curricular norteado pelos princípios da integração teoria-prática e da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, realizado pelo aluno na própria Instituição, ou em unidades concedentes de estágios, sob a forma de vivência profissional sistemática, intencional, acompanhada e constituída na interface dos projetos políticos pedagógicos – PPP, dos cursos de graduação, de educação profissional técnico de nível médio, propiciando a complementação do ensino-aprendizagem no campo profissional.

Art. 2º A Coordenação de Estágio e Monitoria – CEM, vinculada à Pró-Reitoria de Graduação – PRG, é o órgão responsável pelo gerenciamento dos estágios na UFPB.

Art. 3º São objetivos do Estágio Curricular Supervisionado:

- I - Contribuir para a qualidade da formação acadêmico-profissional por meio da integração da teoria com a prática e do desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao desempenho profissional qualificado;
- II - Inserir o aluno na sua realidade social, econômica, política e cultural, ampliando as oportunidades de observação, interlocução e intervenção para o exercício profissional;
- III - Promover a integração entre a Universidade e a sociedade.

Art. 4º O estágio curricular supervisionado poderá ser obrigatório ou não-obrigatório.

Art. 5º O estágio curricular supervisionado obrigatório constitui-se em um componente pedagógico para formação profissional do aluno, desenvolvido mediante uma disciplina específica do currículo pleno dos cursos e com as seguintes características:

- I - acesso por matrículas, conforme disposto no Regimento Geral da UFPB;
 - II - especificação de código, carga horária, créditos e, se houver, pré-requisitos;
 - III - duração não inferior a 1 (um) semestre letivo;
 - IV - carga horária estabelecida no projeto político-pedagógico de cada curso;
- Parágrafo único.** Em casos excepcionais, a critério do colegiado de curso, o estágio poderá ser desenvolvido de forma concentrada, respeitando-se a carga horária prevista para este componente;
- V - regulamentação por documentos pertinentes (Ementa, Plano de Atividades de Estágio, Termo de Compromisso de Estágio);
 - VI - vinculação ao campo de formação profissional e a uma situação real de trabalho;
 - VII - acompanhamento por profissional da unidade concedente e vinculada ao campo de estágio;
 - VIII - orientação e supervisão por professor designado pelo Departamento;
 - IX - verificação do rendimento do aluno, regulamentada por normas superiores da UFPB, considerando as especificidades de cada curso.

Art. 6º O estágio curricular supervisionado não-obrigatório constitui-se em atividade complementar à formação acadêmico-profissional do aluno, compatível com seu horário acadêmico, e poderá ser considerado um componente curricular optativo ou flexível, observados os seguintes requisitos:

- I - Regulamentação pelo Colegiado do Curso;
- II - Atendimento ao disposto no parágrafo único do inciso IV e nos incisos V, VI, VII e VIII do Art. 5º desta Resolução.
- III - Comprovação de matrícula regular na UFPB e de que esteja cursando, no mínimo, o 3º período do curso, ou no período pré-estabelecido por cada curso;
- IV - Duração de um ano, podendo ser renovado, uma única vez, por igual período, com carga horária de 12 horas, e no máximo de até 30 horas semanais.

Parágrafo único. As atividades desenvolvidas no estágio poderão ser registradas no Histórico Escolar do aluno até o máximo de 4 créditos, e carga horária de 360 horas, uma única vez, exceto quando houver limites diferentes para o curso fixados na legislação superior.

Art. 7º Para que o estágio curricular supervisionado seja realizado, é imprescindível que as instituições concedentes de estágios tenham convênio estabelecido com a UFPB, com esta finalidade específica e prazo de vigência de, no máximo, 5 (cinco) anos.

§ 1º São instituições concedentes de estágios as pessoas jurídicas de direito público ou privado e as organizações sociais de interesse público e a própria Universidade;

§ 2º Os convênios de estágios curriculares supervisionados serão assinados pelo Reitor da UFPB e pelo representante maior da instituição concedente;

§ 3º Os convênios de estágios curriculares supervisionados e os termos de compromisso serão elaborados em formato previamente aprovado pela Procuradoria Federal da UFPB.

Art. 8º A UFPB poderá recorrer aos serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico adequado.

Parágrafo único. Os agentes de integração poderão atuar com os seguintes objetivos:

- a) Identificar oportunidades de estágios curriculares supervisionados junto a pessoas jurídicas de direito público e privados;
- b) Facilitar o ajuste das condições dos estágios curriculares supervisionados, segundo instrumento jurídico mencionado no artigo 7º;
- c) Prestar serviços administrativos de cadastramento de estudantes, campos e oportunidades de estágios curriculares supervisionados obrigatórios e não-obrigatórios;
- d) Enviar relatórios periódicos à UFPB sobre a atuação dos estudantes nos campos de estágios curriculares supervisionados.

Art. 9º A instituição de ensino, diretamente, a unidade concedente, ou o agente de integração, providenciará a cobertura do seguro de acidentes pessoais em favor do estudante dependendo da modalidade do estágio curricular supervisionado.

Parágrafo único. Nos casos dos estágios curriculares supervisionados obrigatórios, a instituição de ensino se responsabilizará pela cobertura do seguro de acidentes pessoais em favor dos estudantes vinculados aos seus cursos.

Art. 10º Para a realização de estágio curricular supervisionado, haverá a formalização de Termo de Compromisso de Estágio – TCE, para cada estagiário, assinado pela unidade concedente e pelo estagiário, com a anuência da Coordenação de Curso e com a interveniência da UFPB, por intermédio da Coordenação de Estágio e Monitoria – CEM/PRG.

§ 1º O início do estágio dar-se-á após a assinatura do TCE pelas unidades envolvidas;

§ 2º Para realização dos estágios curriculares supervisionados, será necessária a apresentação de Plano de Atividade de Estágio – PAE, detalhando as atividades a serem desenvolvidas;

§ 3º O estágio curricular supervisionado realizado em setores da própria UFPB, estará isento da celebração de convênio;

§ 4º O estágio curricular supervisionado não cria vínculo empregatício de qualquer natureza;

§ 5º Em nenhuma hipótese, poderá ser cobrada ao estudante qualquer taxa adicional referente às providências administrativas para obtenção e realização do estágio curricular supervisionado;

§ 6º Quando se tratar de estágio curricular supervisionado não-obrigatório de aluno da UFPB, realizado na própria Universidade, serão observados as seguintes condições:

I - celebração de TCE com a Unidade ou órgão concedente do estágio;

II - inclusão do estagiário na apólice de seguro em grupo da UFPB, paga com recursos da unidade ou órgão concedente do estágio;

III - vinculação ao campo de formação profissional em uma situação real de trabalho;

IV - acompanhamento por profissional da unidade concedente, vinculada ao campo de estágio;

V - elaboração de Relatório das Atividades de Estágio.

Art. 11º. Aplica-se o disposto no artigo 10º, seus parágrafos e incisos às renovações de Termos de Compromisso de Estágios.

Art. 12º. O Estágio Rural Integrado – ERI e o Internato Médico serão objetos de Convênios específicos, devendo, no entanto, ser enquadrados nas normas de estágio vigentes na UFPB, em relação à formalização de TCE e ao seguro de acidentes pessoais.

Parágrafo único. O aluno não deverá se ausentar para o ERI, em hipótese alguma, sem a prévia formalização de Convênio de Estágio Rural Integrado, Termo de Compromisso de Estágio e seguro contra acidentes pessoais.

Art. 13º. A supervisão de estágio dar-se-á conforme as seguintes modalidades, de acordo com a especificidade de cada curso e a regulamentação do respectivo colegiado do curso:

I - supervisão direta: acompanhamento e orientação do estagiário por meio de observação contínua e direta das atividades desenvolvidas no campo de estágio, por um professor supervisor;

II - supervisão semidireta: acompanhamento e orientação do estagiário por meio de orientações individuais e coletivas na UFPB ou no campo de estágio, bem como visitas sistemáticas ao campo de estágio pelo professor supervisor, que manterá contatos com o profissional da Unidade concedente responsável pelo estagiário.

Art. 14º. O estágio curricular supervisionado será avaliado ao final de cada período letivo, ou a cada 4 meses, por meio do Relatório de Atividades de Estágio – RAE, ou por instrumento estabelecido pelo Programa de Estágio de cada curso.

Art. 15º. O estágio curricular será desenvolvido sob a coordenação, docência, orientação, avaliação e supervisão das seguintes unidades:

I - coordenação de Estágio e Monitoria, vinculada à Pró-Reitoria de Graduação;

II - coordenações de cursos;

III - chefias de departamentos;

IV - Coordenação de Escolaridade - CODESC.

Art. 16º. Compete à Coordenação de Estágio e Monitoria:

I - administrar e supervisionar a política de estágio da UFPB;

II - prestar orientação técnica-normativa;

III - promover a integração entre as unidades acadêmicas e as Instituições de Direito Público ou Privado, bem como entre as Organizações sociais de interesse público, possibilitando a realização de estágios curriculares;

IV - zelar pelo cumprimento da legislação vigente.

Art. 17º. Compete às coordenações de cursos:

I - Captar e negociar ofertas de estágio curricular junto a instituições concedentes de estágios;

II - Fornecer à Coordenação de Estágio e Monitoria o número de alunos disponíveis para estágio, e as alocações junto às Instituições concedentes, observados as exigências dessa norma;

III - Promover, em integração com as Chefias dos Departamentos, o planejamento, a programação, o acompanhamento pedagógico e a avaliação do estágio, prevendo-se as seguintes funções:

a) Orientador de estágio – docente responsável pelo planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação do estagiário junto ao curso;

b) Supervisor docente – docente da UFPB responsável pelo acompanhamento pedagógico, supervisão e avaliação do estágio;

c) Supervisor da unidade concedente – profissional pertencente à unidade concedente do estágio, devidamente habilitado e responsável pelo planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação do estagiário, no local de desenvolvimento das atividades de estágio.

IV - Encaminhar a CEM/PRG, no início de cada período letivo, relação contendo nome, matrícula, data de nascimento, CPF dos alunos matriculados na(s) disciplina(s) estágio curricular supervisionado obrigatório, e dos concluintes, para inclusão e exclusão respectivamente, na apólice coletiva de seguro de acidentes pessoais da UFPB.

Parágrafo único. O colegiado do curso poderá, de comum acordo com o departamento, criar uma Coordenação de Estágios, a qual passará a administrar os estágios curriculares supervisionados do curso.

Art. 18º. À chefia dos departamentos caberá atender às solicitações das coordenações de curso no tocante às necessidades de pessoal docente para executar as atividades previstas no inciso III do Art. 17º.

Art. 19º. À Coordenação de Escolaridade – CODESC, competirá fornecer à CEM/PRG relação nominal dos alunos, por curso, matriculados para realização de estágio curricular supervisionado obrigatório no período letivo.

Art. 20º. A realização de estágio curricular supervisionado obrigatório por alunos da UFPB em outras Instituições de ensino observará as seguintes disposições:

I - celebração prévia de convênio de estágio;

II - assinatura de Termo de Compromisso de Estágio – TCE com a instituição de ensino, com cobertura do seguro de acidentes pessoais, pagos pela UFPB;

III - duração máxima do estágio curricular supervisionado de seis meses, podendo ser renovado por mais seis meses;

- IV - condição de regularidade de matrícula do aluno na UFPB;
- V - apresentação do Plano de Atividades de Estágio – PAE, aprovado pelo Colegiado do Curso de origem, a ser desenvolvido na Instituição anfitriã;
- VI - apresentação de carta de aceitação da instituição anfitriã com indicação do docente orientador/supervisor.

Art. 21º. A realização de estágios por alunos de outras instituições de ensino na UFPB observará as seguintes disposições:

- I - celebração prévia de convênio de estágio;
- II - assinatura de TCE com a UFPB, com cobertura do seguro de acidentes pessoais, pagos pela instituição conveniente;
- III - disponibilidade de vaga no curso pretendido e supervisor local para acompanhamento do aluno na UFPB/ Carta de aceitação do Curso;
- IV - condição de regularidade de matrícula na sua Instituição de ensino;
- V - encaminhamento do aluno mediante carta de apresentação da IES de origem;
- VI - apresentação de Plano de Atividades de Estágio a ser desenvolvido na UFPB.

Art. 22º. Os casos não previstos nesta Resolução serão apreciados pelos Colegiados dos Cursos e submetidos à aprovação da Pró-Reitoria de Graduação.

Art. 23º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24º. Fica revogada a Resolução de no 09/79 deste Conselho, de 14 de fevereiro de 1979.

Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal da Paraíba,
João Pessoa, 30 de julho de 2007.

Rômulo Soares Polari
PRESIDENTE